

# FUNDO CONSTITUCIONAL DE FINANCIAMENTO DO NORDESTE – FNE



## RELATÓRIO DE RESULTADOS E IMPACTOS EXERCÍCIO DE 2013 – Primeiro Semestre





**Presidente:**

Ary Joel de Abreu Lanzarin

**Diretores:**

Fernando Passos  
Luiz Carlos Everton de Farias  
Manoel Lucena dos Santos  
Nelson Antonio de Souza  
Paulo Sérgio Rebouças Ferraro  
Stélio Gama Lyra Júnior

**Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste – Etene**

Superintendente: Francisco José Araújo Bezerra

**Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação**

Wellington Santos Damasceno

**Célula de Avaliação de Políticas e Programas**

Elizabeth Castelo Branco, em exercício

**Revisão Vernacular:**

Hermano José Pinho



**Equipe Técnica:**

Elizabeth Castelo Branco – Coordenadora

Iracy Soares Ribeiro Maciel  
Jane Mary Gondim de Souza  
Luiz Fernando Gonçalves Viana  
Renato Alves dos Santos

**Colaboradores:**

Antônio Ricardo de Norões Vidal  
Antônio Rony Davi de Sousa  
Cláudio Pereira Bentemuller  
Cristiane Garcia Barbosa  
Francisco Raimundo Evangelista  
João Bosco Ximenes Carmo  
Leonardo Dias Lima  
Luísa Maria Tessman  
Tibério Rômulo Romão Bernardo  
Zidiê Batista de Medeiros  
Rejane Costa de Pinho Pessoa

## SUMÁRIO

PREFÁCIO .....	13
1 – INTRODUÇÃO .....	14
2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE .....	16
3 – A EXECUÇÃO DO FNE .....	25
3.1 – Contratações Setoriais .....	31
3.1.1 – Setor Rural .....	32
3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)35	
3.1.2 – Setor Agroindustrial .....	54
3.1.3 – Setor Industrial .....	56
3.1.4 – Setor Turismo .....	59
3.1.5 – Setor Comércio e Serviços .....	60
3.1.6 – Setor Infraestrutura.....	63
3.2 – Valores Programados e Valores Realizados .....	63
3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE .....	65
3.3.1 – Contratações por Estado.....	65
3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido.....	70
3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido72	
3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário.....	73
3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE .....	78
3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições.....	80
3.5 – Prioridades Definidas pelo Condrel/Sudene para a Aplicação do FNE ....	87
3.5.1 – Prioridades Espaciais .....	87
3.5.2 – Prioridades Setoriais .....	90
3.6 – O FNE no Contexto da PNDR .....	98
4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL.....	119
4.1 – Inadimplemento das Operações.....	119
4.2 – Recuperação de Crédito.....	121
4.3 – Operações Renegociadas com Base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989 .....	122
5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS .....	123
5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2013.....	123
5.2 – Principais Ocorrências.....	124
6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE .....	126
6.1 – Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Primeiro Semestre de 2013 .....	126
6.1.2 – Indicadores de Efetividade (Quadro 3).....	129
6.1.3 – Indicadores de Eficiência Operacional (Quadro 4) .....	130

6.2 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no primeiro semestre de 2013 .....	131
6.2.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto .....	131
6.2.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no Primeiro Semestre de 2013.....	134
7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL.....	140
REFERÊNCIAS.....	142
ANEXOS .....	144

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

### LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2013 .....	29
Gráfico 2 – Contratação Pronaf - 2008 a junho 2013 - Valores em R\$ Mil.....	42
Gráfico 3 – Contratação Pronaf – Semiárido e Fora do Semiárido .....	43
Gráfico 4 – Contratação Pronaf – Setor.....	43
Gráfico 5 – Contratação Pronaf – Gênero .....	44
Gráfico 6 – Agroamigo – Unidades de Atendimento.....	47
Gráfico 7 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano.....	47
Gráfico 8 – Agroamigo – Valores Contratadas por Ano.....	48
Gráfico 9 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos .....	48
Gráfico 10 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil).....	49
Gráfico 11 – Agroamigo – Distribuição por Setor – Junho 2013.....	49
Gráfico 12 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – Junho 2013 .....	50
Gráfico 13 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2013 .....	50
Gráfico 14 - Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2013 .....	51
Gráfico 15 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2013	51
Gráfico 16 - Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2013.....	52
Gráfico 17 – Distribuição da Carteira por Gênero .....	52
Gráfico 18 – Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – Junho de 2013 .....	53
Gráfico 19 – Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2013 .....	124

### LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE.	100
Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE.....	109

### LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – Primeiro Semestre de 2013.....	128
Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE Primeiro Semestre de 2013 .....	129
Quadro 3 – Indicadores de Efetividade – FNE Primeiro Semestre de 2013....	130
Quadro 4 – Indicadores de Eficiência Operacional.....	130

## LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil, de 1990 para 2010. ....	17
Tabela 2 – Evolução do PIB Per Capita das Regiões Brasileiras, de 1990 para 2010. ....	18
Tabela 3 – Nordeste - Evolução Real do PIB dos Estados, de 1990 a 2010 ...	19
Tabela 4 – Evolução Real do PIB das Regiões Brasileiras, de 1990 a 2010 ...	19
Tabela 5 – Participações das Regiões Brasileiras no Valor Adicionado Setorial, em 1990 e 2010 .....	20
Tabela 6 – Evolução de Indicadores Sociais Selecionados nos Estados do Nordeste, de 1992 a 2011 .....	21
Tabela 7 – Pobreza e Extrema Pobreza nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009 .....	22
Tabela 8 – Renda Domiciliar Per Capita e Renda Média de Todos os Trabalhos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009.....	23
Tabela 9 – Indicadores Selecionados de Desigualdade de Renda nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009.....	23
Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Estados do Nordeste, em 1991 e 2010.....	24
Tabela 11 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2013.....	26
Tabela 12 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2013.....	28
Tabela 13 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2013 .....	28
Tabela 14 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2013 .....	29
Tabela 15 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades – Primeiro Semestre de 2013.....	30
Tabela 16 – FNE – Participação Setorial nas Contratações <sup>(1)</sup> – Primeiro Semestre - Período: 1998 a 2013 .....	31
Tabela 17 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2013 .....	32
Tabela 18 – FNE – Setor Rural Contratações <sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013 .....	35
Tabela 19 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Pronaf – Primeiro Semestre de 2013 .	44
Tabela 20 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2013.....	54
Tabela 21 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações <sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013.....	55
Tabela 22 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2013.....	56
Tabela 23 – FNE – Setor Industrial – Contratações <sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013.....	58
Tabela 24 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2013.....	59
Tabela 25 – FNE – Setor Turismo – Contratações <sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013.....	60

Tabela 26 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2013.....	61
Tabela 27 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2013.....	62
Tabela 28 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Primeiro Semestre de 2013.....	64
Tabela 29 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Primeiro Semestre de 2013.....	64
Tabela 30 – FNE – Projetos Contratados <sup>(1)</sup> nas Mesorregiões SPR <sup>(2)</sup> – Primeiro Semestre de 2013.....	65
Tabela 31 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2013.....	66
Tabela 32 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2013.....	67
Tabela 33 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2013.....	68
Tabela 34 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2013.....	69
Tabela 35 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Relação ao PIB dos Estados – Primeiro Semestre de 2013.....	69
Tabela 36 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> Acumuladas por Região – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2013.....	71
Tabela 37 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Região – Primeiro Semestre de 2013	71
Tabela 38 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Região (Realocando Contratações do Estado do Maranhão) – Primeiro Semestre de 2013 .....	72
Tabela 39 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2013 .....	74
Tabela 40 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2013 .....	75
Tabela 41 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2013.....	77
Tabela 42 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2013 .....	78
Tabela 43 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2013 .....	79
Tabela 44 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2013.....	79
Tabela 45 – FNE – Contratações por Tipo de Município <sup>(1)</sup> – Primeiro Semestre de 2013 .....	80
Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Primeiro Semestre de 2013 .....	81
Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações <sup>(1)</sup> Primeiro Semestre de 2013 .....	81
Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2013.....	82
Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2013.....	83
Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2013.....	83



Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Região – Primeiro Semestre de 2013.....	84
Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2013.....	84
Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2013.....	85
Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Primeiro Semestre de 2013.....	85
Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2013.....	86
Tabela 56 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Município – Primeiro Semestre de 2013.....	86
Tabela 57 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2013.....	88
Tabela 58 – FNE – Projetos Contratados <sup>(1)</sup> para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – Primeiro Semestre de 2013.....	90
Tabela 59 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> com Empreendedores Individuais – Primeiro Semestre de 2013.....	91
Tabela 60 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais <sup>2</sup> /Empresas – Primeiro Semestre de 2013.....	91
Tabela 61 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2013.....	92
Tabela 62 – FNE – Projetos da Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Primeiro Semestre de 2013.....	93
Tabela 63 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Primeiro Semestre de 2013.....	93
Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados <sup>(1)</sup> no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2013.....	94
Tabela 65 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Primeiro Semestre de 2013.....	95
Tabela 66 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2013.....	96
Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados <sup>(1)</sup> no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2013.....	97
Tabela 68 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Segmento de Informática e Medicamentos – Primeiro Semestre de 2013.....	97
Tabela 69 – FNE – Projetos Contratados <sup>(1)</sup> na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2013.....	99
Tabela 70 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013.....	102
Tabela 71 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013.....	104
Tabela 72 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013.....	105
Tabela 73 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013.....	107
Tabela 74 – FNE – Projetos Contratados <sup>1</sup> nas Mesorregiões – Primeiro Semestre de 2013.....	108

Tabela 75 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2013.....	111
Tabela 76 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2012.....	112
Tabela 77 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2013.....	113
Tabela 78 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2013.....	115
Tabela 79 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2013.....	116
Tabela 80 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2013.....	117
Tabela 81 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Primeiro Semestre de 2013.....	117
Tabela 82 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Setor – Primeiro Semestre de 2013.....	118
Tabela 83 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários <sup>(1)</sup> – Posição: 30.06.2013.....	119
Tabela 84 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor <sup>(1)</sup> – Posição: 30.06.2013.....	120
Tabela 85 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação <sup>(1)</sup> - Posição: 30.06.2013.....	120
Tabela 86 – FNE – Recuperação de Dívidas <sup>(1)</sup> – Primeiro Semestre de 2013	121
Tabela 87 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 30.06.2013.....	122
Tabela 88 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeiro Semestre de 2013 <sup>1</sup> .....	136
Tabela 89 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) – Primeiro Semestre de 2013	138

## LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte
Agroamigo	Programa de Microfinança Rural do Banco do Nordeste
AL	Estado de Alagoas
APL	Arranjo Produtivo Local
AR	Alta Renda
BA	Estado da Bahia
Bacen	Banco Central do Brasil S/A
Banese	Banco do Estado de Sergipe
BDMG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
Benef.	Beneficiamento
BNB	Banco do Nordeste do Brasil S/A
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
BR	Baixa Renda
CAGED	Cadastro Geral de Empregados e Desempregados
CAPEF	Caixa de Previdência dos Funcionários do BNB
CDB	Certificado de Depósito Bancário
CDI	Certificado de Depósito Interbancário
CE	Estado do Ceará
CIEST	Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas do Etene
CMN	Conselho Monetário Nacional
Condel	Conselho Deliberativo da Sudene
DAP	Declaração de Aptidão ao Pronaf
Desenbahia	Agência de Fomento do Estado da Bahia
Distrib.	Distribuição
DMR	Dinâmico de Média Renda
EMR	Estagnado de Média Renda
ES	Estado do Espírito Santo
Etene	Escritório Técnico de Estudos Econômicos do Nordeste
FCO	Fundo Constitucional de Financiamento do Centro Oeste
FNE	Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste
FNE Agrin	Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste
FNE EI	Programa FNE Empreendedor Individual
FNE MPE	Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas
FNE Proatur	Programa de Apoio ao Turismo Regional
FNE Proinfra	Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDH-M	Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IGP-DI	Índice Geral de Preços - Disponibilidade Interna
Ind.	Indústria
Inec	Instituto Nordeste Cidadania
IO	Instituições Operadoras
IPI	Imposto Sobre Produtos Industrializados
MA	Estado do Maranhão
MDA	Ministério do Desenvolvimento Agrário
MDS	Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome
MG	Estado de Minas Gerais
MI	Ministério da Integração Nacional
MIP	Matriz de Insumo-Produto
MPE	Micro e Pequena Empresa
NE	Nordeste
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PB	Estado da Paraíba
PDP	Política de Desenvolvimento Produtivo
PE	Estado de Pernambuco
PI	Estado do Piauí
PIB	Produto Interno Bruto
PIBpc	Produto Interno Bruto <i>per capita</i>
PL	Patrimônio Líquido
PNAD	Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios
PNCF	Programa Nacional de Crédito Fundiário
PNDR	Política Nacional de Desenvolvimento Regional
PNRA	Programa Nacional de Reforma Agrária
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
Procera	Programa de Crédito Especial para Reforma Agrária
Process.	Processamento
Prod.	Produtos
Pronaf	Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar
RIDE	Região Integrada de Desenvolvimento
RN	Estado do Rio Grande do Norte
SE	Estado de Sergipe
STN	Secretaria do Tesouro Nacional
Sudene	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
UF	Unidade da Federação
VBP	Valor Bruto da Produção

## PREFÁCIO

O Banco do Nordeste do Brasil S.A. (BNB) encaminha ao Ministério da Integração Nacional e à Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (Sudene) o Relatório de Resultados e Impactos do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE), referente ao primeiro semestre de 2013.

O Relatório traz informações sobre a execução do FNE relativamente aos setores da economia, aos estados da federação da área de atuação do Fundo, à região climática, ao porte dos empreendimentos financiados, tendo como referência a Programação do FNE para o exercício de 2013, aprovada pelo Conselho Deliberativo da Sudene (Condel/Sudene).

O BNB contratou, desde o início da operacionalização do FNE, em 1989, até junho de 2013, o montante de R\$ 122,1 bilhões<sup>1</sup>. Tais financiamentos foram direcionados predominantemente a empreendimentos de menor porte, em todos os setores da economia, localizados nos onze estados da área de atuação do Fundo.

Diante da magnitude dos recursos aplicados, da abrangência espacial da ação e da natureza de política pública que assumem os financiamentos produtivos no âmbito do FNE, ratifica-se a importância da elaboração deste Relatório.

Por meio deste, o BNB informa à sociedade sobre a execução das ações, possibilitando o monitoramento e a avaliação sistemática do desempenho operacional do FNE, à luz dos resultados alcançados. A análise das informações permite, ainda, ao BNB, rever continuamente o processo de financiamento, no contexto da conjuntura socioeconômica da Região Nordeste.

Assim, esperamos que este Relatório seja um instrumento que contribua para o aperfeiçoamento, no âmbito do FNE, do processo de financiamento produtivo com foco na geração de emprego e renda.

Francisco José Araújo Bezerra  
Superintendente do Etene

---

<sup>1</sup> Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2013.

## 1 – INTRODUÇÃO

O Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) foi criado através do artigo 159 da Constituição Federal de 1988 e regulamentado por força da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, tendo como objetivo contribuir para o desenvolvimento econômico e social de sua área de atuação.

O presente Relatório mostra os principais resultados e impactos do FNE no primeiro semestre de 2013, tendo por base as contratações realizadas nesse período.

Os financiamentos com recursos do FNE, no período considerado, alcançaram o montante de R\$ 6,3 bilhões, por meio da contratação de 264.824 operações de crédito produtivo.

Em termos de demanda por recursos, ao final do primeiro semestre de 2013, o estoque das propostas em carteira somava R\$ 2,8 bilhões e havia, ainda, aproximadamente, o mesmo montante em negócios prospectados.

Setorialmente, os recursos do FNE foram distribuídos da seguinte forma: as atividades relacionadas ao meio rural absorveram R\$ 2,4 bilhões ou 38,8% do total contratado pelo FNE no primeiro semestre de 2013. O Setor Comércio e Serviços obteve R\$ 1,9 bilhão, equivalente a 30,3% do total contratado, seguido pelo Setor Industrial, no qual foi contratado o montante de R\$ 1,5 bilhão (23,5% do total contratado). No Setor de Turismo, as contratações atingiram o montante de R\$ 314,3 milhões (5,0% do total contratado), no Setor de Infraestrutura, alcançaram R\$ 76,8 milhões (1,2% do total) e no Setor Agroindustrial, as contratações, neste primeiro semestre de 2013, somaram R\$ 77,8 milhões, o que corresponde, aproximadamente, a 1,2% do total contratado pelo FNE, neste mesmo período.

No que se refere à distribuição por região climática, as contratações no semiárido totalizaram, aproximadamente, R\$ 2,0 bilhões, que contemplaram cerca de 523 mil produtores, agricultores familiares e empreendimentos nesse território do Nordeste, no primeiro semestre do ano de 2013.

Os mini/micro, os pequenos e os pequeno-médios empreendimentos receberam recursos da ordem de R\$ 2,8 bilhões. Quase 769 mil beneficiários do FNE, no período, pertenciam a essas categorias de porte.

À agricultura familiar, por meio do Pronaf, foram destinados recursos do Fundo, neste primeiro semestre de 2013, no total de R\$ 1,1 bilhão. Esses financiamentos beneficiaram mais de 736 mil pessoas, no âmbito desse Programa.

O FNE contratou recursos em todos os estados e em 1.980 municípios de sua área de atuação, neste mesmo período.

Utilizando-se a Matriz de Insumo-Produto, infere-se que as contratações realizadas no primeiro semestre de 2013, no âmbito do FNE, possam gerar para a Região, por meio de efeitos diretos, indiretos e de renda, acréscimo de produção bruta regional de aproximadamente R\$ 13,8 bilhões; valor adicionado estimado em R\$ 7,8 bilhões; geração de, aproximadamente, 537 mil ocupações (considerando-se empregos diretos, indiretos e induzidos); pagamento de salários por volta de R\$ 2,2 bilhões e geração de impostos estimada em R\$ 2,0 bilhões. Ressalta-se que os impactos acima não consideram os efeitos de transbordamento refletidos pelo Fundo.

O presente Relatório está dividido em sete capítulos. Esta **Introdução** faz uma síntese dos principais resultados das contratações do FNE no período analisado.

O segundo capítulo, **Políticas Regionais e o Desempenho da Economia do Nordeste**, apresenta um panorama da economia nordestina, que contextualiza e subsidia a compreensão da dinâmica do FNE.

A **Execução do FNE**, no terceiro capítulo, discrimina os financiamentos produtivos do Fundo, analisando-os em consonância com os setores da economia, com os estados da federação de sua área de atuação, com as regiões climáticas (no semiárido e fora do semiárido), com o porte dos empreendimentos, com as mesorregiões, com as tipologias definidas pela Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), bem como com as prioridades estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional.

O quarto capítulo, sobre a **Gestão do Ativo Operacional**, analisa o comportamento da adimplência do FNE no período e o processo de gerenciamento de crédito, enquanto o capítulo seguinte, **Resultado dos Acompanhamentos e Fiscalizações dos Empreendimentos Financiados**, faz uma síntese das visitas ao longo do primeiro semestre de 2013, explicitando as principais ações e ocorrências.

Em sequência, o sexto capítulo, sobre **Avaliação dos Resultados e Impactos do FNE**, apresenta os indicadores de desempenho utilizados, bem como faz uma análise das externalidades provocadas na economia regional e brasileira, utilizando-se como instrumento a Matriz de Insumo-Produto Regional.

Finalizando, são apresentadas as **Recomendações do Ministério da Integração Nacional**.

## 2 – POLÍTICAS REGIONAIS E O DESEMPENHO DA ECONOMIA DO NORDESTE

A política de desenvolvimento regional brasileira teve uma inflexão marcante em 1988/89, com a criação e regulamentação dos Fundos Constitucionais, em especial – para o Nordeste – com início do funcionamento do FNE. Em 2007, a luta pela redução das desigualdades regionais foi fortalecida, de forma direta, com a institucionalização da Política Nacional de Desenvolvimento Regional (PNDR), por meio do Decreto nº 6.047, de 22 de fevereiro de 2007, e de forma indireta com a implementação dos diversos programas sociais do Governo. Ao lado disso, testemunhou-se a retomada das ações governamentais, nos diversos níveis de governo, em prol da infraestrutura econômica regional.

Essas iniciativas foram concebidas para repercutir sobre as variáveis econômicas e sociais da Região, estimulando diretamente a produção, removendo-lhe os entraves e melhorando as condições de vida dos nordestinos, o que tem consequências indiretas sobre as atividades produtivas. Conforme afirma o Ministério da Integração Nacional, “a PNDR tem o duplo propósito de reduzir as desigualdades regionais e de ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões brasileiras [...]. O foco das preocupações incide, portanto, sobre a dinamização das regiões e a melhor distribuição das atividades produtivas no território”<sup>2</sup>.

Essa dinamização vem sendo alcançada para a Região como um todo, conforme os dados da Tabela 1. O PIB per capita (PIBpc) do Nordeste aumentou em 47,0% em termos reais, de 1990 a 2010, superando o desempenho nacional, que foi de 38,9% no mesmo período. Com isso, o PIBpc regional passou a representar 48,4% do nacional em 2010, ante 45,7% em 1990.

Aproximar o Nordeste das regiões brasileiras mais desenvolvidas é um dos objetivos do FNE; mas também o é diminuir as diferenças entre os estados desta Região. Nesse sentido, a desigualdade intrarregional também diminuiu: o que pode ser visto pelo coeficiente de variação<sup>3</sup>, que passou de 0,23 para 0,19. Sete estados (Bahia, Ceará, Maranhão, Paraíba, Pernambuco, Piauí e Rio Grande do Norte) tiveram um desempenho igual ou superior ao do País.

---

<sup>2</sup> Disponível em <http://www.mi.gov.br/desenvolvimentoregional/pndr/>. Acesso em 18/02/2013.

<sup>3</sup> O coeficiente de variação (CV) é uma medida adimensional, resultado da divisão do desvio-padrão pela média. A diminuição do CV de um período para o outro sinaliza uma redução da dispersão dos valores dos estados em torno da média.



**Tabela 1 – Evolução do PIB Per Capita dos Estados do Nordeste, da Região e do Brasil, de 1990 para 2010.**

<b>Estados</b>	<b>1990</b>	<b>2010</b>	<b>Var %</b>
Alagoas	6.183	7.874	27,4
Bahia	7.344	11.007	49,9
Ceará	6.298	9.217	46,3
Maranhão	4.604	6.889	49,6
Paraíba	5.122	8.481	65,6
Pernambuco	7.532	10.822	43,7
Piauí	4.156	7.073	70,2
Rio Grande do Norte	7.030	10.208	45,2
Sergipe	8.600	11.572	34,6
<b>Região Nordeste</b>	<b>6.505</b>	<b>9.561</b>	<b>47,0</b>
<b>Brasil</b>	<b>14.229</b>	<b>19.766</b>	<b>38,9</b>
<b>Coef. de Variação</b>	<b>0,23</b>	<b>0,19</b>	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

O PIBpc do Nordeste apresentou o quarto maior crescimento entre as cinco regiões brasileiras (Tabela 2); entretanto, logrou superar o desempenho da Região Sudeste, por muitos anos, o exemplo a ser seguido. Vale ressaltar que o Norte e o Centro-Oeste, por serem as regiões de fronteira do País, vêm apresentando um crescimento difícil de ser acompanhado pelo restante do Brasil. Numa comparação com as economias mais maduras, o PIBpc do Nordeste passou a representar 36,8% e 42,3% da mesma variável do Sudeste e do Sul, respectivamente, em 2010, contra respectivos 32,9% e 42,5% em 1990. De igual modo, a relação PIBpc do Nordeste/PIBpc do Brasil avançou de 45,7% para 48,4% no mesmo período.

**Tabela 2 – Evolução do PIB Per Capita das Regiões Brasileiras, de 1990 para 2010.**

<b>Regiões</b>	<b>1990</b>	<b>2010</b>	<b>Var %</b>
Norte	7.875	12.701	61,3
Nordeste	6.505	9.561	47,0
Sudeste	19.746	25.988	31,6
Sul	15.301	22.723	48,5
Centro-Oeste	16.718	24.953	49,3
Brasil	14.229	19.766	38,9
Coef. de Variação	0,44	0,39	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

O crescimento real do PIB total do Nordeste superou levemente o do País (Tabela 3) de 1990 para 2010, mas isso foi insuficiente para aumentar significativamente a participação regional ou de cada estado *per se* no total nacional, apesar de cinco estados terem crescido mais do que o País e de seis terem crescido mais do que a Região. De uma maneira geral, a desigualdade entre os estados nordestinos caiu, conforme se vê pela redução do coeficiente de variação; entretanto, a diferença entre o maior e o menor PIB estadual ampliou-se. Numa comparação regional, o crescimento real do PIB nordestino no período superou o das Regiões Sudeste e Sul, mas não alcançou o das regiões de fronteira do Brasil (Norte e Centro-Oeste) (Tabela 4).

**Tabela 3 – Nordeste - Evolução Real do PIB dos Estados, de 1990 a 2010**

<b>Estados</b>	<b>1990</b>	<b>2010</b>	<b>Var %</b>
Alagoas	15.488	24.575	58,7
Bahia	86.902	154.340	77,6
Ceará	40.113	77.865	94,1
Maranhão	22.661	45.256	99,7
Paraíba	16.457	31.947	94,1
Pernambuco	53.868	95.187	76,7
Piauí	10.734	22.060	105,5
Rio Grande do Norte	16.915	32.339	91,2
Sergipe	12.752	23.932	87,7
<b>Região Nordeste</b>	<b>276.219</b>	<b>507.502</b>	<b>83,7</b>
<b>Brasil</b>	<b>2.085.881</b>	<b>3.770.085</b>	<b>80,7</b>
<b>Coef. de Variação</b>	<b>0,83</b>	<b>0,80</b>	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

**Tabela 4 – Evolução Real do PIB das Regiões Brasileiras, de 1990 a 2010**

<b>Regiões</b>	<b>1990</b>	<b>2010</b>	<b>Var %</b>
Norte	77.726	201.511	159,3
Nordeste	276.219	507.502	83,7
Sudeste	1.238.566	2.088.221	68,6
Sul	339.663	622.255	83,2
Centro-Oeste	156.024	350.596	124,7
<b>Brasil</b>	<b>2.085.881</b>	<b>3.770.085</b>	<b>80,7</b>
<b>Coef. de Variação</b>	<b>1,13</b>	<b>1,01</b>	

Fonte: IBGE, Contas Regionais do Brasil 2010, Projeção da População do Brasil para o Período 1980-2050 - Revisão 2008 e estimativas populacionais para os municípios brasileiros em 01.07.2009.

Nota: Valores atualizados através da série encadeada do volume do Produto Interno Bruto específico para cada unidade geográfica.

Elaboração: BNB/Etene/Central de Informações Econômicas, Sociais e Tecnológicas.

Em termos de estrutura econômica, a Região Nordeste vem repetindo o processo de transformação pelo qual passam as regiões em desenvolvimento: diminuição na participação relativa da agropecuária, em favor do aumento da indústria e dos serviços (Tabela 5). Ressalte-se que, de 1990 para 2010, a participação nordestina, no valor adicionado da indústria, cresceu mais (1,78 pontos percentuais) do que nos serviços.

**Tabela 5 – Participações das Regiões Brasileiras no Valor Adicionado Setorial, em 1990 e 2010**

Regiões	Agropecuária			Indústria			Serviços		
	1990 (a)	2009 (b)	b - a	1990 (a)	2009 (b)	b - a	1990 (a)	2009 (b)	b - a
Norte	11,49	9,35	-2,13	4,08	4,94	0,86	3,83	4,10	0,26
Nordeste	18,85	18,16	-0,69	10,46	12,25	1,78	13,22	14,18	0,97
Centro-Oeste	7,54	19,50	11,96	2,22	6,08	3,86	14,03	11,10	-2,94
Sudeste	35,46	27,11	-8,35	64,13	58,17	-5,96	54,79	55,29	0,50
Sul	26,66	25,87	-0,78	19,11	18,57	-0,54	14,13	15,34	1,21

Fonte: elaboração própria, com dados básicos do IPEADATA.

Não obstante os lentos avanços registrados no campo econômico anteriormente comentados, a Região Nordeste tem se aproximado mais rapidamente dos indicadores brasileiros no campo social, conforme se vê na Tabela 6. O acesso à iluminação elétrica foi praticamente universalizado de 1992<sup>4</sup> para 2011, com o Nordeste avançando de forma três vezes mais rápida que o País. A diferença entre os percentuais do Brasil e do Nordeste, que era de 15,6 pontos percentuais, foi praticamente zerada. Destaque-se que, em seis estados da Região, o percentual de domicílios que têm acesso à iluminação elétrica é igual ou maior que o do Brasil (Alagoas, Ceará, Paraíba, Pernambuco, Rio Grande do Norte e Sergipe).

O avanço nordestino no acesso à rede geral de abastecimento d'água deu-se num ritmo quase dez vezes superior ao brasileiro, eliminando a diferença entre os percentuais de domicílios com acesso à água nacional e regional, de 18,4 pontos percentuais e transformando-a numa surpreendente vantagem de 7,9 pontos percentuais pró-Nordeste. As diferenças intrarregionais, nesse tocante, também caíram e apenas dois estados da Região (Alagoas e Maranhão) apresentam esse indicador inferior ao nacional.

<sup>4</sup> O ano de 1992 foi escolhido como ponto de partida por ser o primeiro a dispor dos dados da PNAD, após a criação do FNE.

**Tabela 6 – Evolução de Indicadores Sociais Selecionados nos Estados do Nordeste, de 1992 a 2011**

Estados	Acesso à Rede Geral de Abastecimento d'Água (%)			Acesso à Coleta de Lixo (%)			Acesso à Iluminação Elétrica (%)		
	1992	2011	Var %	1992	2011	Var %	1992	2011	Var %
Alagoas	62,4	76,9	23,2	54,6	96,3	76,4	81,5	100,0	22,7
Bahia	54,3	86,4	59,1	41,9	93,6	123,4	71,2	99,2	39,3
Ceará	45,1	86,1	90,9	44,2	94,2	113,1	65,4	99,7	52,4
Maranhão	38,6	75,4	95,3	17,7	77,8	339,5	59,2	99,6	68,2
Paraíba	62,3	86,5	38,8	47,6	96,8	103,4	79,0	99,8	26,3
Pernambuco	66,9	79,1	18,2	53,7	95,1	77,1	83,6	99,9	19,5
Piauí	50,3	98,2	95,2	27,3	88,3	223,4	60,1	99,4	65,4
Rio Grande do Norte	64,2	96,5	50,3	65,3	99,3	52,1	88,7	99,7	12,4
Sergipe	65,1	93,5	43,6	53,3	98,5	84,8	84,0	99,8	18,8
Região Nordeste	55,2	85,5	54,9	43,7	92,4	111,4	73,2	99,6	36,1
Brasil	73,6	77,6	5,4	66,6	94,5	41,9	88,8	99,7	12,3
Coef. de Variação	0,18	0,10		0,33	0,07		0,15	0,00	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

No que diz respeito ao acesso à coleta de lixo, o crescimento do Nordeste de 1992 para 2011, também foi quase três vezes mais intenso que o do Brasil, reduzindo a diferença no indicador de 22,9 para 2,1 pontos percentuais. Ressaltem-se os avanços obtidos pelos estados do Maranhão e do Piauí, que detinham os menores percentuais de acesso em 1992 com uma média aritmética simples de 22,5%, que elevou-se para 83,0% em 2011, apesar de aqueles estados terem permanecido ocupando as duas últimas posições. As diferenças entre os estados também diminuiram, conforme se infere pela queda no coeficiente de variação.

O cenário de redução da pobreza no Nordeste também foi positivo (Tabela 7)<sup>5</sup>. O melhor desempenho observou-se quanto aos domicílios extremamente pobres, com a Região praticamente acompanhando o País e reduzindo o seu número em mais de um terço. Houve uma queda significativa no número de pessoas pobres (22,6%) na Região, apesar de 10 pontos percentuais menor que a obtida pelo Brasil. Em se tratando de domicílios pobres, a redução foi razoável (9,7%), mas 14 pontos percentuais abaixo do País.

<sup>5</sup> Conquanto já tenha sido divulgada pelo IBGE, a Pesquisa Nacional por Amostras de Domicílios (PNAD) referente a 2011, as informações sobre a pobreza e a desigualdade apresentadas a partir deste ponto não estão disponíveis, pelo que, nas Tabelas de 7 a 9, as comparações ainda estão sendo feitas para o período 1992/2009.

**Tabela 7 – Pobreza e Extrema Pobreza nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009**

Estados	Domicílios Extremamente Pobres (mil unidades)			Domicílios Pobres (mil unidades)			Pessoas Pobres (mil unidades)		
	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %
Alagoas	156	149	-4,5	312	345,0	10,6	1.642	1.515	-7,7
Bahia	796	477	-40,1	1.507	1.294,0	-14,1	7.509	5.512	-26,6
Ceará	503	301	-40,2	850	727,0	-14,5	4.282	3.085	-28,0
Maranhão	251	252	0,4	464	573,0	23,5	2.355	2.666	13,2
Paraíba	255	125	-51,0	442	361,0	-18,3	2.154	1.543	-28,4
Pernambuco	507	346	-31,8	965	864,0	-10,5	4.714	3.595	-23,7
Piauí	225	112	-50,2	351	285,0	-18,8	1.931	1.205	-37,6
Rio Grande do Norte	168	81	-51,8	322	256,0	-20,5	1.603	1.089	-32,1
Sergipe	94	59	-37,2	189	176,0	-6,9	896	765	-14,6
Região Nordeste	2.955	1.902	-35,6	5.403	4.881,0	-9,7	27.084	20.976	-22,6
Brasil	5.378	3.306	-38,5	12.225	9.299,0	-23,9	58.911	39.632	-32,7
Coef. de Variação	0,69	0,67		0,71	0,67		0,70	0,66	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE. Linha de pobreza estabelecida como o valor da cesta de alimentos com o mínimo de calorias necessárias para suprir adequadamente uma pessoa, com base nas recomendações da FAO e da OMS, sendo o dobro da linha de extrema pobreza.

A renda domiciliar per capita média, entre 1992 e 2009, cresceu muito mais no Nordeste do que no Brasil (Tabela 8), fazendo com que a relação NE/BR passasse de 54,3% para 62,8%, com todos os estados nordestinos, exceto Alagoas, tendo variação superior à do Brasil no período. O mesmo comportamento foi observado no tocante à renda média de todos os trabalhos, cuja representatividade frente à média nacional passou de 55,1% em 1992 para 64,6% em 2009, com Alagoas apresentando também desempenho inferior ao nacional. Vale ressaltar que, para ambos os indicadores, a desigualdade intrarregional caiu.

**Tabela 8 – Renda Domiciliar Per Capita e Renda Média de Todos os Trabalhos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009**

Estados	Renda Domiciliar Per Capita Média (R\$ out 2009)			Renda Média de Todos os Trabalhos (R\$ out 2009)		
	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %
Alagoas	260,83	378,01	44,9	514,17	695,72	35,3
Bahia	257,87	463,82	79,9	462,36	687,21	48,6
Ceará	220,05	427,84	94,4	391,91	631,59	61,2
Maranhão	191,28	383,95	100,7	286,88	659,64	129,9
Paraíba	217,70	473,87	117,7	374,92	761,41	103,1
Pernambuco	259,13	435,63	68,1	453,10	699,54	54,4
Piauí	179,52	444,22	147,4	310,29	574,91	85,3
Rio Grande do Norte	271,31	509,68	87,9	453,60	780,26	72,0
Sergipe	296,66	514,86	73,6	482,38	780,00	61,7
Região Nordeste	240,93	443,05	83,9	427,93	689,86	61,2
Brasil	443,80	705,72	59,0	776,68	1.068,39	37,6
Coef. de Variação	0,16	0,11		0,19	0,10	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

Apesar dessa melhoria geral nos rendimentos, os indicadores de desigualdade de renda da Região não acompanharam os do País (Tabela 9). A razão entre a renda dos 10% mais ricos sobre a dos 40% mais pobres melhorou em todos os estados (exceto o Maranhão), com significativa redução da dispersão (queda no coeficiente de variação); o Índice de Gini reduziu-se também (indicando uma distribuição de renda mais equitativa), mas a desigualdade intrarregional, nesse tocante, permaneceu praticamente a mesma.

**Tabela 9 – Indicadores Selecionados de Desigualdade de Renda nos Estados do Nordeste, em 1992 e 2009**

Estados	Razão 10% + Ricos/ 40% + pobres			Índice de Gini		
	1992	2009	Var %	1992	2009	Var %
Alagoas	20,62	19,52	-5,3	0,583	0,572	-1,9
Bahia	22,27	17,89	-19,7	0,594	0,556	-6,4
Ceará	25,05	16,72	-33,3	0,605	0,544	-10,1
Maranhão	15,36	16,05	4,5	0,525	0,538	2,5
Paraíba	22,99	21,31	-7,3	0,590	0,591	0,2
Pernambuco	22,07	17,55	-20,5	0,588	0,554	-5,8
Piauí	27,51	17,64	-35,9	0,615	0,555	-9,8
Rio Grande do Norte	23,52	17,86	-24,1	0,604	0,559	-7,5
Sergipe	22,10	20,17	-8,7	0,592	0,576	-2,7
Região Nordeste	22,66	17,96	-20,7	0,593	0,558	-5,9
Brasil	21,68	16,67	-23,1	0,583	0,543	-6,9
Coef. de Variação	0,15	0,09		0,04	0,03	

Fonte: BNB/Etene/CIEST a partir dos microdados da PNAD/IBGE.

A melhoria nos indicadores econômicos e sociais propiciou um avanço na principal medida regional de desenvolvimento humano. Assim, o IDHM do Nordeste que era de apenas 0,393 em 1991, passou para 0,660 em 2010 (PNUD, 2013), registrando um crescimento de 67,8% e uma menor dispersão, ao passo que o Brasil, no mesmo período, cresceu 47,8% (passou de 0,492 em 1991 para 0,727 em 2010) (Tabela 10). Mas apesar desse crescimento, os estados nordestinos continuam com o IDH inferior ao dos demais estados do Brasil, ocupando nove das doze últimas posições no *ranking* nacional.

**Tabela 10 – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) dos Estados do Nordeste, em 1991 e 2010**

Estados	IDH		
	1991	2010	Var %
Alagoas	0,370	0,631	70,5
Bahia	0,386	0,660	71,0
Ceará	0,405	0,682	68,4
Maranhão	0,357	0,639	79,0
Paraíba	0,382	0,658	72,3
Pernambuco	0,440	0,673	53,0
Piauí	0,362	0,646	78,5
Rio Grande do Norte	0,428	0,684	59,8
Sergipe	0,408	0,665	63,0
Região Nordeste (*)	0,393	0,660	67,8
Brasil	0,492	0,727	47,8
Coef. de Variação	0,07	0,03	

(\*) Calculado como média simples dos estados.

Fonte: PNUD (2013).

Desse modo, em decorrência da persistência de desigualdades intra e inter-regionais (especialmente quando se leva em consideração o recorte do semiárido) e do elevado nível de pobreza ainda existente no Nordeste, a Região demanda políticas que contribuem para avançar no processo de desenvolvimento sustentável, como ampliação da geração de empregos, investimentos em infraestrutura física e consolidação de uma rede de proteção social. Referidas transformações estruturais precisam ser acompanhadas por ampliação da oferta de crédito e de financiamentos para o setor produtivo regional, de modo a garantir a ampliação da oferta de bens e serviços, postos de trabalho e renda, aumentando a relevância do FNE nos anos vindouros.



### **3 – A EXECUÇÃO DO FNE**

As contratações do FNE, no primeiro semestre de 2013, somaram R\$ 6,3 bilhões, registrando um crescimento de 61,5% em relação ao mesmo período de 2012, quando foram contratados R\$ 3,9 bilhões.

Ressalta-se que houve incremento dos valores contratados em todos os setores de atividade, especialmente no Setor Industrial que apresentou forte incremento (151,5%), em relação ao mesmo período de 2012, seguido do Setor Comércio e Serviços que cresceu 91,5%.

Os setores Rural e Agroindustrial absorveram, em conjunto, cerca de R\$ 2,5 bilhões, representando 40,0% do total contratado pelo FNE no período em análise. O Setor Turismo apresentou contratações da ordem de R\$ 314,3 milhões, ou 5,0% do total contratado através do FNE (Tabela 11).

O Setor de Infraestrutura, notadamente caracterizado pelas grandes inversões, contratou apenas R\$ 76,8 mil, referente a atividades auxiliares de transporte no Maranhão. A pequena representatividade pode ser explicada pela adequação do BNB às novas diretrizes do Governo Federal na condução dessa política pública, priorizando os recursos para os mini, micro e pequenos empreendimentos.

Observa-se que, do total de beneficiários do FNE no primeiro semestre de 2013 (769,4 mil), 98,7% foram atendidos no âmbito do FNE Setor Rural (759,0 mil), mantendo o mesmo grau de importância verificado no primeiro semestre de 2012. No âmbito do FNE Rural, a quantidade de beneficiários pertencentes à categoria de mini/micro (754,6 mil), representou 99,4% do número de beneficiários neste setor (Tabela 40).

Estes resultados, correspondentes ao primeiro semestre de 2013, constituem-se em resultados parciais do ano, os quais serão alterados em função da confirmação, no período de julho a dezembro, das operações de financiamento que atualmente se encontram em diferentes etapas do processo de crédito (cartas-consulta e propostas em carteira).

Diante das observações acima, verifica-se que o primeiro semestre de 2013 apresentou importantes resultados. Apontam-se, a seguir, alguns fatores relevantes que contribuíram para o desempenho apresentado pelo FNE:

1. Os bons resultados vêm sendo obtidos considerando o contínuo esforço nas ações do BNB em aprimorar seu processo de crédito, dentre as quais se destacam: i) maior rigor na seleção de clientes; e ii) ênfase no acompanhamento e monitoramento das operações com vistas a mitigar riscos e aumentar a margem de retorno dos ativos;
2. forte presença do BNB como agente impulsionador do crescimento e desenvolvimento da economia regional, cumprindo seu papel de executor de política pública do Governo Federal. Isso se faz ainda mais evidente

em períodos de retração econômica, complementando a atuação dos demais agentes;

- o Pronaf continua sendo um Programa de grande importância e alvo das prioridades do Banco, conforme demonstram seus resultados no primeiro semestre de 2013; a ampliação das aplicações reflete o compromisso do Banco com os agricultores familiares, bem como o zelo para com a utilização de recursos do FNE, além da adequada aplicação das orientações emanadas pelo Ministério do Desenvolvimento Agrário, em relação aos créditos inadimplidos nos municípios.

**Tabela 11 – FNE – Desempenho Operacional e Propostas em Carteira – Primeiro Semestre de 2013**

Setores e Programas	Contratações <sup>(1)</sup>				Valores em R\$ Mil	
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)	
<b>RURAL</b>	<b>254.454</b>	<b>759.001</b>	<b>2.435.933</b>	<b>38,8</b>	<b>623.553</b>	
FNE Rural - Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural do Nordeste	5.276	15.712	1.070.375	17,0	407.372	
FNE Seca/2012 - Não Pronaf	1.989	5.969	58.548	0,9	6.723	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Semiárido/Seca 2012)	133.947	401.841	739.835	11,8	58.852	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Grupo A)	1.160	2.496	19.898	0,3	2.540	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo B)	99.977	299.847	244.165	3,9	19.105	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf – Grupo C)	102	306	328	-	-	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Grupo D)	-	-	-	-	-	
Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf - Demais Grupos)	11.818	32.280	144.340	2,3	22.360	
FNE Aquipisca - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca	39	117	6.929	0,1	11.872	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	22	66	60.283	1,0	70.012	
FNE Profruta Pesqueira - Programa de Financ. da Ampl. e Modernização da Frota Pesqueira Nacional	-	-	-	-	-	
FNE Irrigação - Programa de Financiamento à Agricultura Irrigada	124	367	91.232	1,5	24.717	
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	-	-	-	-	-	
<b>AGROINDUSTRIAL</b>	<b>101</b>	<b>101</b>	<b>77.754</b>	<b>1,2</b>	<b>25.868</b>	
FNE Agrin - Programa de Apoio ao Desenvolvimento da Agroindústria do Nordeste	30	30	59.582	0,9	23.961	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	71	71	18.172	0,3	1.907	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	-	-	-	-	-	
<b>INDUSTRIAL</b>	<b>1.171</b>	<b>1.171</b>	<b>1.470.634</b>	<b>23,5</b>	<b>387.036</b>	
FNE Industrial - Programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste	196	196	1.373.571	22,0	328.825	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	2	2	1.786	-	6.599	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	906	906	92.031	1,5	51.558	
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	2	2	2.539	-	-	
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	65	65	707	-	54	
<b>TURISMO</b>	<b>171</b>	<b>171</b>	<b>314.296</b>	<b>5,0</b>	<b>135.807</b>	
FNE Proatur - Programa de Apoio ao Turismo Regional	27	27	274.182	4,4	103.634	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	143	143	40.100	0,6	32.163	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	1	1	14	-	10	

Setores e Programas	Contratações <sup>(1)</sup>				Valores em R\$ Mil	
	Nº de Operações	Quant. Benef.	Valor	%	Valor das Propostas em Carteira (2)	
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	<b>1</b>	<b>1</b>	<b>76.791</b>	<b>1,2</b>	<b>681.957</b>	
FNE Proinfra - Programa de Financiamento à Infraestrutura Complementar da Região Nordeste	1	1	76.791	1,2	681.957	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	-	
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	<b>8.926</b>	<b>8.926</b>	<b>1.902.992</b>	<b>30,3</b>	<b>977.672</b>	
FNE Comércio e Serviços - Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços	703	703	1.328.145	21,2	788.864	
FNE Procultura - Programa de Financiamento à Cultura	-	-	-	-	-	
FNE Verde - Programa de Financiamento à Sustentabilidade Ambiental	-	-	-	-	2.505	
FNE Inovação - Programa de Financiamento à Inovação	3	3	151	-	23.238	
FNE MPE - Programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas	7.625	7.625	568.008	9,0	162.650	
FNE EI - Programa FNE Empreendedor Individual	595	595	6.688	0,1	415	
<b>Total</b>	<b>264.824</b>	<b>769.371</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>	<b>2.831.893</b>	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva e Institucional.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

Com relação à demanda por recursos do Fundo, ao final do primeiro semestre de 2013, o estoque de propostas em carteira (em fase de análise e/ou em fase de contratação) totalizou R\$ 2,8 bilhões. Referidas propostas estão distribuídas da seguinte forma: 34,5% do Setor de Comércio e Serviços; 24,1% do Setor de Infraestrutura; 22,0% do Setor Rural; 13,7% do Setor Industrial; 4,8% do Setor Turismo; e 0,9% do Setor Agroindustrial (Tabela 11).

Além das propostas em carteira, os projetos em negociação registraram uma demanda da ordem de R\$ 2,8 bilhões, destacando-se com maiores volumes de prospecções o estado do Ceará (R\$ 767,8 milhões) seguido de Pernambuco (R\$ 665,9 milhões). Em conjunto, estes estados apresentaram, até 30.06.2013, volume de negócios prospectados de aproximadamente R\$ 1,4 bilhão, representando 50,0% dos negócios em vias de realização (Tabela 12).

**Tabela 12 – FNE – Prospecção de Negócios – Posição: 30.06.2013****Valores em R\$ Mil**

<b>Estados</b>	<b>Projetos em Negociação <sup>(1) (2)</sup></b>
Alagoas	-
Bahia	302.175
Ceará	767.822
Espírito Santo	-
Minas Gerais	257.157
Maranhão	234.395
Paraíba	49.000
Pernambuco	665.937
Piauí	-
Rio Grande do Norte	175.222
Sergipe	112.996
Extrarregionais	280.051
<b>Total</b>	<b>2.844.755</b>

Fonte: BNB – Área de Negócios.

**Notas:** (1) Referem-se a valores a financiar, por projeto, acima de R\$ 3,0 milhões; (2) Cartas-Consultas aprovadas, não contratadas.

O patrimônio líquido do Fundo aumentou de R\$ 42,8 bilhões em 31.12.2012, para R\$ 45,5 bilhões em 30.06.2013, apresentando crescimento nominal de 6,2%. Referido acréscimo líquido (R\$ 2,7 bilhões) decorreu, basicamente, dos ingressos de recursos oriundos da Secretaria do Tesouro Nacional/Ministério da Integração Nacional (R\$ 3,0 bilhões) (Tabelas 13 e 14).

**Tabela 13 – FNE – Demonstrativo do Patrimônio Líquido – Posição em 30.06.2013****Valores em R\$ Mil**

<b>(1) Até 31.12.2012</b>	<b>42.848.130</b>
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	43.156.154
. Resultados Acumulados	-308.028
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	4
<b>(2) No 1º Semestre de 2013</b>	<b>2.668.398</b>
. Recebido da STN/Ministério da Integração Nacional	2.983.160
. Resultado do Exercício	-306.063
. Ajustes de Resultados de Exercícios Anteriores	-8.737
. Provisões para Pagamentos a Efetuar	38
<b>Patrimônio Total em 30.06.2013 (1) + (2)</b>	<b>45.516.528</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

No Gráfico 1 verifica-se que, exceto no mês de abril, em todos os outros meses do primeiro semestre de 2013 os repasses mensais de recursos foram maiores, quando comparados com o mesmo período de 2012. Esses recursos

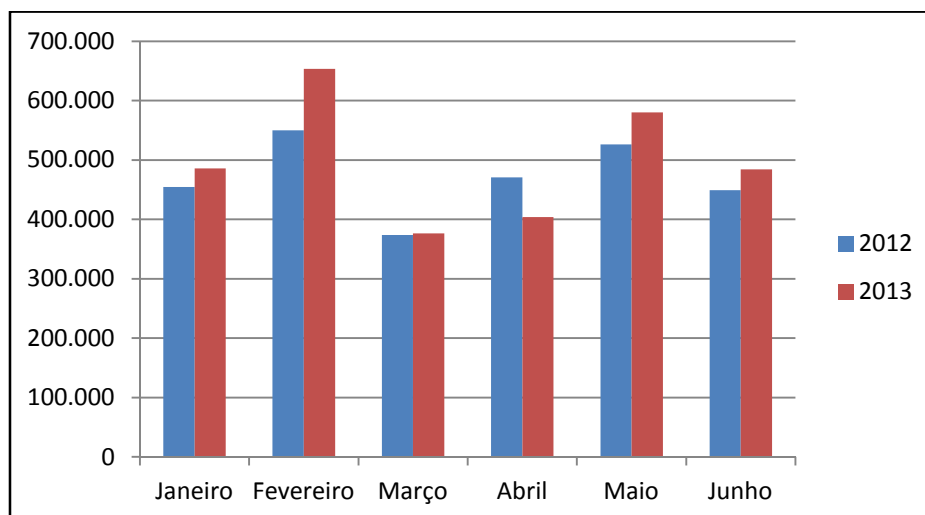
destinados ao FNE ocorrem em função do crescimento da atividade econômica do País, além do aperfeiçoamento nos sistemas de arrecadação tributária.

**Tabela 14 – FNE – Ingressos Mensais de Recursos – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Mês	Ingressos	Ingressos Acumulados
Janeiro	485.629	485.629
Fevereiro	653.362	1.138.991
Março	376.288	1.515.279
Abril	403.749	1.919.028
Maio	580.132	2.499.160
Junho	484.000	2.983.160

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.



**Gráfico 1 – FNE – Ingressos Mensais (R\$ Mil) de Recursos – Primeiro Semestre de 2013**

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

O reembolso dos recursos emprestados aumentou de R\$ 3,3 bilhões no primeiro semestre de 2012, para R\$ 3,6 bilhões no mesmo período em 2013, com incremento nominal de 9,1%. As disponibilidades do FNE apresentaram acréscimo ao final do primeiro semestre de 2013, de 3,2% em relação ao final do exercício de 2012. Mencionadas disponibilidades totalizaram R\$ 6,7 bilhões ao final do primeiro semestre de 2013, dos quais R\$ 5,8 bilhões representados por valores a liberar por conta de operações já contratadas e R\$ 899,0 milhões para contratação de novos financiamentos (Tabela 15).

**Tabela 15 – FNE – Demonstrativo das Variações das Disponibilidades –  
Primeiro Semestre de 2013**

	Valores em R\$ Mil
<b>Disponibilidades em 31.12.2012</b>	<b>6.532.248</b>
Disponibilidades para Novas Contratações	990.358
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.541.890
<b>Disponibilidades em 30.06.2013</b>	<b>6.742.015</b>
Disponibilidades para Novas Contratações	899.021
Recursos a Liberar por Conta de Financiamentos Contratados	5.842.994
<b>Variação das Disponibilidades</b>	<b>209.767</b>
- Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	2.983.160
- Remuneração das Disponibilidades	231.806
- Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	3.591.641
- Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	172.263
- Recebimento de Valores Baixados como Prejuízo	50.969
- Cobertura Ops. p/Fundos de Aval	941
- Cobertura Ops. Programa da Terra p/INCRA	0
- Cobertura de Ops. pelo PROAGRO	9.680
- Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	258
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	2.244
- Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops. FNE	149
- Desembolsos de Ops. Crédito/Repases Outras Instituições	-5.624.537
- Taxa de Administração	-596.632
- Del Credere do BNB - Repases Lei 7.827, Art. 9º A	-26.315
- Del Credere do BNB - Demais Operações	-461.525
- Del Credere Instituições Operadoras	-1.825
- Remuneração do BNB sobre Saldos Operações PRONAF	-56.606
- Remuneração do BNB sobre Desembolsos Operações PRONAF	-2.519
- Prêmio de Desempenho do BNB sobre Operações PRONAF	-24.807
- Despesa Auditoria Externa	-25
- Rebate de Principal de Ops. Lei 10.193/2001 – FAT/BNDES -Estiagem 98	-3
- Bônus/Dispensas Ops. PJ-Parcela Risco BNB-Reneg. Leis 11.322/11.775	-177
- Conversão de Ops. para o FNE - Lei 10.464/10.696	-144
- Aquisição de Ops. pelo FNE - Lei 11.322	-33
- Reclassificação Ops. Outras Fontes para FNE - Lei 11.775	-523
- Devolução ao BNB Ops. PJ Renegociadas - Parcela Risco BNB	-18.612
- Bônus Adimplência Ops. Repases BNB - Art. 9º A, Lei 7.827	-6.406
- Dispensa/Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei 12.249 - Ônus FNE	-9.462
- Dispensa/Remissão/Rebate Outras Operações - Lei 12.249 - Ônus FNE	-1.573
- Outros Eventos	-1.620
<b>Total</b>	<b>209.767</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

### 3.1 – Contratações Setoriais

As contratações setoriais do FNE, no primeiro semestre de 2013, sofreram importantes alterações quando comparadas com o mesmo período de 2012. As variações mais significativas foram observadas no Setor Industrial/Turismo, que aumentou sua participação de 20,3%, no primeiro semestre de 2012, para 28,5% no mesmo período de 2013, e no Setor de Comércio e Serviços com acréscimo de participação de 25,5% para 30,3%. Além disso, no Setor de Infraestrutura, foram realizadas contratações neste primeiro semestre de 2013, o que não ocorreu em 2012. (Tabela 16).

Nos itens seguintes, será analisado o desempenho de cada setor.

**Tabela 16 – FNE – Participação Setorial nas Contratações <sup>(1)</sup> – Primeiro Semestre - Período: 1998 a 2013**

Exercício	Em Porcentagem					
	Rural	Agro-industrial	Industrial/Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Total
1998	84,5	1,4	14,1	-	-	100,0
1999	80,2	0,9	18,9	-	-	100,0
2000	49,5	0,7	49,8	-	-	100,0
2001	35,4	1,2	63,4	-	-	100,0
2002	76,4	0,7	14,2	-	8,7	100,0
2003	47,5	0,3	44,9	-	7,3	100,0
2004	25,7	1,2	25,9	21,1	26,1	100,0
2005	51,4	1,0	14,2	19,4	14,0	100,0
2006	48,9	2,5	24,1	11,6	12,9	100,0
2007	45,2	3,3	21,1	16,8	13,6	100,0
2008	29,7	4,2	23,2	25,8	17,1	100,0
2009	28,2	5,1	20,2	25,4	21,1	100,0
2010	34,8	3,1	24,3	16,1	21,7	100,0
2011	38,4	2,3	19,7	15,9	23,6	100,0
2012	53,0	1,2	20,3	-	25,5	100,0
2013	38,8	1,2	28,5	1,2	30,3	100,0

Fonte: BNB – Ambiente Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### 3.1.1 – Setor Rural

As contratações do FNE Setor Rural, no primeiro semestre de 2013, totalizaram cerca de R\$ 2,4 bilhões, representando 38,8% do volume de contratações com recursos do FNE (Tabela 17), com incremento de 14,3% em relação ao mesmo período de 2012 (R\$ 2,1 bilhões). A quantidade de beneficiários atingiu 759.001, equivalente a 98,7% dos beneficiários do FNE, mantendo proporção semelhante à observada no mesmo período de 2012 (Tabela 40).

No que tange aos valores contratados por atividades no período em análise, a pecuária obteve recursos da ordem de R\$ 1,3 bilhão, respondendo por 53,4% das contratações do FNE Setor Rural e por 20,7% das aplicações do FNE. Observou-se aumento de 32,9% em relação ao mesmo período de 2012, quando foram aportados R\$ 979,4 milhões em valores nominais.

**Tabela 17 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2013**

Atividades	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil
			% FNE
<b>PECUÁRIA</b>	<b>1.301.287</b>	<b>53,4</b>	<b>20,7</b>
Bovinocultura	980.810	40,3	15,6
Avicultura	69.172	2,8	1,1
Ovinocaprinocultura	159.996	6,6	2,5
Suinocultura	47.814	2,0	0,8
Apicultura	2.951	0,1	0,0
Equinocultura	159	-	0,0
Bubalinocultura (Búfalo)	1.134	-	0,0
Outras Atividades	39.251	1,6	0,6
<b>AQUICULTURA E PESCA</b>	<b>6.929</b>	<b>0,3</b>	<b>0,1</b>
Carcinicultura	704	0,0	0,0
Piscicultura	6.225	0,3	0,1
<b>AGRICULTURA DE SEQUEIRO</b>	<b>717.386</b>	<b>29,5</b>	<b>11,4</b>
Grãos	512.424	21,0	8,2
Fibras e Têxteis	79.130	3,3	1,3
Fruticultura	54.373	2,2	0,9
Gramíneas	30.893	1,3	0,5
Raízes e Tubérculos	15.009	0,6	0,2
Bebidas e Fumos	24.009	1,0	0,4
Outras Atividades	1.548	0,1	0,0
<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>	<b>219.945</b>	<b>9,0</b>	<b>3,5</b>
Fruticultura	97.112	4,0	1,5
Bebidas e Fumo	15.577	0,6	0,2
Gramíneas	56.325	2,3	0,9
Grãos	23.219	1,0	0,4
Fibras e Têxteis	8.305	0,3	0,1
Olericultura	9.434	0,4	0,2
Raízes e Tubérculos	8.018	0,3	0,1



Atividades	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil	
			% FNE	
Flores	132	0,0		0,0
Oleaginosas	247	0,0		0,0
Mudas e Sementes	304	0,0		0,0
Cactáceas	986	0,0		0,0
Outras Atividades	286	0,0		0,0
<b>OUTRAS ATIVIDADES RURAIS</b>	<b>190.386</b>	<b>7,8</b>		<b>3,0</b>
Process. e Benef. Cana-de-Açúcar	653	0,0		0,0
Process. e Benef. Castanha de Cajú	47	-		0,0
Process. e Benef. Frutas e Hortaliças	434	0,0		0,0
Florestamento e Reflorestamento	46.437	1,9		0,7
Extração Vegetal	6.649	0,3		0,1
Atividades não Agrícolas no Rural	136.166	5,6		2,2
<b>Total</b>	<b>2.435.933</b>	<b>100,0</b>		<b>38,8</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar

Nas agriculturas de sequeiro e irrigada, o volume de recursos contratados foi em torno de R\$ 937,3 milhões, respondendo por 38,5% das contratações do setor e por 14,9% das contratações realizadas pelo Fundo, no primeiro semestre de 2013 (Tabela 17). O volume de recursos aplicados obteve incremento de 0,9% em relação ao mesmo período de 2012 (R\$ 929,4 milhões).

A principal atividade pecuária financiada no âmbito do FNE continua sendo a bovinocultura, com valor contratado de R\$ 980,8 milhões, respondendo por 40,3% das contratações do Setor Rural e por 15,6% do FNE no período sob análise. Em relação ao ano de 2012, a atividade apresentou incremento de 25,6%, quando contratou R\$ 780,7 milhões.

Outras atividades financiadas foram a ovinocaprinocultura (R\$ 160,0 milhões), a avicultura (R\$ 69,2 milhões) e a suinocultura (R\$ 47,8 milhões), com participação de 6,6%, 2,8% e 2,0%, respectivamente, no Setor Rural (Tabela 17).

As atividades agrícolas que obtiveram os maiores volumes de recursos aplicados no Setor Rural, no primeiro semestre em 2013 foram Grãos (22,0%), Fruticultura (6,2%) e Fibras e Têxteis (3,6%). Juntas, essas atividades responderam por 82,6% das contratações na agricultura, totalizando R\$ 774,6 milhões (Tabela 17).

A agricultura de sequeiro teve participação relativa de 29,5% no Setor Rural, no primeiro semestre de 2013, quando contratou R\$ 717,4 milhões, destacando-se a atividade de grãos (21,0%). Já a agricultura irrigada teve representatividade de 9,0% no Setor Rural no mesmo período, com contratação de R\$ 219,9 milhões. A principal cultura apoiada nesse segmento foi a fruticultura (4,0%) (Tabela 17).

Quanto ao item “outras atividades rurais”, observa-se que os volumes contratados no primeiro semestre de 2013 (R\$ 190,4 milhões) sofreram incremento de 40,2% em relação ao mesmo período de 2012 (R\$ 135,8 milhões). As atividades não agrícolas no Setor Rural, que são compostas por serviços auxiliares à agropecuária, à caça, à pesca, à intermediação financeira, à ecologia, à silvicultura, dentre outras, tiveram dentro do Setor 5,6% de participação no primeiro semestre de 2013, com volume contratado de R\$ 136,2 milhões.

Os financiamentos do FNE Setor Rural dirigidos ao semiárido totalizaram R\$ 1,2 bilhão no fim do primeiro semestre de 2013 e R\$ 906,9 milhões no primeiro semestre de 2012, representando incremento de 32,3% nas contratações. Registre-se, ainda, que do total de recursos contratados na região semiárida no primeiro semestre de 2013 (R\$ 2,0 bilhões), a participação do FNE Setor Rural foi de 59,6% (Tabela 1.A)

O FNE Setor Rural destinou R\$ 1,8 bilhão aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores no primeiro semestre de 2013, representando 76,6% dos recursos desse Setor, atendendo a 758.682 beneficiários (99,9%). Aos médios produtores foram destinados R\$ 261,7 milhões ou 10,7% dos recursos contratados no âmbito do FNE Setor Rural (Tabelas 40 e 41).

Esse resultado reflete a capilaridade do Setor Rural e o cumprimento pelo BNB da diretriz do Governo Federal em espraiar seus recursos pelos empreendimentos de menor porte.

Os onze estados da área de atuação do Fundo Constitucional receberam recursos do FNE Setor Rural. Assim, dos 1.990 municípios da área de atuação do FNE, 1.896 foram beneficiados com recursos do FNE Setor Rural, representando 95,3% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabelas 18 e 43).

Os estados que obtiveram os maiores volumes de recursos do FNE Setor Rural foram Bahia (R\$ 564,8 milhões), Maranhão (R\$ 440,4 milhões) e Piauí (R\$ 336,7 milhões). Juntos, referidos estados obtiveram 55,1% do volume de recursos contratados no Setor Rural (Tabela 18). Os estados de Alagoas e Ceará foram os que apresentaram maior crescimento na contratação de recursos entre o primeiro semestre de 2012 e o mesmo período de 2013, 87,6% e 86,2%, respectivamente.

**Tabela 18 – FNE – Setor Rural Contratações <sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	128.212	5,3
Bahia	564.775	23,2
Ceará	241.115	9,9
Espírito Santo	14.181	0,6
Maranhão	440.446	18,1
Minas Gerais	159.995	6,6
Paraíba	93.058	3,8
Pernambuco	229.499	9,4
Piauí	336.666	13,8
Rio Grande do Norte	114.427	4,7
Sergipe	113.559	4,7
<b>Total</b>	<b>2.435.933</b>	<b>100,0</b>

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### 3.1.1.1 – Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf)

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – Pronaf foi criado em 1995, inicialmente como uma linha de crédito de custeio e, em 1996, adquiriu características de programa governamental, passando a integrar o Orçamento Geral da União. Criado através do Decreto nº 1.946, de 28 de junho de 1996, teve suas normas consolidadas na Resolução nº 2.310, de 29 de agosto de 1996, estando vinculado institucionalmente ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA).

As diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais foram estabelecidas pela Lei 11.326, de 2006, passando a agricultura familiar a ser reconhecida como segmento produtivo, o que garantiu a institucionalização das políticas públicas para ela voltadas.

O Pronaf tem como finalidade promover o desenvolvimento sustentável do segmento rural constituído pelos agricultores familiares, de modo a propiciar-lhes o aumento da capacidade produtiva, a geração de empregos e a melhoria de renda, por meio do apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias exploradas mediante o emprego direto da força de trabalho da família produtora rural.

Entendem-se como atividades não agropecuárias os serviços relacionados com turismo rural, produção artesanal, agronegócio familiar e outras prestações de serviços no meio rural, que sejam compatíveis com a natureza da exploração rural e com o melhor emprego da mão de obra familiar.

O público-alvo do Pronaf é classificado por grupos ou modalidades, com especificidades próprias no que se refere às taxas de juros, aos limites de financiamento, ao bônus de adimplência, ao público-alvo e às finalidades, dentre outros aspectos. Para efeito de classificação dos agricultores familiares nos grupos do Pronaf, são excluídos da composição da renda familiar os benefícios sociais e os proventos da Previdência Rural.

O BNB, na qualidade de principal agente financeiro do Pronaf na Região, operacionaliza o Programa com uma proposta de desenvolvimento rural. Essa proposta tem como objetivo contribuir para melhorar a articulação das ações do Governo Federal, visando criar e fortalecer as condições objetivas para o aumento da capacidade produtiva no meio rural, a melhoria da qualidade de vida desses agricultores e o pleno exercício da cidadania no campo.

Como forma de maximizar suas ações para o processo de operacionalização, acompanhamento e orientação técnica aos agentes produtivos, o BNB desenvolve parcerias com empresas públicas e privadas, com destaque para a existente com o MDA.

São discriminadas, abaixo, as modalidades, o público-alvo e as finalidades de crédito de acordo com os grupos classificados pelo Governo Federal:

**Pronaf Grupo A** – Crédito na modalidade de investimento para agricultores familiares beneficiários do Programa Nacional de Reforma Agrária (PNRA) ou do Programa Nacional de Crédito Fundiário (PNCF) que não foram contemplados com operação de investimento sob a égide do Programa de Crédito Especial para a Reforma Agrária (Procera) ou que ainda não foram contemplados com o limite do crédito de investimento para estruturação no âmbito do Pronaf.

**Pronaf Grupo A/C** – Refere-se ao crédito de custeio, isolado ou vinculado, a agricultores familiares assentados pelo PNRA ou beneficiários do PNCF.

**Microcrédito Produtivo Rural (Pronaf Grupo B)** – É a linha de microcrédito estabelecida para combater a pobreza rural. Os recursos de investimentos são destinados a agricultores com renda anual familiar bruta até R\$ 10,0 mil (dez mil reais). Os créditos destinam-se às atividades agropecuárias e não agropecuárias desenvolvidas no estabelecimento rural ou em áreas comunitárias rurais próximas, assim como à implantação, ampliação ou modernização da infraestrutura de produção e serviços, atividades não agropecuárias como turismo rural, produção de artesanato ou outras atividades compatíveis com o melhor emprego da mão de obra familiar no meio rural. Os financiamentos para custeio agrícola para os agricultores do Grupo “B” são permitidos para a aquisição de matérias-primas e outros insumos destinados à

produção artesanal, gastos de custeio da atividade de turismo rural e da prestação de serviços no meio rural e com o processo de beneficiamento e industrialização da produção própria.

**Pronaf Linha de Crédito para Custeio (Comum/Renda Variável) e Linha de Crédito para Investimento (Mais Alimentos)** – É uma linha de investimento destinada a agricultores que tenham obtido renda bruta familiar nos últimos doze meses que antecedem a solicitação da Declaração de Aptidão ao Pronaf (DAP) de até R\$ 160.000,00 (cento e sessenta mil reais), incluída a renda proveniente de atividades desenvolvidas no estabelecimento e fora dele, por qualquer componente da família, excluídos os benefícios sociais e os proventos previdenciários decorrentes de atividades rurais. As taxas de juros são definidas pelo valor financiado. Este grupo foi criado da fusão dos Grupos C, D e E. As faixas, limites e juros para o custeio e investimento são os seguintes:

### **Custeio – Limites e Taxas**

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de custeio realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra:

- Faixa I Até R\$ 10.000,00, juros de 1,5% ao ano.
- Faixa II Mais de R\$ 10.000,00 até R\$ 20.000,00, juros de 3% ao ano.
- Faixa III Mais de R\$ 20.000,00 até R\$ 80.000,00, juros de 4% ao ano para empreendimentos localizados fora do semiárido; 5% com bônus de adimplemento sobre os juros de 25%, para empreendimentos localizados no semiárido.

### **Investimento – Limites e Taxas**

Para a operação cujo valor proposto, somado ao valor contratado de outras operações de investimento realizadas pelo proponente no mesmo ano-safra:

- Faixa I Até R\$ 10.000,00, juros de 1% ao ano.
- Faixa II Mais de R\$ 10.000,00, juros de 2% ao ano.

### **Modalidades Especiais de Crédito:**

**Custeio do Beneficiamento, Industrialização de Agroindústrias Familiares e de Comercialização da Agricultura Familiar (Pronaf Agrinf)** – Linha de crédito de apoio financeiro às atividades agropecuárias e não agropecuárias de agricultores familiares, mediante financiamento das necessidades de custeio do beneficiamento e industrialização da produção própria e/ou de terceiros, inclusive aquisição de embalagens, rótulos, condimentos, conservantes, adoçantes e outros insumos, formação de estoques de insumos, formação de estoques de matéria-prima, formação de estoque de produto final e serviços de apoio à comercialização, adiantamentos por conta do preço de produtos

entregues para venda, financiamento da armazenagem e conservação de produtos para venda futura em melhores condições de mercado.

**Crédito de Investimento para Agregação de Renda à Atividade Rural (Pronaf Agroindústria)** – Trata-se de crédito de apoio a atividades agropecuárias e não-agropecuárias de agricultores familiares, mediante o financiamento de investimentos, inclusive em infraestrutura, que visem ao beneficiamento, ao processamento e à comercialização da produção agropecuária, de produtos florestais e do extrativismo, ou de produtos artesanais e à exploração de turismo rural.

**Crédito de Investimento para Silvicultura e Sistemas Agroflorestais (Pronaf Floresta)** – Estimula a implantação de projetos de sistemas agroflorestais, exploração extrativista ecologicamente sustentável, plano de manejo e manejo florestal, recomposição e manutenção de áreas de preservação permanente e reserva legal e recuperação de áreas degradadas, para o cumprimento de legislação ambiental e enriquecimento de áreas que já apresentam cobertura florestal diversificada, com o plantio de uma ou mais espécies florestais, nativas do bioma.

**Crédito de Investimento para Obras Hídricas e Produção para Convivência com o Semiárido (Pronaf Semiárido)** – Trata-se de investimento em projetos de convivência com o semiárido, focado na sustentabilidade dos agroecossistemas, priorizando projetos de infraestrutura hídrica e implantação, ampliação, recuperação ou modernização das demais infraestruturas, inclusive aquelas relacionadas com projetos de produção e serviços agropecuários e não-agropecuários.

**Crédito de Investimento para Mulheres (Pronaf Mulher)** – Linha de crédito dirigida às mulheres agricultoras integrantes de unidades familiares de produção enquadradas no Pronaf, independentemente de sua condição civil. A mesma unidade familiar de produção pode contratar até dois financiamentos ao amparo do Pronaf Mulher.

**Crédito de Investimento para Jovens (Pronaf Jovem)** – Refere-se à linha de investimento para jovens agricultores e agricultoras familiares maiores de 16 anos e com até 29 anos, que tenham concluído ou estejam cursando o último ano em centros familiares rurais de formação por alternância, ou em escolas técnicas agrícolas de nível médio, que atendam à legislação em vigor para instituições de ensino, ou que tenham participado de curso ou estágio de formação profissional que preencha os requisitos definidos pela Secretaria da Agricultura Familiar do Ministério do Desenvolvimento Agrário.

**Crédito de Investimento para Agroecologia (Pronaf Agroecologia)** – Financiamento dos sistemas de produção agroecológicos e/ou orgânicos, incluindo-se os custos relativos à implantação e manutenção do empreendimento. É destinado à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum), Grupo A, Grupo A/C e Grupo B”.

**Crédito para Investimento em Energia Renovável e Sustentabilidade Ambiental (Pronaf ECO)** – Destina-se a investimento para implantação, utilização ou recuperação de tecnologias de energia renovável, tecnologias ambientais, pequenos aproveitamentos hidroenergéticos, silvicultura, adoção de práticas conservacionistas e de correção da acidez e fertilidade do solo. É destinado à modalidade Pronaf Agricultores Familiares (Comum) Grupo A, Grupo A/C e Grupo B”.

No primeiro semestre de 2013, o Banco aplicou R\$ 820,4 milhões, correspondentes a 27,5% do montante de recursos do FNE transferidos pela União ao FNE (R\$ 3,0 bilhões) em cumprimento ao Art. 7º da Lei nº 9.126/95, complementada pela Lei 12.249/2010, que estabelecem a destinação de 10% dessa fonte para aplicação no Pronaf Grupo A, Grupo A/C, Pronaf Floresta, Pronaf Agroecologia, Pronaf Eco, Pronaf Semiárido, demais programas Pronaf aplicados na região semiárida, bem como valores correspondentes a obras de recuperação e proteção do solo, pagamento de assistência técnica e remuneração da mão de obra pra implantação das atividades.

Com o objetivo de manter a boa qualidade no atendimento aos agricultores, o Banco implementou, no primeiro semestre de 2013, várias ações, dentre as quais se destacam:

- ✓ apoio creditício aos agricultores familiares afetados pela estiagem no Nordeste em 2012/2013, por meio das Linhas Especiais de Crédito de Investimento e de Custeio do Pronaf;
- ✓ renegociação de operações para os agricultores atingidos pela estiagem;
- ✓ ampliação do processo de bancarização dos agricultores familiares, resultando na abertura de 193.506 contas correntes;
- ✓ firtatura de Acordo de Cooperação com os Estados e Federações dos Trabalhadores, objetivando agilizar os procedimentos de renegociação de financiamentos rurais no âmbito do Pronaf, com base nas Leis nº 12.249/2010 e 12.716/2012 e Resolução CMN nº 4.212/2013, e suas alterações;
- ✓ realização de 1.083 **Agências Itinerantes**, ferramenta que consiste no agendamento com parceiros e clientes nos municípios onde não há agência do Banco, para realização de atividades como palestras sobre os programas de financiamento, elaboração de cadastro, assinatura de contrato e renegociação de dívidas, com um total de 35.704 produtores atendidos em 618 municípios.

Afora as ações implementadas anualmente, cabe ressaltar o acompanhamento da efetivação e o aperfeiçoamento de outras ações, de caráter permanente, implantadas em anos anteriores, que igualmente objetivam a qualificação do crédito, o controle do processo operacional, a mitigação de risco e a melhoria da adimplência, dentre os quais, destacam-se os citados a seguir:

- ✓ as demandas de custeio são direcionadas para a sistemática de **Custeio Rotativo**, que se trata de modalidade de crédito, em que o

cliente, ao pagar em dia suas obrigações e caso não deseje alterar as características do financiamento, possam renovar o valor do seu crédito de forma automática e desburocratizada;

- ✓ são mantidos os **Ponto de Atendimento Centralizado do Pronaf** nas capitais dos estados, para atendimento exclusivo e especializado aos agricultores familiares do Pronaf e Agroamigo;
- ✓ são realizadas pelas Centrais de Retaguarda Operacionais (CRO) a análise das propostas de crédito, quanto à sua conformidade, assegurando que as exigências e documentos legais estão sendo atendidos, promovendo o enquadramento da operação e propiciando padronização do processo operacional de contratação dos financiamentos;
- ✓ é mantida atualizada ferramenta utilizada na elaboração dos projetos de custeio agrícolas pelas empresas elaboradoras de projetos, que está interligada a um grande banco de dados, o qual contém 2.188 orçamentos padrões de implantação de culturas, por estado e mesorregião, considerando três níveis tecnológicos (baixo, médio e alto), possibilitando assim, que os financiamentos de custeio não sejam superdimensionados no seu valor;
- ✓ são viabilizadas as medidas necessárias para operacionalização do Programa de Garantia de Preços da Agricultura Familiar (PGPAF), visando assegurar a remuneração dos custos de produção aos agricultores familiares financiados pelo Pronaf. Vale destacar que as operações do Pronaf estão amparadas por esse programa que abrange atualmente 46 produtos da agricultura familiar. Com esse Programa, o Governo busca reduzir um dos principais causadores de inadimplência que é o aviltamento dos preços dos produtos comercializados pela agricultura familiar, que por ter uma necessidade grande de gerar receita imediata, vendem seus produtos em período concentrado promovendo a diminuição do preço em função da oferta e da procura;
- ✓ são viabilizadas as medidas necessárias para operacionalização do Programa Proagro Mais Investimento, que garante o pagamento de suas parcelas, no caso da incidência comprovada de intempéries climáticas que reconhecidamente causam impacto na produção. Este instrumento é relativamente novo, foi criado no Plano Safra 2010/2011; portanto, o seu impacto na redução da inadimplência ocorrerá em médio prazo, sendo muito importante para a nossa Região, tendo em vista que a carteira de crédito do Pronaf do Banco do Nordeste é formada por mais de 96% de operações de investimento;
- ✓ por intermédio de parceria com os Agentes de Desenvolvimento, são realizadas diversas ações que se destinam a qualificar o



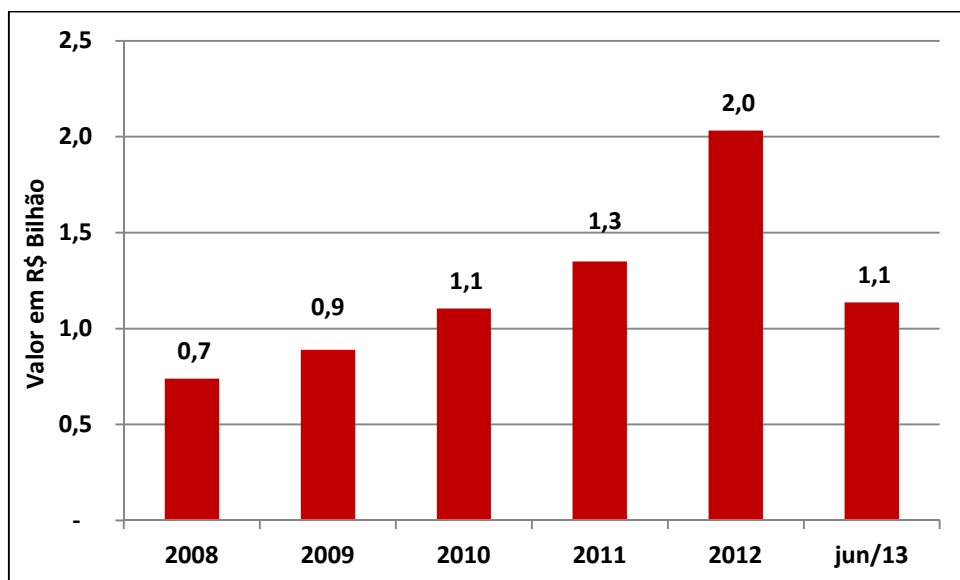
crédito, quais sejam: realização de dia de campo, palestras sobre o Banco e as linhas de financiamento, palestras técnicas sobre processos produtivos, articulações visando constituir parcerias para comercialização da produção advinda da agricultura familiar, negociação com empresas âncoras para acordos de comercialização, entre outras ações estruturantes;

- ✓ são distribuídas para os agricultores familiares e demais produtores rurais, Agenda do Produtor Rural, que tem como objetivo principal permitir aos mesmos a realização do planejamento e acompanhamento financeiro de suas atividades, bem como contém diversas orientações de natureza técnica para o manuseio do rebanho e o plantio das principais culturas exploradas no Nordeste;
- ✓ adota-se estratégia gerencial de acompanhamento e mensuração dos resultados das Superintendências Estaduais e Agências, por meio do Programa de Ação, em que são repassadas as orientações empresariais, as metas e os indicadores de mensuração dos resultados. No caso específico do Pronaf, as variáveis de 2013 constantes do Programa de Ação representam as metas de contratação e a variável qualidade do ativo, que está diretamente relacionado à adimplência da carteira;
- ✓ são realizados encontros com todos os Gerentes de Negócios Pronaf, organizados pelas Superintendências Estaduais, juntamente com a Área de Agricultura Familiar e de Microfinança, com o objetivo principal de discutir a *performance* do estado em relação ao cumprimento da meta de contratação e de adimplência, ocasião em que é elaborado Plano de Ação pela Superintendência Estadual, visando à melhoria dos resultados no estado;
- ✓ por fim, a Gestão do ativo do Pronaf é realizada por meio de 273 carteiras de clientes da Agricultura Familiar nas agências, administradas por um Gerente de Negócios Pronaf, de sorte que, todos os agricultores familiares financiados pelo Banco estão encarteirados. Destaque-se que são disponibilizados para as agências pelo Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário relatórios, contendo diversos indicadores de acompanhamento dos resultados dessas carteiras.

Tendo em vista a implementação das diversas ações comentadas anteriormente, apresentamos a seguir os resultados alcançados no segmento da agricultura familiar, considerando, inclusive, os resultados do Agroamigo:

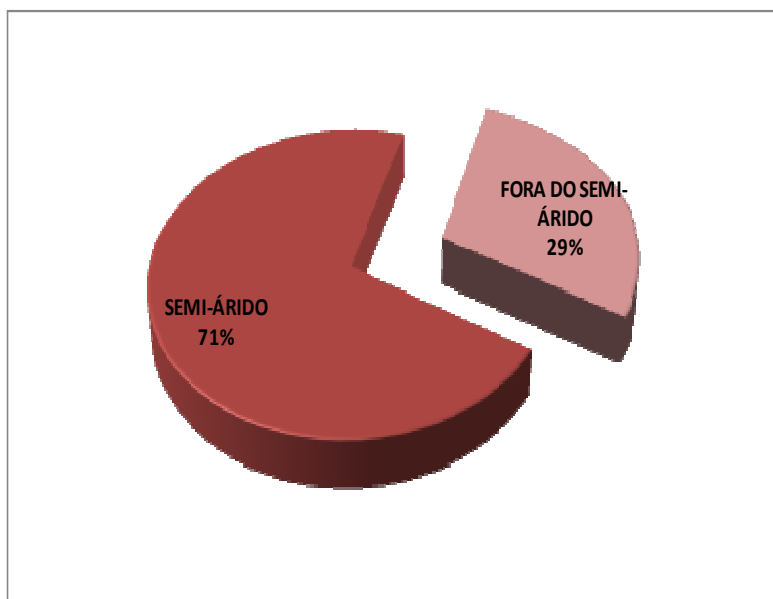
- ✓ As contratações no âmbito do Pronaf vêm aumentando ano a ano, como se verifica no Gráfico 2 a seguir. No primeiro semestre de 2013, as contratações superaram as metas, em virtude do grande volume de contratações pela Linha Especial de Crédito Pronaf Seca 2012. Criada para atender agricultores familiares atingidos pela seca

ou estiagem em municípios do Nordeste, com decretação de situação de emergência ou estado de calamidade pública reconhecida pelo Governo Federal. Referida linha especial abrangeu a maioria dos municípios da Região, contribuindo diretamente para minimizar os efeitos das adversidades climáticas que assolam a Região e para fortalecer a infraestrutura de produção, com vistas a tornar as unidades produtivas mais resistentes aos efeitos da seca;



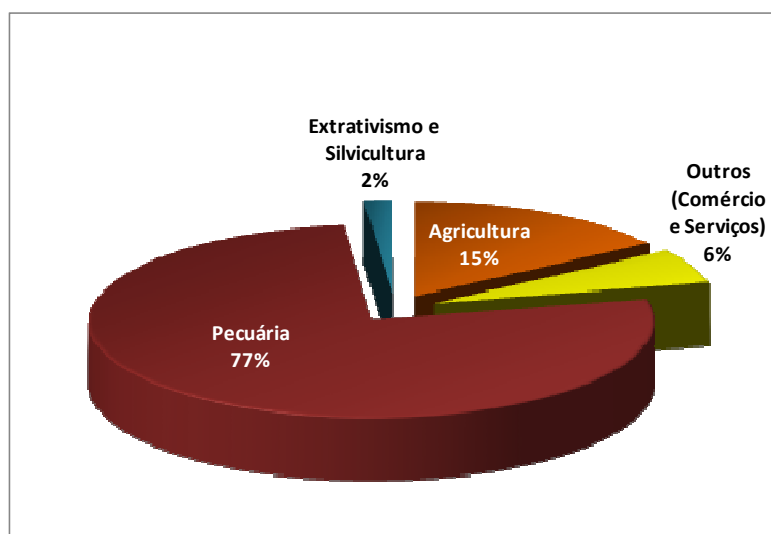
**Gráfico 2 – Contratação Pronaf - 2008 a junho 2013 - Valores em R\$ Mil**  
Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

- ✓ ainda em relação às contratações, o Banco priorizou os financiamentos para a região semiárida do Nordeste, destacando-se que no primeiro semestre de 2013, um percentual de 71% do total contratado pelo Pronaf destinou-se a agricultores familiares dessa região, como demonstrado no Gráfico 3.



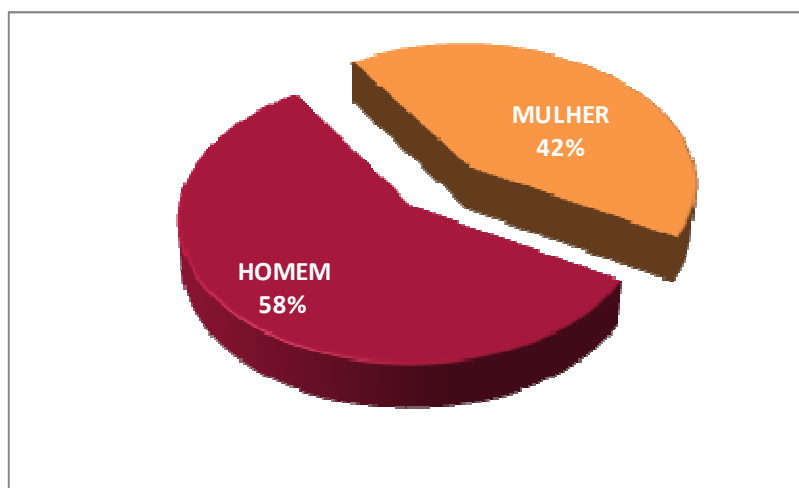
**Gráfico 3 – Contratação Pronaf – Semiárido e Fora do Semiárido**  
 Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

- ✓ quanto à aplicação por setor de atividade, a contratação do Pronaf foi distribuída conforme o Gráfico 4, a seguir, com o maior percentual para a pecuária, já que este é o setor tradicionalmente mais explorado pelos agricultores familiares.



**Gráfico 4 – Contratação Pronaf – Setor**  
 Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

- ✓ no tocante à distribuição por gênero, as mulheres já representam 42% da carteira, conforme o Gráfico 5;



**Gráfico 5 – Contratação Pronaf – Gênero**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

As contratações realizadas pelo BNB no Pronaf, por intermédio dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2013, foram de aproximadamente R\$ 1,1 bilhão, representam 18,3% dos recursos investidos pelo FNE (R\$ 6,3 bilhões) no primeiro semestre de 2013 (Tabelas 11 e 19 ). Em relação ao mesmo período de 2012, as contratações do PRONAF pelo FNE tiveram incremento de 62,3% nos valores contratados.

Vale ressaltar que deste total, R\$ 739,8 milhões foram contratados no âmbito do Pronaf Semiárido/Seca 2012 (Tabela 19). Criado pela Resolução Condrel/Sudene nº 050/2012, esta linha especial de crédito beneficia os agricultores familiares de todos os grupos do Pronaf, afetados pela seca ou estiagem na área de atuação do FNE.

Foram beneficiadas 736.770 pessoas no primeiro semestre de 2013, representando 95,8% do total de beneficiários do FNE e 97,1% do Setor Rural (Tabelas 11 e 19). Considera-se como beneficiário o agricultor tomador do empréstimo e sua família, estimando-se, em média, três pessoas por família.

**Tabela 19 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Pronaf – Primeiro Semestre de 2013**

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Pronaf-Grupo A	2.496	0,3	19.898	1,7
Pronaf-Grupo B	299.847	40,7	244.165	21,3
Pronaf-Grupo C	306	0,0	328	0,0
Pronaf-Grupo D	-	0,0	-	0,0
Pronaf-Grupo A/C	1.443	0,2	2.170	0,2
Pronaf-Semiárido	531	0,1	2.811	0,2

Grupo	Nº de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Pronaf-Semiárido/Seca 2012	401.841	54,5	739.835	64,4
Pronaf-Mulher	99	0,0	592	0,1
Pronaf-Comum	8.055	1,1	24.973	2,2
Pronaf-Demais Grupos	22.152	3,0	113.794	9,9
<b>Total</b>	<b>736.770</b>	<b>100,0</b>	<b>1.148.566</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

No que se refere ao volume de recursos contratados nos grupos do Pronaf, à exceção do Pronaf-Semiárido/Seca 2012, o Grupo B é o que tem a maior participação (21,3%) em virtude da constituição do sistema fundiário do Nordeste, onde existe uma grande quantidade de agricultores que se enquadram nesse perfil. Foram beneficiadas, no Grupo B, 299.847 pessoas, representando 40,7% dos beneficiários do Programa.

Em termos de valor, os grupos A, B e A/C receberam, em conjunto, 23,2% dos recursos do FNE destinados ao Pronaf. Os valores contratados e os beneficiários pertencentes aos demais grupos estão detalhados na Tabela 19.

### Agroamigo

Em 2004, o Banco do Nordeste iniciou a implantação do Agroamigo, em parceria com o MDA e com o Instituto Nordeste Cidadania (Inec), através de um projeto-piloto em duas agências, com dois assessores em cada uma.

A partir dessa experiência, nos anos de 2005 e 2006, o Agroamigo foi ampliado para todas as agências do Banco do Nordeste, constituindo-se em um programa de microcrédito rural que visa à concessão de financiamento para agricultores familiares classificados no Pronaf Grupo “B”, utilizando metodologia própria de atendimento, cujos principais objetivos são:

- ✓ orientação para o crédito e acompanhamento;
- ✓ maior agilidade no processo de concessão do crédito;
- ✓ expansão de atendimento aos agricultores familiares; e
- ✓ maior proximidade com os clientes da área rural através do atendimento ao agricultor na sua própria comunidade pelo assessor de microcrédito.

Em relação ao programa Pronaf B tradicional, o Agroamigo apresenta as seguintes inovações operacionais:

- ✓ Atendimento ao cliente por profissional especializado, o assessor de microcrédito rural;

- ✓ uso de metodologia adequada para as atividades de microcrédito rural;
- ✓ promoção e atendimento no local;
- ✓ acompanhamento sistemático;
- ✓ identificação das necessidades financeiras do cliente; e
- ✓ orientação no sentido de promover a agricultura sustentável, em detrimento da mera subsistência.

O assessor de microcrédito rural do Agroamigo presta orientação para o crédito e faz o seu acompanhamento. Em geral, o assessor de microcrédito tem origem na área de sua atuação, o que traz como vantagens conhecer as potencialidades econômicas do município ou território, comprometimento com o desenvolvimento local, além de inspirar confiança na comunidade.

Assim, o Agroamigo tem como objetivo geral qualificar o atendimento aos agricultores familiares do Grupo B do Pronaf mediante a concessão de microcrédito produtivo e orientado. Nesse Programa, o Banco conta com a parceria do MDA.

Em 2012, teve início a operacionalização do Agroamigo Mais, que é a expansão do Agroamigo, idealizado pelo Banco do Nordeste em conjunto com o Governo Federal, passando este a atender, além dos agricultores familiares do Grupo B, os demais grupos de Pronaf, exceto os grupos A e A/C, por meio da metodologia de microcrédito rural orientado e acompanhado, desenvolvida pelo Banco, em propostas de valor até R\$ 15 mil, considerando os seguintes aspectos:

- ✓ elevar a qualidade das propostas e planos simplificados de financiamentos Pronaf;
- ✓ permitir elevação da quantidade de financiamentos de custeio;
- ✓ imprimir maior agilidade ao processo de concessão do crédito;
- ✓ permitir acompanhamento sistemático aos empreendimentos financiados;
- ✓ expandir o atendimento à agricultura familiar, com melhoria qualitativa.
- ✓ elevação da adimplência da carteira;
- ✓ melhoria da renda e da qualidade de vida dos agricultores familiares e de suas famílias.

No primeiro semestre de 2013, foram contratadas 3.667 operações no âmbito do Pronaf, na modalidade Agroamigo Mais, totalizando R\$ 38.653,4 mil.

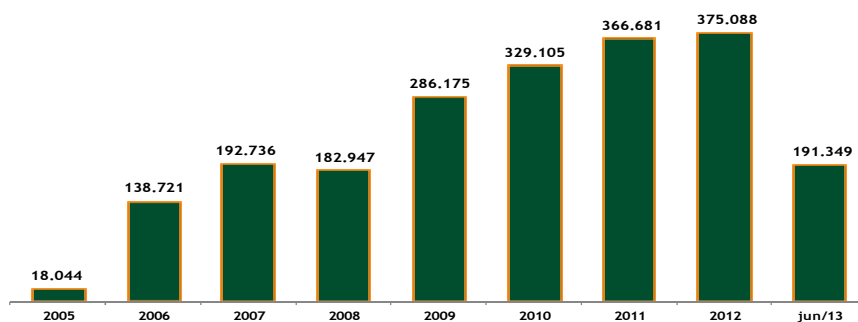
O Agroamigo estava presente no primeiro semestre de 2013, em 168 agências, atendendo a 1954 municípios do Nordeste brasileiro e Norte de Minas Gerais, contando com 876 Assessores de Microcrédito, todos funcionários do Inec, parceiro na operacionalização do Programa (Gráfico 6).



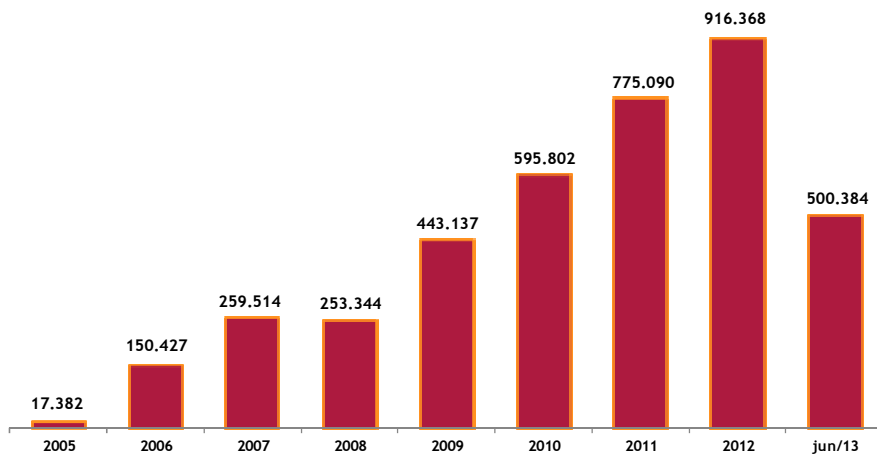
**Gráfico 6 – Agroamigo – Unidades de Atendimento**  
**Fonte: Ambiente de Gerenciamento do Pronaf e Programas de Crédito Fundiário.**

A concessão de crédito orientado, de forma gradativa e sequencial, possibilita a educação financeira e o fortalecimento econômico do cliente. Aliado a isto, foram simplificados os processos, objetivando promover uma maior velocidade na aprovação e liberação dos créditos, sem perder de vista os riscos inerentes à concessão de um financiamento.

No primeiro semestre de 2013, o Programa, considerando o Agroamigo Crescer e o Agroamigo Mais, contratou 191.349 operações em toda área de atuação do FNE, correspondendo a um montante de R\$ 500,4 milhões (Gráficos 7 e 8), sendo que 65,6% dos financiamentos concedidos estão localizados na região semiárida. Desse montante contratado, R\$ 227,3 milhões corresponde a operações no Pronaf Grupo B, enquanto que o restante são operações da linha especial do Pronaf, destinada a amenizar os efeitos da seca de 2012.

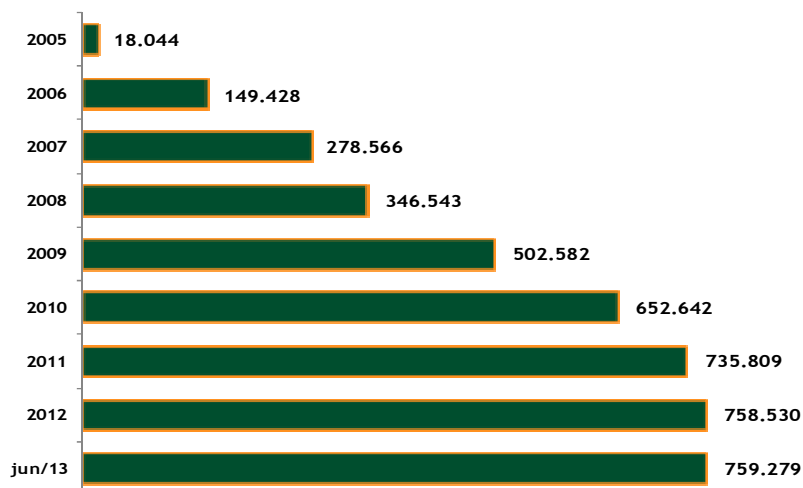


**Gráfico 7 – Agroamigo – Quantidade de Operações Contratadas por Ano**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**



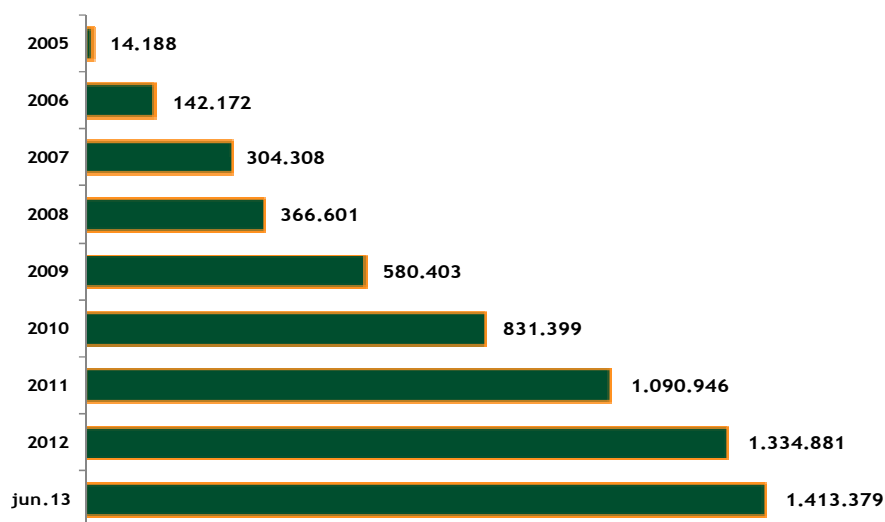
**Gráfico 8 – Agroamigo – Valores Contratadas por Ano.**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

Na posição de 30 de junho de 2013, o Agroamigo (Crescer e Mais) detinha em sua carteira 759.279 clientes ativos e mais de R\$ 1,4 bilhão aplicados, conforme gráficos 9 e 10.



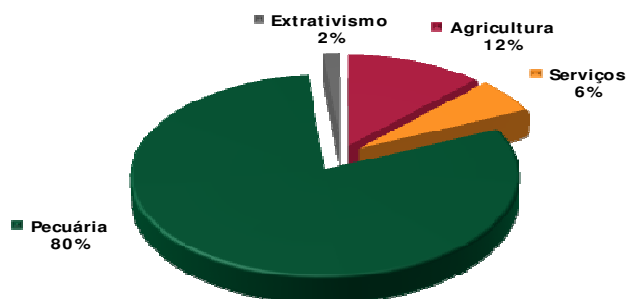
**Gráfico 9 – Agroamigo – Número de Clientes Ativos**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**





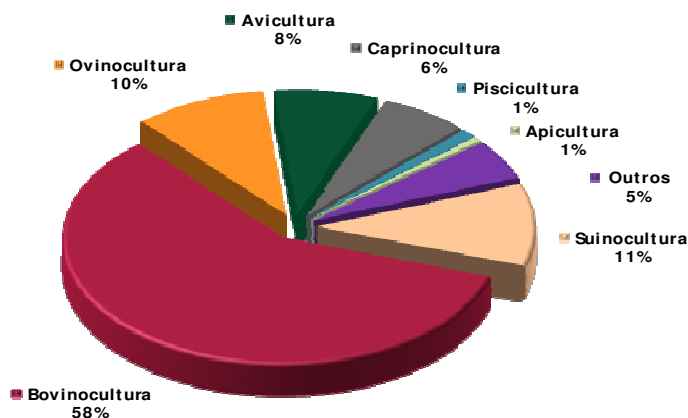
**Gráfico 10 – Agroamigo – Carteira Ativa (R\$ Mil).**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

Quanto à distribuição dos recursos por atividade econômica, a carteira ativa com posição em junho de 2013, apresenta a pecuária com 80,0% dos recursos do Agroamigo, seguido de agricultura (12%), serviços (6%) e extrativismo (2%) (Gráfico 11).



**Gráfico 11 – Agroamigo – Distribuição por Setor – Junho 2013**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

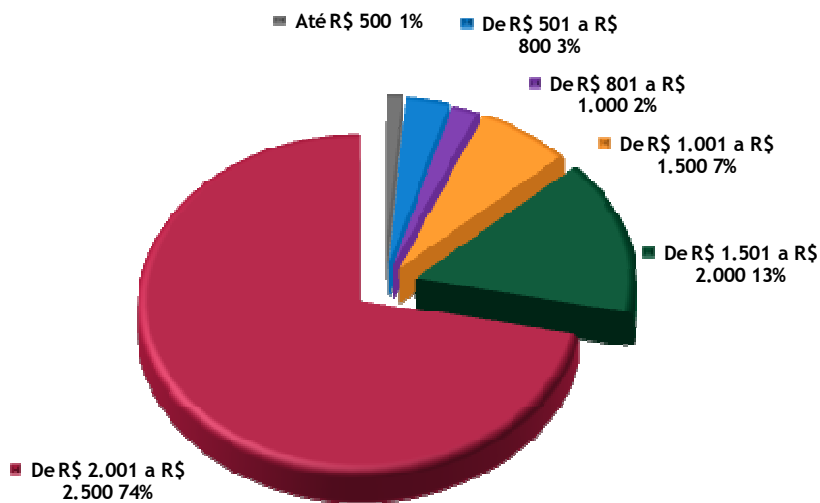
Esse fato pode ser explicado pela própria estrutura econômica da Região, bastante influenciada pela pecuária, em particular a bovinocultura. Quando se analisa o volume de recursos destinados à pecuária, verifica-se que 58% foram para bovinocultura. Contudo, há um estímulo à diversificação da carteira. Outras atividades contempladas são a suinocultura (11%), a ovinocultura (10%), a avicultura (8%) e a caprinocultura (6%) (Gráfico 12).



**Gráfico 12 – Agroamigo – Distribuição por Atividade – Pecuária – Junho 2013**

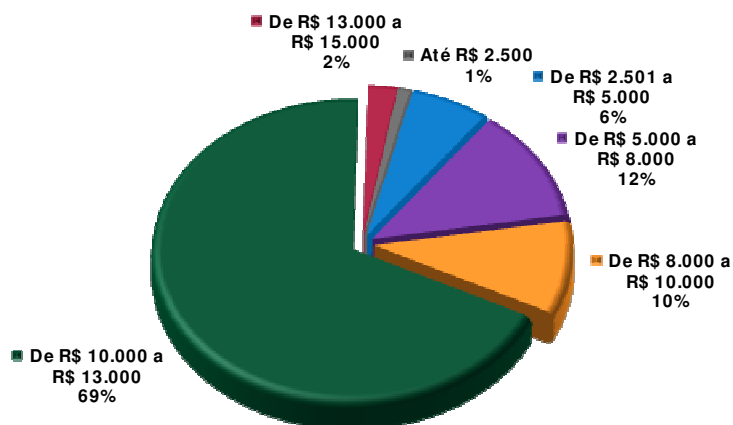
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

Quanto aos valores financiados pelos clientes do Agroamigo Crescer, a estratégia é a concessão de crédito gradual e sequencial, destacando-se que o maior percentual situa-se entre os valores de R\$ 2,0 mil e R\$ 2,5 mil, que representa 74,0% das operações contratadas (Gráfico 13). No Agroamigo Mais o maior percentual situa-se entre os valores de R\$ 10 mil a R\$ 13 mil (69,0%) (Gráfico 14).



**Gráfico 13 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2013**

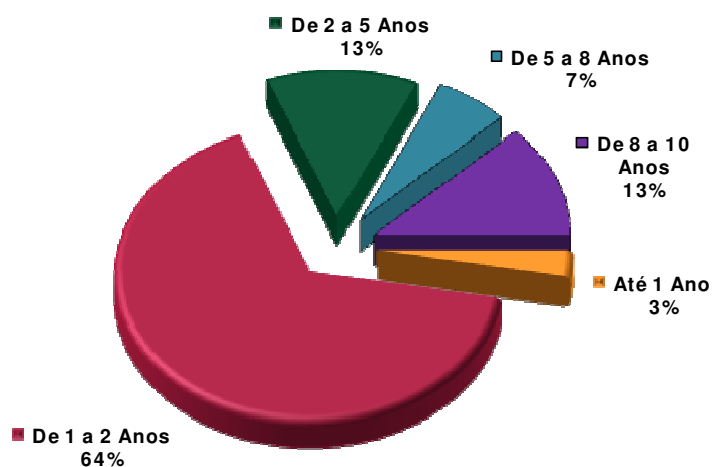
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar**



**Gráfico 14 - Agroamigo Mais – Distribuição por Faixa de Valor Financiado - Junho 2013**

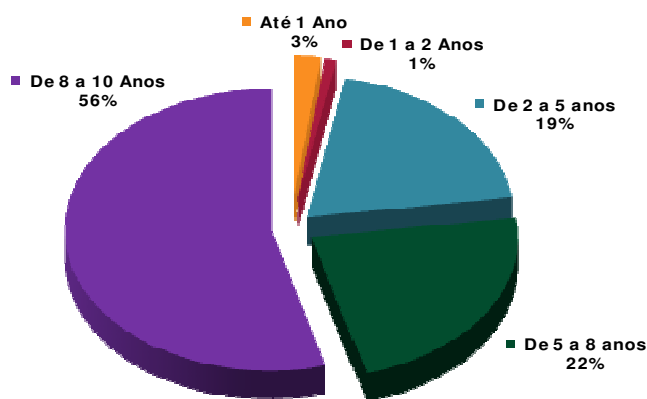
Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.

No que tange ao prazo de financiamento, 64% possui prazo de 1 a 2 anos no Agroamigo Crescer (Gráfico 15), e 56,0% apresenta prazo de financiamento de 8 a 10 anos (Gráfico 16).



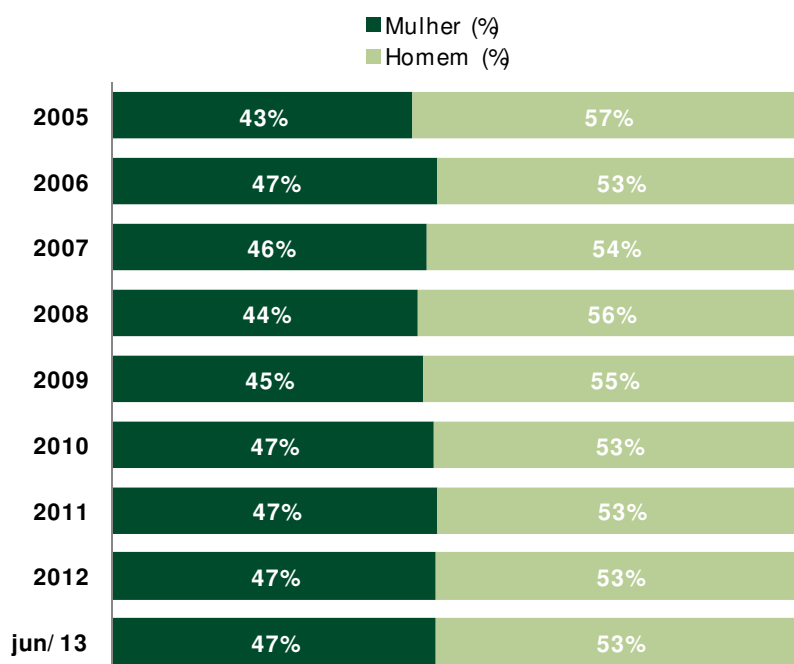
**Gráfico 15 - Agroamigo Crescer – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2013**

Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.



**Gráfico 16 - Agroamigo Mais – Distribuição por Prazo Médio – Junho 2013**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

Outra estratégia do Agroamigo é a política de inserção econômica do gênero. Assim, em 2005, quando o Programa foi criado, o número de financiamentos com mulheres, em relação à carteira ativa representava 43% e, no primeiro semestre de 2013 já somam 47% (Gráfico 17). Isto representa, nesta data, mais de 360 mil mulheres desenvolvendo atividades produtivas.



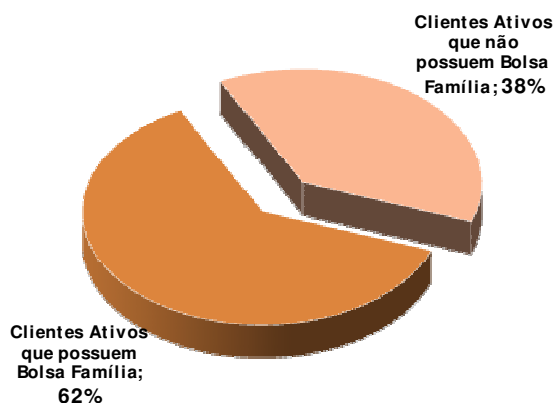
**Gráfico 17 – Distribuição da Carteira por Gênero**  
**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

No âmbito do Programa Brasil sem Miséria, lançado pelo Governo Federal, o Banco do Nordeste tem atuado, por meio do Agroamigo, proporcionando atendimento aos beneficiários dos programas abaixo citados e de ações integradas com os mesmos, com o objetivo de contribuir para assegurar possibilidades de inclusão produtiva e social, bem como se

constituindo em uma oportunidade de crescimento e de diminuição da dependência em relação aos programas sociais do Governo:

- ⇒ Programa Bolsa Família, operacionalizado pelo MDS; e
- ⇒ Programa de Fomento às Atividades Produtivas Rurais, operacionalizado pelo MDA.

Nessa perspectiva, em junho de 2013, cerca de 463 mil clientes do Agroamigo eram também beneficiados pelo programa Bolsa Família, o que representa 62,3% da carteira ativa de clientes (Gráfico 18).



**Gráfico 18 – Clientes Agroamigo Beneficiários do Bolsa Família – Junho de 2013**

**Fonte: Ambiente de Microfinança Rural e Agricultura Familiar.**

No primeiro semestre de 2013, destacam-se dentre as principais realizações do Agroamigo:

- ✓ realização, em parceria com o Inec, do **Encontro de Coordenadores 2013**, com 352 participantes, oportunidade em que foram discutidos os resultados e perspectivas do Programa, bem como construído o **Planejamento Estratégico para 2013**;
- ✓ realização, em parceria com o Inec, do **Encontro de Monitores 2013** para planejamento das ações de monitoramento do Programa para 2013;
- ✓ **treinamento para Formação de Monitores do Programa Agroamigo**;
- ✓ realização de capacitação para o Agroamigo Mais; Formação de Assessor de Microcrédito Rural e Formação de Assessor Coordenador Rural, envolvendo mais de 1.200 participantes;
- ✓ **fórum de Gestão do Agroamigo** para discussão e avaliação dos resultados operacionais e financeiros do Agroamigo, difusão de práticas de sucesso e integração e alinhamento estratégico entre as equipes;

- ✓ realização de eventos nos municípios para regularização de dívidas, renovação de crédito, contratação de novas operações, atualização de dados cadastrais e capacitação de clientes, com seminários relacionados à educação financeira e ambiental, assim como efetivação das ações emergenciais contra a estiagem;
- ✓ realização de 14 eventos de capacitação e prospecção de clientes com a participação de 1.320 agricultores.

### 3.1.2 – Setor Agroindustrial

O Setor Agroindustrial aplicou, no decorrer do primeiro semestre de 2013, R\$ 77,8 milhões, o que representou 1,2% do volume contratado pelo FNE no período (Tabela 20). Considerando o volume de recursos contratados pelo Setor no mesmo período de 2012 (R\$ 45,0 milhões), observa-se um aumento de 72,9% entre os dois períodos.

Dentre as atividades agroindustriais financiadas, a de Abate e Preparação de produtos de carne, aves e pescado foi responsável por mais da metade (57,9%) dos recursos contratados pelo Setor. Esta atividade e a indústria de processamento e beneficiamento de óleos e gorduras (R\$ 14,3 milhões), juntas, foram responsáveis por 76,2% das contratações do Setor (Tabela 20).

**Tabela 20 – FNE – Contratações <sup>(1)</sup> no Setor Agroindustrial – Primeiro Semestre de 2013**

Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
Abate e Prep. Prod. Carne, Aves e Pescado	45.020	57,9	0,7
Laticínios	8.605	11,1	0,1
Process. Benef. Óleos e Gorduras Vegetais e Animais	14.261	18,3	0,2
Benef. Fibras	600	0,8	0,0
Process. Benef. Cana-de-Açúcar	490	0,6	0,0
Ind. Prod. Alimentícios	998	1,3	0,0
Process. Benef. Frutas e Hortaliças	1.806	2,3	0,0
Outras Atividades	5.974	7,7	0,1
<b>Total</b>	<b>77.754</b>	<b>100,0</b>	<b>1,2</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Setor Agroindustrial contratou, na região do semiárido nordestino, o montante de R\$ 16,1 milhões, representando cerca de 20,7% das contratações realizadas por esse segmento e 0,8% do total contratado na região semiárida. (Tabelas 20 e 1.A).

No que se refere à quantidade de beneficiários, o Setor Agroindustrial beneficiou 101 empreendimentos, sendo 84 de mini/micro, pequeno e pequeno-médio porte, abrangendo 83,2% das agroindústrias financiadas (Tabela 40).

Para tais empreendimentos, o Setor Agroindustrial destinou R\$ 21,1 milhões, perfazendo 27,1% do total das contratações do Setor, no primeiro semestre de 2013. Para os grandes empreendimentos, foram destinados R\$ 41,5 milhões, totalizando 53,4% das contratações do Setor (Tabela 41).

Os contratos realizados com recursos do FNE no Setor Agroindustrial beneficiaram todos os estados da área de atuação do FNE, num total de 67 municípios, que representam 3,4% dos municípios da área de atuação do Fundo (Tabela 43). O Estado do Maranhão foi responsável pela maior parte do volume de recursos contratados, com R\$ 42,7 milhões, que representa 54,9% do total de recursos destinados ao Setor, neste primeiro semestre de 2013 (Tabela 21).

**Tabela 21 – FNE - Setor Agroindustrial – Contratações(1) Estaduais – Primeiro Semestre de 2013**

<b>Valores em R\$ Mil</b>		
<b>Estado</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Alagoas	140	0,2
Bahia	9.099	11,7
Ceará	1.284	1,7
Espírito Santo	5.350	6,9
Maranhão	42.720	54,9
Minas Gerais	248	0,3
Paraíba	3.051	3,9
Pernambuco	7.272	9,4
Piauí	3.457	4,4
Rio Grande do Norte	4.374	5,6
Sergipe	759	1,0
<b>Total</b>	<b>77.754</b>	<b>100,0</b>

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entenda-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Estado do Maranhão foi o que apresentou o maior incremento no volume de recursos em relação ao primeiro semestre de 2012, com grande parte dos recursos destinados ao município de Balsas na atividade de Processamento e Beneficiamento de produtos de carne de aves. Os estados que também apresentaram aumento de contratações foram Bahia, Espírito Santo e Paraíba. Os demais estados apresentaram queda em suas contratações.

Ressalte-se aqui a importância da Agroindústria para agregação de valor aos produtos primários regionais. Como foi observado, o Setor Rural continua preponderante no volume financiado pelo FNE, constituindo potencial oferta para a Agroindústria. Permanece, então, a necessidade de adoção de políticas específicas para esse Setor.

### 3.1.3 – Setor Industrial

O FNE Setor Industrial é composto pelo programa de Apoio ao Setor Industrial do Nordeste (FNE - Industrial), que tem por objetivo fomentar o desenvolvimento do Setor Industrial, promovendo a modernização, o aumento da competitividade, a ampliação da capacidade produtiva e a inserção internacional (BNB, 2013).

Vale ressaltar que também contribuem com as contratações desse Setor os seguintes programas especiais: Programa de Financiamento à Conservação e Controle do Meio Ambiente (FNE-VERDE), Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), Programa de Financiamento à Inovação (INOVAÇÃO) e Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI).

No período referente ao primeiro semestre de 2013, o FNE Setor Industrial contratou cerca de R\$ 1,5 bilhão, correspondendo a 23,4% das contratações totais do FNE no período (Tabela 22), representando um significativo aumento de 151,5% no volume de aplicações em relação ao mesmo período de 2012.

As contratações com bens de consumo intermediários destacaram-se, totalizando R\$ 677,5 milhões, com participação de 46,1% nas contratações do Setor e de 10,8% no total contratado no âmbito do FNE. A atividade com o maior volume de recursos contratados foi a de minerais não metálicos (R\$ 528,6 milhões).

**Tabela 22 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> no Setor Industrial – Primeiro Semestre de 2013**

Atividades	Valor	Valores em R\$ Mil	
		% Setor	% FNE
<b>BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS</b>	<b>540.979</b>	<b>36,7</b>	<b>8,6</b>
Calçados	10.960	0,7	0,2
Produtos Alimentícios	82.310	5,6	1,3
Têxteis	9.599	0,7	0,2
Gráfica	10.767	0,7	0,2
Cosméticos	2.816	0,2	0,0
Celulose e Papel	7.193	0,5	0,1
Bebidas	377.142	25,6	6,0
Eletroeletrônica	23.593	1,6	0,4
Vestuários e Acessórios	12.961	0,9	0,2
Ind. Prod. Farmaceuticos e Defensivos Agrícolas	1.328	0,1	0,0
Outras Atividades	2.310	0,2	0,0



Atividades	Valores em R\$ Mil		
	Valor	% Setor	% FNE
<b>BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIO</b>	<b>677.540</b>	<b>46,1</b>	<b>10,8</b>
Indústria Siderúrgica	399	0,0	0,0
Produtos Químicos	68.730	4,7	1,1
Produtos Plásticos	18.707	1,3	0,3
Tintas, Vernizes e Esmaltes	3.200	0,2	0,1
Minerais Não Metálicos (Inclusive Extr. Min. Não Metal.)	528.621	36,0	8,4
Metal-mecânica	45.912	3,1	0,7
Madeira, exceto Mobiliário	1.305	0,1	0,0
Extração de Minerais Metálicos	1.816	0,1	0,0
Produtos de Borracha	3.197	0,2	0,1
Resinas e Elastômeros	-	-	-
Outras Atividades	5.653	0,4	0,1
<b>BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS</b>	<b>250.329</b>	<b>17,0</b>	<b>4,0</b>
Mobiliário	17.510	1,2	0,3
Edifícios e Obras de Eng. Civil	8.035	0,6	0,1
Ind. Adesivos, Selantes, Explosivos, Catalizadores	-	-	-
Ind. Transportes	209.378	14,2	3,3
Obras de Acabamento	249	0,0	-
Outros	15.157	1,0	0,2
<b>PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE</b>	<b>1.786</b>	<b>0,1</b>	<b>0,0</b>
<b>Total</b>	<b>1.470.634</b>	<b>100,0</b>	<b>23,4</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O segmento de bens de consumo não duráveis obteve participação de 36,7% no total contratado no Setor Industrial, o que representou um volume de recursos de R\$ 541,0 milhões no primeiro semestre de 2013. A atividade de maior destaque nesse segmento foi a de bebidas (R\$ 377,1 milhões), conforme a Tabela 22.

No que se refere às contratações no segmento de bens de capital e de consumo duráveis, registram-se contratações no valor de R\$ 250,3 milhões no primeiro semestre de 2013, o que corresponde a 17,0% do total contratado no Setor Industrial e 4,0% dos valores contratados no âmbito do FNE. A atividade de Transporte contratou a maior parte desses recursos, em torno de 14,0% (Tabela 22).

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 257,0 milhões dos recursos do FNE Setor Industrial, no primeiro semestre de 2013, correspondendo a 17,5% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Industrial contribuiu com 12,9% (Tabelas 22 e 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Industrial foi responsável por cerca de R\$ 1,2 bilhão, o que representa

82,5% do total contratado nesse Setor e 28,3% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 22 e 2.A).

O FNE beneficiou 1.171 empreendedores/empresas no Segmento Industrial no primeiro semestre de 2013. Em relação ao porte dos empreendimentos, 91,3% dos beneficiários situaram-se nas categorias mini / micro, pequeno e pequeno-médio portes (Tabela 40).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de grande porte foi responsável pela contratação de 86,3% dos recursos do Setor (R\$ 1,3 bilhão).

O FNE Setor Industrial atendeu a todos os estados da área de atuação do FNE, beneficiando 355 municípios no primeiro semestre de 2013, o que representa 17,8% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 43). Os estados da Bahia, Alagoas e Paraíba receberam a maior parcela dos recursos e, juntos, foram responsáveis por 63,6% das contratações do FNE no Setor Industrial (Tabela 23).

**Tabela 23 – FNE – Setor Industrial – Contratações<sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	221.603	15,1
Bahia	498.138	33,9
Ceará	41.429	2,8
Espírito Santo	212.946	14,5
Maranhão	9.068	0,6
Minas Gerais	11.676	0,8
Paraíba	215.885	14,7
Pernambuco	148.452	10,1
Piauí	14.161	1,0
Rio Grande do Norte	76.844	5,2
Sergipe	20.432	1,4
<b>Total</b>	<b>1.470.634</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### 3.1.4 – Setor Turismo

O Setor Turismo é composto pelo programa de Apoio ao Turismo Regional (FNE Proatur), com o objetivo de integrar e fortalecer a cadeia produtiva do turismo, ensejando o aumento da oferta de empregos e o aproveitamento das potencialidades turísticas da Região, em bases sustentáveis (BNB, 2013). Além do FNE PROATUR, o Setor Turismo conta, ainda, com o programa de Financiamento das Micro e Pequenas Empresas (FNE-MPE) e o programa FNE Empreendedor Individual (FNE-EI) (Tabela 11).

O Setor Turismo contratou R\$ 314,3 milhões no período em análise, representando 5,0% das contratações totais do FNE no período (Tabela 24). Ressalte-se que o total contratado nesse segmento cresceu 53,8% em relação ao primeiro semestre de 2012, quando foram contratados R\$ 204,3 milhões. O item hospedagem (hotéis e pousadas) absorveu 55,1% dos recursos desse Setor (R\$ 173,1 milhões), e essa relevante participação pode ser atribuída à característica de capital intensivo da atividade (Tabela 24). Igualmente importante nesse setor, em termos de volume contratado, foi o segmento de entretenimento com valor de R\$ 117,8 milhões. Até o final do primeiro semestre de 2013, foram beneficiados 171 clientes no Setor Turismo com recursos do FNE (Tabela 40).

**Tabela 24 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> no Setor Turismo – Primeiro Semestre de 2013**  
Valores em R\$ Mil

Atividades	Valor	% Setor	% FNE
<b>TURISMO</b>	<b>314.296</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>
Hospedagem	173.084	55,1	2,8
Transportes	13.566	4,3	0,2
Alimentação	8.002	2,5	0,1
Entretenimento	117.841	37,5	1,9
Outras Atividades	1.803	0,6	0,0
<b>PRESERVAÇÃO AMBIENTAL - FNE-VERDE</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>314.296</b>	<b>100,0</b>	<b>5,0</b>

**Nota:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar..

A região semiárida foi beneficiada com R\$ 14,9 milhões dos recursos do FNE Setor Turismo no primeiro semestre de 2013, correspondendo a 4,8% das contratações desse Setor. Registre-se, ainda, que do total de recursos destinados ao semiárido, o FNE Setor Turismo contribuiu com 0,7% (Tabelas 24 e 1.A). No que se refere às contratações fora do semiárido, o FNE Setor Turismo foi responsável por cerca de R\$ 299,3 milhões, o que representa 95,2% do total contratado nesse Setor e 7,0% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabelas 24 e 2.A).

Em relação ao porte dos empreendimentos, 93,0% dos beneficiários no FNE Setor Turismo situaram-se nas categorias mini/micro, pequeno e

pequeno-médio portes. Não houve financiamento para empreendimentos de grande porte (Tabela 40).

Quanto ao volume de recursos nas contratações do Setor, a categoria de beneficiários de médio porte foi responsável pela contratação de 81,2% dos recursos do Setor (R\$ 255,1 milhões), conforme Tabela 41.

O FNE Setor Turismo atendeu a todos os estados da área de atuação do FNE, beneficiando 85 municípios no primeiro semestre de 2013, o que representa 4,3% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 43). A maior parcela dos recursos foi destinada ao estado da Paraíba (38,6%) que, somados Rio Grande do Norte e Bahia foram responsáveis por 72,4% das contratações do FNE no Setor (Tabela 25).

**Tabela 25 – FNE – Setor Turismo – Contratações <sup>(1)</sup> Estaduais – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor	%
Alagoas	3.289	1,0
Bahia	51.691	16,5
Ceará	33.685	10,7
Espírito Santo	1.031	0,3
Maranhão	22.503	7,2
Minas Gerais	50	0,0
Paraíba	121.279	38,6
Pernambuco	7.191	2,3
Piauí	3.223	1,0
Rio Grande do Norte	54.592	17,4
Sergipe	15.762	5,0
<b>Total</b>	<b>314.296</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### 3.1.5 – Setor Comércio e Serviços

O FNE Setor Comércio e Serviços contratou no primeiro semestre de 2013 cerca de R\$ 1,9 bilhão, representando 30,3% do total do FNE (Tabela 26). Em relação ao número de operações, observa-se no período a contratação de 8.926 operações no Setor (Tabela 11). A grande demanda por recursos nesse segmento está relacionada com a importância do Setor Serviços na economia do Nordeste, tanto no que se refere à geração de empregos quanto no que diz respeito ao valor adicionado à produção.

No contexto do Setor, as atividades relacionadas ao Setor Comércio obtiveram participação de 43,0% (R\$ 819,1 milhões), enquanto o segmento de Serviços obteve 57,0%, dos valores contratados com R\$ 1,1 bilhão.

Observou-se um incremento de 168,4% nas contratações do segmento de Serviços em relação ao mesmo período de 2012, sendo as principais atividades financiadas aquelas relacionadas a imobiliárias e aluguéis (R\$ 327,1 milhões) e serviços auxiliares à indústria (R\$ 256,9 milhões). Em relação ao Comércio, destaca-se o comércio varejista, com participação de 32,4% dos recursos do setor, totalizando R\$ 616,1 milhões (Tabela 26).

**Tabela 26 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Atividade nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Valor	% Setor	Valores em R\$ Mil
			% FNE
<b>COMÉRCIO</b>	<b>819.121</b>	<b>43,0</b>	<b>13,1</b>
Comércio Varejista	616.118	32,4	9,8
Comércio Atacadista	116.925	6,1	1,9
Alimentação	18.116	1,0	0,3
Intermediários do Comércio	11.922	0,6	0,2
Outros	56.040	2,9	0,9
<b>SERVIÇOS</b>	<b>1.083.871</b>	<b>57,0</b>	<b>17,2</b>
Imobiliárias e Aluguéis	327.091	17,2	5,2
Saúde	113.902	6,0	1,8
Serv. Auxiliar à Indústria	256.851	13,5	4,1
Telecomunicações	8.437	0,4	0,1
Educação	50.367	2,7	0,8
Transporte Rodoviário	42.554	2,2	0,7
Reparação e conservação	5.086	0,3	0,1
Serviços Pessoais	9.240	0,5	0,1
Edifícios e Obras de Eng.Civil	36.207	1,9	0,6
Entretenimento e Lazer	2.240	0,1	-
Informática	327	0,0	-
Aluguel Máq. e Equipamento	36.903	1,9	0,6
Ativ. Aux. Transportes	44.690	2,4	0,7
Serv. Aux. Adm. Empresas	7.461	0,4	0,1
Outros	142.515	7,5	2,3
<b>Total</b>	<b>1.902.992</b>	<b>100,0</b>	<b>30,3</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na distribuição dos recursos por região climática, o semiárido foi beneficiado com R\$ 518,2 milhões dos recursos do FNE Setor Comércio e

Serviços no primeiro semestre de 2013, correspondendo a 27,2% dos valores contratados pelo Setor (Tabelas 26 e 1A).

No que se refere às contratações fora do semiárido, o mesmo Setor foi responsável por cerca de R\$ 1,4 bilhão, representando 72,8% do total contratado nesse Setor e 32,3% do total de recursos destinados à Região fora do semiárido (Tabela 26 e 2.A).

Vale ressaltar que na área de abrangência do Banco, as capitais dos estados são as maiores demandantes de recursos deste Setor, e estão situadas fora do semiárido, podendo justificar a diferença percentual entre as duas regiões.

Em relação ao porte dos empreendimentos beneficiados (Tabela 41), o FNE Setor Comércio e Serviços destinou 37,2% das contratações, ou seja, R\$ 707,9 milhões, para empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, beneficiando 8.656 clientes, correspondentes a 96,9% do total (Tabela 40). Os empreendimentos de médio e grande portes foram beneficiados com R\$ 1,2 bilhão (Tabela 41).

Tradicionalmente, o Setor de Comércio no Nordeste brasileiro é marcado pelos empreendimentos de menor porte, daí a importância de financiamento ao Setor como medida para reduzir a concentração de recursos, dinamizando a economia, principalmente em pequenos municípios.

Em relação à distribuição espacial, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do FNE. As unidades federativas que obtiveram maior volume de contratações foram: Ceará 23,9% (R\$ 454,3 milhões) e Pernambuco, 22,0% (R\$ 418,6 milhões). Juntos, estes estados participaram com 45,9% do total dos valores contratados (Tabela 27).

**Tabela 27 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Estado nos Setores Comércio e Serviços – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Quantidade	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Alagoas	309	3,5	60.840	3,2
Bahia	1.538	17,2	256.412	13,5
Ceará	1.604	18,0	454.310	23,9
Espírito Santo	78	0,9	9.678	0,5
Maranhão	733	8,2	172.367	9,1
Minas Gerais	646	7,2	47.620	2,5
Paraíba	825	9,2	75.260	4,0
Pernambuco	1.079	12,1	418.616	22,0
Piauí	639	7,2	210.752	11,1
Rio Grande do Norte	1.032	11,6	104.789	5,5
Sergipe	443	5,0	92.348	4,9
<b>Total</b>	<b>8.926</b>	<b>100,0</b>	<b>1.902.992</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Vale ressaltar que dois estados tiveram expressivos crescimentos nos valores contratados, em relação ao primeiro semestre de 2012: Ceará (320,8%) e Piauí (177,5%). Em relação aos municípios atendidos, o FNE Setor Comércio e Serviços esteve presente em todos os estados pertencentes à área de atuação do FNE e em 1.097 municípios, representando 55,1% dos municípios da área de atuação do FNE (Tabela 43).

### **3.1.6 – Setor Infraestrutura**

O Setor Infraestrutura, através do FNE, contratou cerca de R\$ 76,8 milhões no primeiro semestre de 2013, correspondente a 1,2% do total contratado pelo FNE no mesmo período (Tabela 11). Esse valor destinou-se no seu total às atividades auxiliares de transporte, localizados no município de São Luis (MA), que pertence à área de atuação do FNE, sendo o único Estado que se encontra totalmente fora do semiárido. Contudo, os efeitos dessas contratações se espriam em todo tecido econômico e social da Região.

Ressalte-se que a pequena representatividade do Setor nas contratações deve-se a uma diretriz do Governo Federal, no sentido de apoiar prioritariamente o segmento de pequenos e médios empreendimentos, o que vai de encontro aos financiamentos para infraestrutura, que em geral requerem um substancial volume de recursos e são realizados por empreendedores de grande porte.

### **3.2 – Valores Programados e Valores Realizados**

No primeiro semestre de 2013, foram contratados aproximadamente R\$ 6,3 bilhões no âmbito do FNE, o que corresponde a 54,6% do montante projetado para o exercício deste ano (Tabela 28). No mesmo período do exercício anterior, o percentual de realização foi de 33,9% em relação ao total programado. Referido valor, representa, ainda, 52,5% do volume total de recursos contratados pelo FNE no ano anterior, da ordem de R\$ 11,97 bilhões.

Por unidade da federação, merecem destaque as contratações no Espírito Santo que somente neste primeiro semestre de 2013 superaram em 70,1% o volume de recursos programados para este estado no exercício de 2013. Os demais estados ficaram dentro da programação, dando-se os maiores percentuais de contratação na Paraíba e em Alagoas (88,0% e 78,6%, respectivamente). Por outro lado, os estados de Minas Gerais, Sergipe e Rio Grande do Norte apresentaram as menores relações, respectivamente, 26,6%, 40,5% e 43,1% (Tabela 28).

**Tabela 28 – FNE – Valores Programados e Realizados por Estado – Primeiro Semestre de 2013**

UF	Valores em R\$ Mil		
	Programação (A)	Contratações <sup>(1)</sup> (B)	% B/A
Alagoas	527.000	414.084	78,6
Bahia	2.518.000	1.380.115	54,8
Ceará	1.658.000	771.823	46,6
Espírito Santo	143.000	243.186	170,1
Maranhão	1.173.000	763.895	65,1
Minas Gerais	825.000	219.589	26,6
Paraíba	578.000	508.533	88,0
Pernambuco	1.697.000	811.030	47,8
Piauí	958.000	568.259	59,3
Rio Grande do Norte	823.000	355.026	43,1
Sergipe	600.000	242.860	40,5
<b>Total</b>	<b>11.500.000</b>	<b>6.278.400</b>	<b>54,6</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

As contratações realizadas no âmbito dos setores Industrial, Rural e Comercial e Serviços, atingiram, no primeiro semestre de 2013, mais de 50,0% da meta definida para o exercício de 2013 (Tabela 29).

**Tabela 29 – FNE – Valores Programados e Realizados por Setor – Primeiro Semestre de 2013**

UF	Valores em R\$ Mil		
	Programação (A)	Contratações <sup>(1)</sup> (B)	% B/A
Rural	4.172.400	2.435.933	58,4
Agroindustrial	315.200	77.754	24,7
Industrial	2.445.600	1.470.634	60,1
Turismo	876.800	314.296	35,8
Infraestrutura	240.000	76.791	32,0
Comercial e Serviços	3.450.000	1.902.992	55,2
<b>Total</b>	<b>11.500.000</b>	<b>6.278.400</b>	<b>54,6</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB – Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

Nota: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na perspectiva das mesorregiões constantes da PNDR, observou-se que, no primeiro semestre de 2013, as contratações alcançaram 80,9% do valor programado para o exercício. Merece destaque o Vale do Jequitinhonha/Mucuri que superou, já neste primeiro semestre, o volume de recursos projetados para o exercício de 2013 em 53,4% (Tabela 30). Referidos recursos beneficiaram principalmente o município de São Mateus (ES), onde



foram contratados R\$ 209,0 milhões em 29 operações, sendo a atividade mais representativa a indústria de transporte<sup>6</sup>.

Do montante financiado nas mesorregiões 66,3%, equivalentes a R\$ 775,2 milhões, foram destinados a três atividades: produção de grãos, com representatividade de 28,9%, bovinocultura (19,7%) e indústria de transportes 17,8%<sup>7</sup>.

**Tabela 30 – FNE – Projetos Contratados<sup>(1)</sup> nas Mesorregiões SPR<sup>(2)</sup> – Primeiro Semestre de 2013**

Mesorregiões	Programado	Valores em R\$ Mil	
		Realizado	%
Águas Emendadas	27.500	9.973	36,3
Bico do Papagaio	150.000	92.045	61,4
Chapada das Mangabeiras	420.000	350.620	83,5
Chapada do Araripe	335.000	163.241	48,7
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	199.000	305.218	153,4
Seridó	100.700	65.774	65,3
Xingo	212.800	181.829	85,4
<b>Total</b>	<b>1.445.000</b>	<b>1.168.700</b>	<b>80,9</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Secretaria de Programas Regionais.

### 3.3 – Impactos Redistributivos das Aplicações do FNE

#### 3.3.1 – Contratações por Estado

As contratações no primeiro semestre de 2013 totalizaram quase R\$ 6,3 bilhões, representando um acréscimo em torno de 61,5% em relação ao valor de R\$ 3,9 bilhões, contratado no primeiro semestre de 2012. Os valores mais expressivos foram aplicados nos seguintes estados: Bahia (R\$ 1,4 bilhão), Pernambuco (R\$ 811,0 milhões), Ceará (R\$ 771,8 milhões) e Maranhão (R\$ 763,9 milhões) (Tabela 31). Em conjunto, esses estados aplicaram 59,4% do volume total de contratações no período em análise.

<sup>6</sup> Base do Ativo do BNB.

<sup>7</sup> Base do Ativo do BNB.

**Tabela 31 – FNE – Contratações e Demanda de Recursos por Estado – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Contratações <sup>(1)</sup>	%	Valores em R\$ Mil		
			Propostas em Carteira <sup>(2)</sup>	Demanda Total	%
Alagoas	414.084	6,6	381.283	795.367	8,7
Bahia	1.380.115	22,0	813.283	2.193.398	24,1
Ceará	771.823	12,3	589.343	1.361.166	14,9
Espírito Santo	243.186	3,9	53.486	296.672	3,3
Maranhão	763.895	12,2	249.633	1.013.528	11,1
Minas Gerais	219.589	3,5	107.193	326.782	3,6
Paraíba	508.533	8,1	77.179	585.712	6,4
Pernambuco	811.030	12,9	240.446	1.051.476	11,5
Piauí	568.259	9,1	189.067	757.326	8,3
Rio Grande do Norte	355.026	5,7	63.033	418.059	4,6
Sergipe	242.860	3,9	67.947	310.807	3,4
<b>Total</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>	<b>2.831.893</b>	<b>9.110.293</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Coordenação Executiva Institucional.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Valor do estoque das propostas em carteira ao final do período.

As propostas em carteira totalizaram R\$ 2,8 bilhões no final do primeiro semestre de 2013, apresentando aumento significativo de 57,8% em relação ao primeiro semestre de 2012. Os maiores volumes em carteira ficaram com os estados da Bahia (R\$ 813,3 milhões), Ceará (R\$ 589,3 milhões) e Alagoas (R\$ 381,3 milhões), conforme a Tabela 31.

A demanda total de recursos pelos estados no primeiro semestre de 2013 (R\$ 9,1 bilhões) apresentou incremento de 59,6% sobre a demanda total do primeiro semestre de 2012 (R\$ 5,7 bilhões). As maiores demandas foram dos estados da Bahia, Ceará, Pernambuco e Maranhão e juntos resumem 61,6% da demanda total por recursos do FNE, de acordo com a Tabela 31.

Em relação aos percentuais de participação dos estados no total das contratações do FNE, no primeiro semestre de 2013, verifica-se que somente duas unidades federativas não atingiram o piso mínimo de 4,5% do total de contratações do Fundo: Sergipe, com 3,9%, e Minas Gerais, com 3,5%. O estado do Espírito Santo que apresenta, neste primeiro semestre de 2013, 3,9% das contratações não está compreendido no limite mínimo estabelecido (MI, 2012). No que tange ao limite máximo, observa-se que, a exemplo de anos anteriores, nenhum estado obteve volume de contratações superior a 30,0%, conforme recomendações internas do BNB (Tabela 31).

Considerando-se o período acumulado de 1989 ao primeiro semestre de 2013, todos os estados atingiram o piso mínimo de 4,5%. Nesse período, os estados que mais receberam recursos do FNE foram Bahia (R\$ 30,3 bilhões), Ceará (R\$ 19,2 bilhões), Pernambuco (R\$ 17,0 bilhões) e Maranhão (R\$ 13,1 bilhões) que, em conjunto, foram responsáveis por 65,1% do total dos valores contratados. À medida que a base econômica dos demais estados da Região cresce, os recursos do FNE passam a ser distribuídos de forma mais equitativa na área de atuação do FNE (Tabela 32).

**Tabela 32 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> Acumuladas por Estado – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Valores em R\$ Mil	
	Valor <sup>(2)</sup>	%
Alagoas	6.021.834	4,9
Bahia	30.327.432	24,8
Ceará	19.224.572	15,7
Espírito Santo	1.381.566	1,1
Maranhão	13.094.365	10,7
Minas Gerais	6.042.447	5,0
Paraíba	6.982.812	5,7
Pernambuco	16.966.897	13,9
Piauí	8.490.857	7,0
Rio Grande do Norte	7.980.494	6,5
Sergipe	5.589.190	4,6
<b>Total</b>	<b>122.102.466</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2013.

O número de beneficiários do FNE totalizou 769,4 mil no primeiro semestre de 2013, registrando aumento de 27,8% em relação ao número de beneficiários no primeiro semestre de 2012. O estado com o maior número de beneficiários foi a Bahia (154,3 mil), seguido do Ceará (112,0 mil), Pernambuco (93,3 mil) e Piauí (82,0 mil) (Tabela 33).

**Tabela 33 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Relação ao Número de Beneficiários – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Contratações (R\$ mil)	Nº. de Beneficiários	Distribuição do Crédito	
			R\$/Benef.	Ordem
Alagoas	414.084	42.535	9.735,14	3
Bahia	1.380.115	154.341	8.941,99	4
Ceará	771.823	112.034	6.889,19	9
Espírito Santo	243.186	806	301.719,60	1
Maranhão	763.895	72.462	10.542,01	2
Minas Gerais	219.589	68.110	3.224,03	11
Paraíba	508.533	60.251	8.440,24	6
Pernambuco	811.030	93.262	8.696,25	5
Piauí	568.259	82.007	6.929,40	10
Rio Grande do Norte	355.026	50.331	7.053,82	8
Sergipe	242.860	33.232	7.308,02	7
<b>Total</b>	<b>6.278.400</b>	<b>769.371</b>	<b>8.160,43</b>	<b>-</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Com relação à distribuição de crédito, o valor médio contratado por beneficiário no primeiro semestre de 2013 foi de R\$ 8.160,43, valor 26,2% superior àquele do primeiro semestre de 2012 (R\$ 6.467,01). A maior relação crédito por beneficiário foi observada no estado do Espírito Santo (R\$ 301.719,60) cujo valor ficou muito acima da média dos outros estados (Tabela 33).

Considerando-se toda a área de atuação do FNE, a relação valor contratado por residente registra a importância de R\$ 82,40 por habitante, superior aos R\$ 68,15 por habitante, no mesmo período de 2012. O Piauí apresentou a relação mais elevada, equivalente a R\$ 182,23/habitante, seguido pelos estados da Paraíba (R\$ 135,01/habitante), Alagoas (R\$ 132,70/habitante) e Sergipe (R\$ 117,44/habitante) (Tabela 34).

**Tabela 34 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Relação à População Residente – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Valor Contratado (R\$ Mil)	População (Mil Hab.)	Valor Contratado/População	
			R\$/Hab.	Ordem
Alagoas	414.084	3.120	132,70	3º
Bahia	1.380.115	14.017	98,46	7º
Ceará	771.823	8.452	91,31	9º
Espírito Santo	243.186	3.515	69,19	10º
Maranhão	763.895	6.575	116,19	5º
Minas Gerais	219.589	19.597	11,21	11º
Paraíba	508.533	3.767	135,01	2º
Pernambuco	811.030	8.796	92,20	8º
Piauí	568.259	3.118	182,23	1º
Rio Grande do Norte	355.026	3.168	112,07	6º
Sergipe	242.860	2.068	117,44	4º
<b>Total</b>	<b>6.278.400</b>	<b>76.194</b>	<b>82,40</b>	<b>-</b>

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e IBGE – Contagem da População 2011.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar; (2) População estimada para 1º de julho de 2011.

Para avaliar o grau de importância do FNE para as economias estaduais, a Tabela 35 apresenta a comparação entre as riquezas geradas por cada unidade federativa e o valor contratado com recursos do FNE. No setor primário, o FNE – Setor Rural representou aproximadamente 5,7% do PIB desse setor, gerado nos estados da área de atuação do FNE. Os estados em que o Fundo obteve maior relevância, em relação ao desempenho do setor primário foram Piauí e Sergipe, em torno de 22,5% e 9,4%, respectivamente. No restante dos estados, exceto Espírito Santo, a relação contratações no Setor Rural por PIB Rural ficou entre 4,1% e 7,7%. No caso do Espírito Santo, a mais baixa entre todos os estados, essa relação ficou em 0,5% (Tabela 35).

**Tabela 35 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Relação ao PIB dos Estados – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
	Alagoas	7,05	4	3,93
Bahia	4,68	9	1,09	6
Ceará	6,90	5	0,38	10
Espírito Santo <sup>(2)</sup>	0,50	11	7,66	1
Maranhão	5,13	7	0,40	8
Minas Gerais <sup>(3)</sup>	4,14	10	0,25	11
Paraíba	6,23	6	4,26	2
Pernambuco	5,09	8	0,70	6

Estado	FNE Setor Rural/PIB Setor Primário		FNE Setor Industrial/PIB Setor Secundário	
	%	Ordem	%	Ordem
	Piauí	22,50	1	0,39
Rio Grande do Norte	7,71	3	1,74	4
Sergipe	9,39	2	0,48	7
<b>Total</b>	<b>5,69</b>	<b>-</b>	<b>1,26</b>	<b>-</b>

Fonte: BNB – Etene e IBGE - Contas Regionais 2010<sup>(4)</sup>.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para Junho de 2013 pelo IGP-DI da FGV.

No setor secundário, a importância relativa do Fundo Setor Industrial sobre o PIB do Setor Secundário foi de 1,3%, com participações mais expressivas apresentadas pelos estados do Espírito Santo (7,7%), Paraíba (4,3%) e Alagoas (3,9%) (Tabela 35).

### 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido

A área de atuação do FNE não incluía as regiões mineiras do Vale do Mucuri e do Vale do Jequitinhonha e, ainda, o Norte do Espírito Santo que foram incorporadas em 1999. Observa-se que essa unidade da federação, bem como alguns dos municípios do estado de Minas Gerais que compõem os Vales do Mucuri e do Jequitinhonha estão localizados fora do semiárido, o que ocasionou uma ampliação na relação dessa zona climática e a área de atuação total do FNE, impactando o cumprimento do limite mínimo estabelecido para aplicações no semiárido.

O BNB atende ao dispositivo legal que estabelece a obrigatoriedade de aplicação mínima no semiárido de 50,0% dos ingressos de recursos para o FNE, apresentando-se essa relação em 66,9% (Tabelas 14 e 37), neste primeiro semestre de 2013.

Mesmo diante dos resultados alcançados, o BNB persegue ampliar as contratações no semiárido, empregando o critério de aplicação de 50,0% das disponibilidades, ou seja, ingressos mais reembolsos do Fundo, nessa região climática. Assim, o FNE alocou R\$ 48,4 bilhões para esse espaço no período 1989 ao primeiro semestre de 2013. As localidades fora do semiárido, especialmente o litoral e a Zona da Mata, por possuírem maior base econômica instalada, captaram recursos na ordem de R\$ 73,7 bilhões, nesse mesmo período (Tabela 36).

**Tabela 36 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> Acumuladas por Região – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2013**

**Valores em R\$ Mil**

<b>Região</b>	<b>Valor<sup>(2)</sup></b>	<b>%</b>
Semiárido	48.374.003	39,6
Fora do Semiárido	73.728.463	60,4
<b>Total</b>	<b>122.102.466</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2013.

No primeiro semestre de 2013, o FNE aplicou cerca de R\$ 2,0 bilhões na região do semiárido nordestino, 31,8% dos valores contratados por meio do Fundo, empregando-se o critério de disponibilidade dos recursos. Aproximadamente 523 mil pessoas e empresas foram favorecidas com recursos do FNE nesse espaço territorial, equivalendo a 68,0% do total de beneficiários do Fundo, no período em análise (Tabela 37).

**Tabela 37 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Região – Primeiro Semestre de 2013**

**Valores em R\$ Mil**

<b>Região</b>	<b>Nº de Beneficiários</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>
Semiárido	523.336	68,0	1.995.021	31,8
Fora do Semiárido	246.035	32,0	4.283.379	68,2
<b>Total</b>	<b>769.371</b>	<b>100,0</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

O Banco do Nordeste tem destinado especial atenção à região do semiárido nordestino, mas, além disso, considera as peculiaridades dos estados da Região Nordeste. Existem unidades federativas, a exemplo do Maranhão, cujos municípios se localizam fora do semiárido, apresentando território, em sua quase totalidade, caracterizado por vegetação de floresta, refletindo uma transição entre o Nordeste semiárido e a Amazônia úmida. Em que pese o Maranhão não apresentar escassez de chuvas, apresenta, também, significativas desigualdades socioeconômicas, dentre as quais se destacam:

- a) 10,4% da população em extrema pobreza do Brasil está no Maranhão (2010) (OLIVEIRA; SOUZA e LIMA, 2012);
- b) no Maranhão 25,7% das pessoas estão em situação de extrema pobreza (2010) (OLIVEIRA; SOUZA e LIMA, 2012);

- c) dos trinta municípios brasileiros com menores índices de IDH-M, dez estão localizados no Maranhão (PNUD, 2000);
- d) Das 27 unidades da federação, o Maranhão ocupa a pior classificação quanto ao valor do rendimento médio mensal das famílias residentes em domicílios particulares, R\$ 1.265,00, equivalente a 85,2% do indicador da Região Nordeste, e apenas 55,7% do nacional (IBGE, 2011);
- e) os níveis de escolaridade mais baixos do País, que vão se refletir no grau de qualificação profissional dos trabalhadores, estão no Maranhão, que registra 61,0% das pessoas com 10 anos ou mais de idade sem instrução ou com nível fundamental incompleto (IBGE, 2010).

Desse modo, verifica-se que o Maranhão, apesar de estar localizado fora da região semiárida, reúne características socioeconômicas que se assemelham ou que estão em níveis inferiores às dos estados mais pobres da região semiárida, atendidos pelo FNE.

Como forma de exemplificar que essas questões afetam a distributividade dos recursos do FNE entre as regiões geográficas, apresentam-se, na Tabela 29, os valores contratados por Região, somando para a região semiárida as contratações referentes a municípios do estado do Maranhão que apresentam IDH-M igual ou inferior ao IDH da Região Nordeste para o ano de 2000, situado em 0,692 (PNUD, 2008), que totalizam R\$ 412,8 milhões. Assim, no exercício de 2013, o percentual de contratações no semiárido eleva-se de 31,8% para 40,4% (Tabelas 37 e 38).

**Tabela 38 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Região (Realocando Contratações do Estado do Maranhão) – Primeiro Semestre de 2013**

Região	Valor	Valores em R\$ Mil
		%
Semiárido	2.537.899	40,4
Fora do Semiárido	3.740.501	59,6
<b>Total</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### 3.3.2.1 – Ações Desenvolvidas para Incremento das Aplicações no Semiárido

O Banco do Nordeste adota ações sistemáticas no sentido de elevar a participação do FNE no semiárido brasileiro.



Para isso, além de buscar a integração de suas ações com as iniciativas governamentais, do setor produtivo e da sociedade em geral, o Banco busca promover a superação dos obstáculos ao desenvolvimento ainda presentes no Semiárido.

A Programação do FNE, por exemplo, é o instrumento normativo e de planejamento, direcionador dos financiamentos anuais desse fundo constitucional. Anualmente, é elaborada sob a coordenação do Banco do Nordeste com ativa participação da Sudene e do Ministério da Integração Nacional, além da contribuição dos governos estaduais, movimentos sociais e setores produtivos, resultando, para 2013, numa projeção de R\$ 5,75 bilhões (50% do FNE no exercício) para aplicação no semiárido brasileiro.

Para elevar as aplicações nessa sub-região, projetos que venham a se localizar no semiárido continuam sendo considerados, para efeito de aplicação do FNE, como de *alta relevância e estruturantes*, podendo contar, portanto, com maiores limites de financiamento e prazos para pagamento.

Entretanto, a partir da Lei nº 12.793/2013, os encargos financeiros e o bônus de adimplência do FNE e dos demais fundos constitucionais de financiamento passaram a ser estabelecidos pelo Conselho Monetário Nacional (CMN). Assim, por meio da Resolução CMN nº 4.181/2013, foi definido um bônus de adimplência de 15% sobre a taxa de juros vigente, independentemente da localização do empreendimento financiado (dentro ou fora do semiárido).

Ainda em 2013, foram incluídas para as Superintendências Estaduais, metas específicas no Programa de Ação do Banco para aplicação dos recursos do FNE no semiárido.

Além disso, foi definida a realização de 84 eventos FNE ITINERANTE em municípios do semiárido durante o segundo semestre de 2013. Tais eventos serão voltados para promoção e divulgação das bases e condições dos programas de financiamento com recursos do fundo constitucional.

### **3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário**

As ações do BNB estão pautadas pelo apoio prioritário aos empreendedores de micro, mini e pequenos negócios, com financiamento a programas de conteúdo tecnológico capazes de prover sustentabilidade econômica às suas atividades. Contudo, faz-se necessário considerar o potencial de alavancagem de negócios das empresas de médio e grande portes para os pequenos empreendimentos.

Nesse contexto, os empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes receberam 39,0% do total de contratações do FNE, o que equivale a R\$ 47,6 bilhões, no período de 1989 ao primeiro semestre de 2013. O somatório de contratações para clientes de médio porte alcançou cerca de R\$ 16,4 bilhões, ou seja, 13,4% do total contratado pelo Fundo. Os clientes de grande porte receberam R\$ 58,2 bilhões, o equivalente a 47,6% do total de contratações do FNE, no mesmo período (Tabela 39).

Destaca-se que 73,9% do valor contratado no semiárido durante o primeiro semestre de 2013 foram destinados às micro e pequenas empresas, mini e pequeno produtor rural e pequeno-médio, ficando os 26,1% restantes para os portes médio e grande.

**Tabela 39 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> Acumuladas por Porte de Beneficiários – Período: 1989 ao Primeiro Semestre de 2013**

Porte	Valor <sup>(2)</sup>	Valores em R\$ Mil
		%
Mini/Micro	43.294.290	35,5
Pequeno	2.781.041	2,3
Pequeno/Médio	1.475.800	1,2
Médio	16.380.311	13,4
Grande	58.171.024	47,6
<b>Total</b>	<b>122.102.466</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Exercícios de 1989 a 1990 - valores atualizados pelo BTN até 31.12.1990 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 31.12.1995. Exercício de 1991 - valores atualizados pelo US\$ (comercial venda) até 31.12.1991 e, em seguida, pelo IGP-DI, até 30.06.2012. Exercícios de 1992 em diante - valores atualizados pelo IGP-DI, até 30.06.2013.

Os empreendedores de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes predominaram em todos os setores atendidos pelo FNE, no primeiro semestre de 2013, em termos de quantidade de beneficiários.

Em termos absolutos, a maior quantidade de beneficiários do FNE se verificou no Setor Rural (759,0 mil), segmento que registra 758,9 mil beneficiários responsáveis por empreendimentos que pertencem às categorias de micro, mini, pequeno e pequeno – médio portes (Tabela 40).

Os beneficiários de médio e grande portes não tiveram participação significativa no total de beneficiários atendidos pelo FNE (Tabela 40).

**Tabela 40 – FNE – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2013**

Porte	Rural		Agroindustrial		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro	754.637	99,4	15	14,9	319	27,2	60	35,1	-	-	3.501	39,2	758.532	98,6
Pequeno	3.287	0,4	56	55,4	660	56,4	84	49,1	-	-	4.735	53,0	8.822	1,2
Pequeno/Médio	758	0,1	13	12,9	90	7,7	15	8,8	-	-	420	4,7	1.296	0,2
Médio	293	0,0	15	14,9	73	6,2	12	7,0	-	-	220	2,5	613	0,1
Grande	26	-	2	2,0	29	2,5	-	-	1	100,0	50	0,6	108	0,0
<b>Total</b>	<b>759.001</b>	<b>100,0</b>	<b>101</b>	<b>100,0</b>	<b>1.171</b>	<b>100,0</b>	<b>171</b>	<b>100,0</b>	<b>1</b>	<b>100,0</b>	<b>8.926</b>	<b>100,0</b>	<b>769.371</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Quanto aos valores contratados, 44,6% dos recursos do FNE foram destinados aos mini/micro, pequenos e pequeno-médios produtores, no primeiro semestre de 2013, perfazendo um total de R\$ 2,8 bilhões, apresentando incremento de 21,7%, quando comparado ao mesmo período de 2012 (R\$ 2,3 bilhões). Os valores para este porte de empreendedores foram mais expressivos nos setores Rural (R\$ 1,9 bilhão) e Comércio e Serviços (R\$ 707,9 milhões), conforme a Tabela 41.

Os produtores de porte médio, no primeiro semestre de 2013, obtiveram recursos da ordem de R\$ 881,0 milhões, com acréscimo de 25,1% no volume de recursos, em relação ao primeiro semestre de 2012 (R\$ 704,3 milhões). A participação dos produtores de grande porte no volume de recursos contratados foi de 41,4% no primeiro semestre de 2013 (Tabela 41), com aumento de 18,7 pontos percentuais quando comparado ao primeiro semestre de 2012 (22,7%).

**Tabela 41 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Porte dos Beneficiários e Setor – Primeiro Semestre de 2013**

Porte	Valores em R\$ Mil													
	Rural	%	Agro-industrial	%	Indústria	%	Turismo	%	Infra-estrutura	%	Comércio e Serviços	%	Total	%
Mini/Micro	1.403.593	57,6	983	1,3	16.305	1,1	5.627	1,8	-	-	166.925	8,8	1.593.433	25,4
Pequeno	217.602	8,9	17.189	22,1	80.411	5,5	34.487	11,0	-	-	409.595	21,5	759.284	12,1
Pequeno/ Médio	243.734	10,0	2.918	3,8	51.518	3,5	19.089	6,1	-	-	131.387	6,9	448.646	7,1
Médio	261.707	10,7	15.175	19,5	53.853	3,7	255.093	81,2	-	-	295.164	15,5	880.992	14,0
Grande	309.297	12,7	41.489	53,4	1.268.547	86,3	-	-	76.791	100,0	899.921	47,3	2.596.045	41,4
<b>Total</b>	<b>2.435.933</b>	<b>100,0</b>	<b>77.754</b>	<b>100,0</b>	<b>1.470.634</b>	<b>100,0</b>	<b>314.296</b>	<b>100,0</b>	<b>76.791</b>	<b>100,0</b>	<b>1.902.992</b>	<b>100,0</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### 3.3.4 – Municípios Atendidos pelo FNE

A área de abrangência do FNE é composta por 1.990 municípios. Destes, 1.980 foram atendidos com operações do FNE durante o primeiro semestre de 2013, representando 99,5% dos municípios atendidos pelo Fundo. Os estados do Ceará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio Grande do Norte e Sergipe tiveram, nesse período, todos os municípios atendidos pelo FNE e os demais estados, exceto Espírito Santo, tiveram mais de 98,0% de seus municípios atendidos (Tabela 42).

**Tabela 42 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE (A)	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE (B)	B/A (%)
Alagoas	102	101	99,0
Bahia	417	415	99,5
Ceará	184	184	100,0
Espírito Santo	28	25	89,3
Maranhão	217	215	99,1
Minas Gerais	168	166	98,8
Paraíba	223	223	100,0
Pernambuco <sup>(1)</sup>	185	185	100,0
Piauí	224	224	100,0
Rio Grande do Norte	167	167	100,0
Sergipe	75	75	100,0
<b>Total</b>	<b>1.990</b>	<b>1.980</b>	<b>99,5</b>

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - ETENE.

**Nota: (1)** O Território Estadual de Fernando de Noronha está contido nessa estatística como município.

Territorialmente, o FNE difundiu-se de forma mais intensa no Setor Rural, estando presente em 95,3% da sua área de atuação, o que corresponde a 1.896 municípios atendidos. Destacam-se, também, as contratações efetuadas em 1.097 municípios no Setor Comércio e Serviços, equivalente a 55,1% da área de abrangência do Fundo (Tabela 43).

**Tabela 43 – FNE – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2013**

Setor	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período	% em Relação ao Nº de Municípios da Área de Atuação do FNE
Rural	1.896	95,3
Agroindustrial	67	3,4
Industrial	355	17,8
Turismo	85	4,3
Infraestrutura	1	0,1
Comércio/Serviços	1.097	55,1

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Ao analisar as contratações por faixa de valor, verifica-se que o FNE destinou até R\$ 500 mil para 816 municípios no primeiro semestre de 2013. Em seguida, 1.095 municípios receberam recursos na faixa de R\$ 501 mil a R\$ 10 milhões, enquanto que 69 municípios receberam recursos acima de R\$ 10 milhões (Tabela 44).

**Tabela 44 – FNE – Distribuição Territorial dos Recursos por Faixa de Valor Contratado – Primeiro Semestre de 2013**

Faixa de Valor Contratado	Nº de Municípios Atendidos pelo FNE no Período <sup>(1)</sup>	% em Relação ao Total de Municípios Atendidos pelo FNE
R\$ 1 a R\$ 100 mil	170	8,6
de R\$ 101 mil a R\$ 500 mil	646	32,6
de R\$ 501 mil a R\$ 1 milhão	436	22,0
> R\$ 1 milhão a R\$ 10 milhões	659	33,3
> R\$ 10 milhões a R\$ 100 milhões	58	2,9
> R\$ 100 milhões	11	0,6
<b>Total</b>	<b>1.980</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** O enquadramento dos municípios por faixa ocorre nas operações de maior valor. Assim, se um município obteve 2 operações de empréstimos, sendo uma de R\$ 1 mil e a segunda de R\$ 100 mil, o enquadramento desse município ocorrerá na faixa 2.

Quanto às contratações por tipo de município, a Tabela 45 indica que os municípios de baixa e média rendas contrataram 98,7% de todas as operações do Fundo, no primeiro semestre de 2013. No que se refere aos valores contratados,

nesse mesmo período, a maior parte destinou-se aos municípios de média renda (R\$ 3,8 bilhões ou 61,1% dos recursos contratados).

**Tabela 45 – FNE – Contratações por Tipo de Município<sup>(1)</sup> – Primeiro Semestre de 2013**

Tipologia	Quantidade de Operações	Valores em R\$ Mil		
		%	Valor Contratado	%
Alta Renda <sup>(5)</sup>	3.394	1,3	1.596.824	25,4
Baixa Renda <sup>(2)</sup>	79.761	30,1	843.650	13,4
Dinâmico de Média Renda <sup>(4)</sup>	96.931	36,6	1.628.474	25,9
Estagnado de Média Renda <sup>(3)</sup>	84.738	32,0	2.209.452	35,2
<b>Total</b>	<b>264.824</b>	<b>100,0</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Notas:** (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmico de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.

### 3.4 – Repasses do FNE a Outras Instituições

Em conformidade com o artigo 9º, da Lei Nº 7.827, que instituiu o Fundo Constitucional de Financiamento do Norte (FNO), o Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e o Fundo Constitucional de Financiamento do Centro-Oeste (FCO), os bancos administradores podem repassar recursos dos Fundos Constitucionais a outras instituições autorizadas a funcionar, pelo Banco Central do Brasil, com comprovada capacidade técnica e com estruturas operacional e administrativa aptas a realizar, em segurança e no estrito cumprimento das diretrizes e normas estabelecidas, programas de crédito especificamente criados com essa finalidade, desde que observadas as diretrizes estabelecidas pelo Ministério da Integração Nacional (Redação dada pela Lei nº 10.177, de 12.01.2001).

Assim, com o objetivo de proporcionar maior capilaridade ao FNE, o Banco do Nordeste vem repassando recursos a algumas instituições financeiras. No primeiro semestre de 2013, conforme Tabela 46, duas instituições obtiveram recursos do Fundo para repasse que somaram R\$ 16,4 milhões, montante que



representa 0,26% das contratações do FNE no período. A Agência de Fomento do Estado da Bahia (Desenbahia) destaca-se quanto ao volume de recursos repassados (78,9%). A soma destinada às duas instituições é praticamente o dobro do valor destinado no mesmo período de 2012 (93,7%).

**Tabela 46 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil					
UF	Bancos Repassadores	Nº. de Operações	%	Valor Contratado	%
RN	Agência de Fomento do Rio Grande do Norte (AGN)	-	-	-	-
SE	Banco do Estado de Sergipe (BANESE)	17	85,0	3.460	21,1
BA	Agência de Fomento do Estado da Bahia (DESENBAHIA)	3	15,0	12.958	78,9
MG	Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais - (BDMG)	-	-	-	-
<b>Total</b>		<b>20</b>	<b>100,0</b>	<b>16.418</b>	<b>100,0</b>

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Quanto à distribuição setorial dos recursos contratados no primeiro semestre de 2013, 67,2% foram destinados ao Setor Industrial e Turismo, especificamente no Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA), conforme Tabela 47. Destaque ainda para o Setor de Comércio e Serviços cujo resultado no período em referência fechou em R\$ 3,8 milhões, o equivalente a 23,4% do montante contratado pelas instituições repassadoras.

**Tabela 47 – FNE – Bancos Repassadores – Desempenho Operacional – Contratações<sup>(1)</sup> Primeiro Semestre de 2013**

Setor / Programa	Contratações			
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%
<b>RURAL</b>	<b>12</b>	<b>12</b>	<b>1.555</b>	<b>9,5</b>
Programa de Apoio ao Desenvolvimento Rural (RURAL) e Outros	12	12	1.555	9,5
<b>AGROINDUSTRIAL</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>INDUSTRIAL E TURISMO</b>	<b>2</b>	<b>2</b>	<b>11.025</b>	<b>67,2</b>
Programa de Financiamento às Micro e Pequenas Empresas (MPE-INDÚSTRIA)	2	2	11.025	67,2

Setor / Programa	Contratações			
	Nº. de Operações	Quant. Beneficiários	Valor	%
<b>INFRA-ESTRUTURA</b>	-	-	-	-
<b>COMÉRCIO E SERVIÇOS</b>	6	6	3.838	23,4
Programa de Financiamento para os Setores Comercial e de Serviços (COMÉRCIO E SERVIÇOS)	6	6	3.838	23,4
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>20</b>	<b>16.418</b>	<b>100,0</b>

**Notas: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Conforme pode ser observado na Tabela 48, a Pecuária segue absorvendo a maior parte dos recursos destinados ao Setor Rural (84,2%). Cerca de R\$ 1,2 milhão, 93,6% do que foi destinado à Pecuária, foi absorvido pela atividade de bovinocultura. A fruticultura consumiu 15,8% dos recursos destinados ao Setor.

**Tabela 48 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações<sup>(1)</sup> por Atividade no Setor Rural – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
<b>PECUÁRIA</b>	<b>10</b>	<b>1.310</b>	<b>84,2</b>
Bovinocultura	8	1.226	78,8
Ovinocaprinocultura	2	84	5,4
<b>AGRICULTURA DE SEQUEIRO</b>	<b>2</b>	<b>245</b>	<b>15,8</b>
Fruticultura	2	245	15,8
<b>AGRICULTURA IRRIGADA</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>1.555</b>	<b>100,0</b>

**Notas: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Levando-se em consideração os Setores Industrial e Turismo (Tabela 49), os financiamentos, neste primeiro semestre, concentraram-se em Bens de Capital e de Consumo Duráveis – Mobiliário (84,2%). O restante dos recursos destinados ao Setor foi absorvido por atividades relacionadas à indústria de produtos químicos (Bens de Consumo Intermediário).

**Tabela 49 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações<sup>(1)</sup> por Atividade nos Setores Industrial e Turismo – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil			
Atividade	Nº. de Operações	Valor	%
<b>BENS DE CONSUMO NÃO DURÁVEIS</b>	-	-	-
<b>BENS DE CONSUMO INTERMEDIÁRIOS</b>	<b>1</b>	<b>1.737</b>	<b>15,8</b>
Produtos Químicos	1	1.737	15,8
<b>BENS DE CAPITAL E DE CONSUMO DURÁVEIS</b>	<b>1</b>	<b>9.288</b>	<b>84,2</b>
Mobiliário	1	9.288	84,2
<b>TURISMO</b>	-	-	-
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>11.025</b>	<b>100,0</b>

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

O Setor de Comércio e Serviços absorveu R\$ 3,8 milhões, ou seja, 23,4% do total de recursos repassados. Referido montante destinou-se a atividades ligadas exclusivamente à prestação de serviços, conforme a Tabela 50.

**Tabela 50 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações<sup>(1)</sup> por Atividade nos Setores Comercial e Serviços – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil				
Atividade	Nº. de Operações	Valor	% Setor	% FNE
<b>COMÉRCIO</b>	-	-	-	-
<b>SERVIÇOS</b>	<b>6</b>	<b>3.837</b>	<b>100,0</b>	<b>0,9</b>
Saúde	3	303	7,9	0,1
Outros	3	3.534	92,1	0,8
<b>Total</b>	<b>6</b>	<b>3.837</b>	<b>100,0</b>	<b>0,9</b>

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Sob a perspectiva das regiões climáticas (Tabela 51), as áreas geográficas localizadas fora do semiárido absorveram 65,4% do volume de recursos contratados por meio das instituições repassadoras. No ano anterior, essa subregião havia recebido 81,1% do montante repassado. Assim, o desempenho na região semiárida melhorou, passando de 18,9%, no primeiro semestre de 2012, para 34,6%, no mesmo período de 2013.

**Tabela 51 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Região – Primeiro Semestre de 2013**

Área	Nº. de Beneficiários	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Semiárido	8	40,0	5.683	34,6
Fora do Semiárido	12	60,0	10.736	65,4
<b>Total</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>	<b>16.419</b>	<b>100,0</b>

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Considerando-se o perfil dos beneficiários destas operações de crédito, verifica-se que 80,0% encontra-se na categoria denominada pequeno porte. Destes, 75% atuam no Setor Rural e os demais nos setores Comércio e Serviços e Industrial/Turismo. No âmbito das instituições repassadoras, não houve contratação com empreendimentos de grande porte (Tabela 43).

**Tabela 52 – FNE – Bancos Repassadores – Beneficiários por Porte e Setor – Primeiro Semestre de 2013**

Porte/Setor	Rural		Agroindustrial		Industrial/ Turismo		Infra- estrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)	Quant.	(%)
Mini/Micro	-	-	-	-	-	-	-	-	2	33,3	2	10,0
Pequeno	12	100,0	-	-	1	50,0	-	-	3	50,0	16	80,0
Pequeno - Médio	-	-	-	-	1	50,0	-	-	-	-	1	5,0
Médio	-	-	-	-	-	-	-	-	1	16,7	1	5,0
Grande	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>12</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>2</b>	<b>100,0</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>20</b>	<b>100,0</b>

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

No que concerne ao volume de recursos contratado segundo o porte dos beneficiários, constata-se que 88,1% do montante financiado foram destinados a produtores de pequeno porte que atuam principalmente no Setor Industrial/Turismo. O restante foi absorvido pelo Comércio e Serviços, e Rural. (Tabela 53).

**Tabela 53 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações <sup>(1)</sup> por Porte e Setor do Beneficiário – Primeiro Semestre de 2013**

**Valores em R\$ Mil**

Porte	Rural	Agroindustrial	Industrial/Turismo	Infra-estrutura	Comércio e Serviços	Total
Mini/Micro	-	-	-	-	80	80
Pequeno	1.555	-	9.288	-	3.618	14.461
Pequeno/Médio	-	-	1.737	-	-	1.737
Médio	-	-	-	-	140	140
Grande	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.555</b>	<b>-</b>	<b>11.025</b>	<b>-</b>	<b>3.838</b>	<b>16.418</b>

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Fonte: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Na posição de 30.06.2013, o saldo devedor total das instituições repassadoras é de R\$ 156,0 milhões (Tabela 54), contra R\$ 189,1 milhões do exercício de 2012. Quanto à pontualidade no reembolso dos créditos, o BDMG matém-se com 100% de adimplência. Por outro lado, o maior percentual de inadimplência apresentado pelas instituições repassadoras dos recursos do FNE continua com a Desenbahia, que passou de uma taxa de 3,8%, em 2011, para 5,1% em 2012, e 6,5% já no primeiro semestre de 2013. Em termos relativos, a maior inadimplência desta Instituição ocorre no Setor Industrial (Tabela 54).

Inversamente, a AGN tem reduzido, gradativamente, seu índice de inadimplência, de 5,3% em 2010 e 3,3% em 2011, para 1,9% neste primeiro semestre de 2013 (Tabela 54).

**Tabela 54 – FNE – Bancos Repassadores – Saldos Devedores e Inadimplência – Primeiro Semestre de 2013**

Setor	Instituições Repassadoras							
	AGN		BANESE		DESENBAHIA		BDMG	
	Saldo Devedor	% de Inad.	Saldo Devedor	% de Inad.	Saldo Devedor	% de Inad.	Saldo Devedor	% de Inad.
Industrial	512	3,2	14.415	1,6	6.434	35,1	-	-
Rural	940	-	19.904	-	4.481	4,2	-	-
Outros	4.718	5,3	23.008	-	51.698	3,1	29.932	-
<b>Total</b>	<b>6.170</b>	<b>1,9</b>	<b>57.327</b>	<b>-</b>	<b>62.613</b>	<b>6,5</b>	<b>29.932</b>	<b>-</b>

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Tendo em vista a distribuição espacial dos recursos do FNE, no primeiro semestre de 2013, os financiamentos realizados pelos bancos repassadores alcançaram 14 municípios da área de atuação dessas instituições. Nesse contexto, o Setor Rural abrangeu maior número de municípios (9). De outra forma, os que receberam maior volume de recursos foram: Salvador (BA) (56,6%), Feira de Santana (BA) (11,8%) e Vitória da Conquista (BA) (10,6%) (Tabelas 55 e 56).

**Tabela 55 – FNE – Bancos Repassadores – Distribuição Territorial e Setorial dos Recursos – Primeiro Semestre de 2013**

Setores/Programas	Nº de Municípios Atendidos
Rural	9
Agroindustrial	-
Industrial	2
Infraestrutura	-
Comércio/Serviços	3

**Nota:** Um mesmo município pode ter contratado operações em mais de um setor.

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

**Tabela 56 – FNE – Bancos Repassadores – Contratações<sup>(1)</sup> por Município – Primeiro Semestre de 2013**

Município	Valores em R\$ Mil	
	Valor Contratado	%
Aquidaba (SE)	98	0,6
Aracaju (SE)	330	2,0
Boquim (SE)	48	0,3
Gararu (SE)	70	0,4
General Maynard (SE)	279	1,7
Indiaroba (SE)	200	1,2
Itaporanga d'Ajuda (SE)	312	1,9
Malhador (SE)	39	0,2
Nossa Senhora da Glória (SE)	1.575	9,6
Pacatuba (SE)	240	1,5
Simão Dias (SE)	270	1,7
Feira de Santana (BA)	1.933	11,8
Salvador (BA)	9.288	56,6
Vitória da Conquista (BA)	1.737	10,6

Fontes: AGN, Banese, Desenbahia e BDMG.

Observando-se a dinâmica da economia brasileira na última década, a despeito das recorrentes crises financeiras internacionais, constata-se a melhoria de alguns indicadores econômicos e sociais importantes, fatores que possivelmente influenciaram o aumento da demanda por crédito. Assim, os recursos do FNE têm-se mostrado insuficientes, frente à crescente demanda por crédito no Nordeste do País, fato que repercute no volume de recursos efetivamente repassado a outras instituições de crédito.

### **3.5 – Prioridades Definidas pelo Condel/Sudene para a Aplicação do FNE**

Compete ao Condel/Sudene estabelecer anualmente as diretrizes e prioridades para aplicação dos recursos do FNE, observadas as diretrizes e orientações gerais do Ministério da Integração Nacional.

Dessa forma, a Resolução nº 57/2012, de 09/11/2012, do Condel/Sudene aprovou as Diretrizes e Prioridades do FNE, para o exercício 2013.

O presente item retrata o monitoramento de tais prioridades para o referido exercício.

#### **3.5.1 – Prioridades Espaciais**

##### ***I. Apoio a Arranjos Produtivos Locais***

Conforme pode ser observado na Tabela 57, foram contratados, nos primeiros seis meses de 2013, R\$ 76,7 milhões, contemplando diversas atividades produtivas, com destaque para os APLs de Fruticultura, localizados em Juazeiro (BA) e Petrolina (PE) que contrataram R\$ 42,2 milhões.

Tabela 57 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Arranjos Produtivos Locais – APLs – Primeiro Semestre de 2013

Estado	APL	Produto	Nº. de Operações	Valores em R\$ Mil		
				%	Valor	%
AL	Mandioca no Agreste Alagoano - Arapiraca	Mandioca	12	0,7	175	0,2
	Ovinocaprinocultura - Delmiro Gouveia	Carne	5	0,3	48	0,1
	Laticínios do Sertão Alagoano - Major Isidoro	Leite	150	8,1	648	0,9
BA	Fruticultura - Juazeiro	Manga/Uva	20	1,1	8.243	10,8
	Caprinocultura - Senhor do Bonfim	Carne	1	0,1	7	0,0
	Sisal - Valente	Sisal	3	0,2	34	0,0
CE	Cajucultura - Aracati	Castanha	53	2,9	402	0,5
	Calçados - Juazeiro do Norte	Calçados	6	0,3	326	0,4
	Bovinocultura Leiteira - Morada Nova	Leite	360	19,5	6.235	8,1
	Ovinocaprinocultura - Tauá	Carne	19	1,0	686	0,9
PB	Couro e Calçados - Campina Grande	Calçados	3	0,2	360	0,5
	Ovinocaprinocultura do Semiárido Paraibano - Serraria	Carne	35	1,9	88	0,1
	Café Conilon da Região Nordeste - São Gabriel da Palha	Café	3	0,2	150	0,2
MA	Leite e Derivados - Açailândia	Leite	52	2,8	7.474	9,8
	Leite e Derivados - Bacabal	Leite	122	6,6	5.968	7,8
	Ovinocaprinocultura - Chapadinha	Carne	47	2,5	292	0,4
MG	Fruticultura Irrigada - Janaúba	Banana / Citrus (Laranja / Limão)	10	0,5	2.848	3,7
PE	Confecções - Caruaru	Jeans	59	3,2	725	1,0
	Laticínios - Garanhuns	Leite	154	8,3	690	0,9
	Fruticultura - Petrolina	Manga / Uva	76	4,1	33.997	44,4
PI	Leite e Derivados da Região Norte - Parnaíba	Leite e Derivados	2	0,1	55	0,1
	Apicultura - Picos	Apicultura	10	0,5	50	0,1
	Cajucultura - Picos	Castanha	2	0,1	22	0,0
	Ovinocaprinocultura - Teresina	Corte	14	0,8	36	0,1



						<b>Valores em R\$ Mil</b>	
<b>Estado</b>	<b>APL</b>	<b>Produto</b>	<b>Nº. de Operações</b>	<b>%</b>	<b>Valor</b>	<b>%</b>	
<b>RN</b>	Cerâmica - Assu	Olaria (Tijolo/Telha)	14	0,8	1.152	1,5	
	Fruticultura - Assu	Todas as Frutas	59	3,2	868	1,1	
	Laticínios - Caicó	Leite	163	8,8	1.858	2,4	
	Tecelagem do Seridó - Jardim das Piranhas	Pano de Prato	2	0,1	125	0,2	
<b>SE</b>	Petróleo e Gás - Aracaju	Petróleo e Gás	1	0,1	86	0,1	
	Cerâmica Vermelha - Itabaianinha	Tijolos, Telhas	3	0,2	515	0,7	
	Mandioca - Lagarto	Mandioca	2	0,1	18	0,0	
	Pecuária de Leite - N. S. da Glória	Leite	387	20,9	2.476	3,2	
<b>Total</b>			<b>1.849</b>	<b>100,0</b>	<b>76.657</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

## **II. Projetos que se Localizam nos Espaços Reconhecidos como Prioritários pela PNDR.**

Ver item 3.6

## **III. Aproveitamento das Potencialidades Identificadas em Estudos e Projetos de Zoneamento Ecológico Econômico**

Para essa prioridade foram identificados os projetos direcionados para conservação, preservação e recuperação ambiental. Dessa forma, conforme consta na Tabela 58, foram contratados R\$ 62,7 milhões em 52 operações. Os programas FNE Verde-Rural e Pronaf Floresta destacam-se no tocante ao número de operações tendo efetivado, cada um, 21 operações. Quanto aos valores contratados, o programa FNE Verde-Rural ficou com o maior volume de recursos, com participação de 96,0%.

**Tabela 58 – FNE – Projetos Contratados<sup>(1)</sup> para a Conservação, Preservação e Recuperação do Meio Ambiente – Primeiro Semestre de 2013**

Programas	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
FNE Verde-Industrial	2	3,8	1.786	2,9
FNE Verde-Rural	21	40,4	60.122	96,0
Pronaf Floresta - FNE	21	40,4	437	0,7
Pronaf-Eco (FNE)	7	13,5	146	0,2
FNE Verde-Irrigação	1	1,9	161	0,3
<b>Total</b>	<b>52</b>	<b>100,0</b>	<b>62.652</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### **3.5.2 – Prioridades Setoriais**

#### **I. Apoio Preferencial a Agricultores Familiares e Mini e Micro Produtores Rurais, Empreendedores Individuais e às Micro e Pequenas Empresas, e às suas Associações e Cooperativas.**

I.I Apoio a agricultores familiares;

Ver item 3.1.1.1

I.II Apoio aos empreendedores individuais

O Programa FNE Empreendedor Individual (FNE EI) tem como objetivo fomentar o desenvolvimento dos empreendedores individuais, contribuindo para o fortalecimento e aumento da competitividade desse segmento. Dessa

forma, no primeiro semestre de 2013, foram contratados, no âmbito desse Programa R\$ 7,4 milhões, distribuídos em 661 operações. O Setor Comércio e Serviços se destaca tanto no número de operações como também no volume de recursos contratados, com participação de 90,0% e 90,3%, respectivamente (Tabela 59).

**Tabela 59 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> com Empreendedores Individuais – Primeiro Semestre de 2013**

Setor	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Comércio e Serviços	595	90,0	6.689	90,3
Indústria	65	9,8	707	9,5
Turismo	1	0,2	14	0,2
<b>Total</b>	<b>661</b>	<b>100,0</b>	<b>7.410</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

I.III Apoio aos mini e micro produtores rurais e às micro e pequenas empresas e às suas associações e cooperativas.

De acordo com a Tabela 60, foram destinados a essa prioridade, aproximadamente, R\$ 1,2 bilhão, distribuídos em 16.520 operações. Nesse segmento de beneficiários do FNE, destaque para o Setor Comércio e Serviços que efetivou 49,9% das operações, sendo responsável por 47,9% dos recursos contratados. Vale destacar ainda que todas as operações foram realizadas diretamente com os produtores e/ou empresas, tendo em vista que as associações e cooperativas não efetuaram contratações no primeiro semestre de 2013.

**Tabela 60 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> com Mini, Micro e Pequenos Produtores Rurais<sup>2</sup>/Empresas – Primeiro Semestre de 2013**

Setores	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Rural	7.090	42,9	472.653	39,3
Agroindustrial	71	0,4	18.171	1,5
Industrial	979	5,9	96.716	8,0
Turismo	144	0,9	40.114	3,3
Comércio e Serviços	8.236	49,9	576.521	47,9
<b>Total</b>	<b>16.520</b>	<b>100,0</b>	<b>1.204.175</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Notas: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. **(2)** Exclusive operações com agricultores familiares.

## II. Expansão, Diversificação e Modernização da Base Econômica Regional

### II.I Infraestrutura;

Ver item 3.1.6

### II.II Cadeia produtiva de veículos automotores, inclusive veículos pesados, enfocando a formação de rede de pequenos e médios fornecedores regionais;

Neste item, serão tratados os projetos relacionados à atividade Indústria de Transportes. Como pode ser observado na Tabela 61, foram contratadas seis operações nessa prioridade, sendo que o produto Fabricação de Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão se destaca ao obter participação de 66,7%. Em relação aos recursos, 99,7% foram contratados para fabricação de carrocerias para ônibus.

**Tabela 61 – FNE – Projetos da Indústria Automotiva – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Produto	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil			
			%	Valor	%	
Indústria de Transportes	Fab. Cabines, Carrocerias e Reboques para Caminhão	4	66,7	547	0,3	
	Fab. de Carrocerias para Ônibus	1	16,7	208.006	99,7	
	Fab. de Peças e Acessórios	1	16,7	11	0,0	
<b>Total</b>		<b>6</b>	<b>100,0</b>	<b>208.564</b>	<b>100,0</b>	

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

### II.III Agroindústria;

Ver item 3.1.2

### II.IV. Indústria química (excluídos os explosivos), petroquímicos e biocombustíveis;

A Tabela 62 mostra os projetos relacionados à Indústria Química, petroquímica e de biocombustíveis. Nessa prioridade, foram contratados R\$ 68,7 milhões em 11 operações efetivadas. Destaque para a atividade de fabricação de produtos petro-químicos básicos, que absorveu 91,7% dos recursos.

**Tabela 62 – FNE – Projetos da Indústria Química, Petroquímica e Biocombustíveis – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Fab. Prod. Químicos, Orgânicos, exceto Petroquímicos Básicos e Intermediários p/Resinas	5	1.936	2,8
Fab. Prod. Petroquímicos Básicos	1	63.041	91,7
Fab. de Outros Produtos Químicos não Especificados ou não Classificados	5	3.752	5,5
<b>Total</b>	<b>11</b>	<b>68.730</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

#### II.V. Metalurgia, siderurgia e mecânica;

Conforme a Tabela 63, constata-se que a indústria metal-mecânica obteve expressiva participação tanto no número de operações (96,7%) quanto nos valores contratados (99,1%) e dentro deste segmento, destaque para a atividade de fabricação de peças fundidas de ferro e aço, localizada em Recife (PE), que contratou aproximadamente R\$ 34,7 milhões<sup>8</sup>.

**Tabela 63 – FNE – Projetos da Indústria Metal-Mecânica e Siderúrgica – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Nº de Operações		Valores em R\$ Mil	
	Operações	%	Valor	%
Ind. Metal-Mecânica	88	96,7	46.237	99,1
Ind. Siderúrgica	3	3,3	402	0,9
<b>Total</b>	<b>91</b>	<b>100,0</b>	<b>46.639</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

#### II.VI. Extração de minerais metálicos e não metálicos;

De acordo com a Tabela 64, nesta prioridade foi alocado o maior volume de recursos nas atividades relativas à extração de minerais não metálicos (80,3%). O bom desempenho dessa atividade deve-se aos investimentos realizados nos estados de Pernambuco e do Rio Grande do Norte, que contrataram, respectivamente, R\$ 3,8 milhões e R\$ 2,5 milhões<sup>9</sup>.

<sup>8</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

<sup>9</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

**Tabela 64 – FNE – Projetos Contratados<sup>(1)</sup> no Setor da Indústria Extrativa de Minerais – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Extração de Minerais Metálicos	3	23,1	1.816	19,7
Extração de Minerais Não Metálicos	10	76,9	7.413	80,3
<b>Total</b>	<b>13</b>	<b>100,0</b>	<b>9.229</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

II.VII. Setor Pecuário;

Ver item 3.1.1

II.VIII. Agricultura Irrigada;

Ver item 3.1.1

II.IX. Agricultura não irrigada;

Ver item 3.1.1

II.X. Turismo em suas diversas modalidades;

Ver item 3.1.4

II.XI. Produção de alimentos básicos para consumo humano;

Entre as melhorias introduzidas pelo Plano Safra 2008/2009, houve a criação do Pronaf - Mais Alimentos, como uma das ações para combater a crise de alimentos no mundo. Esta linha de crédito visa à produção de um excedente de 18 milhões de toneladas de alimentos por ano, viabilizado pelo financiamento, no âmbito da agricultura familiar, de projetos de investimento para a produção de açafrão, arroz, café, cana-de-açúcar, centeio, erva-mate, feijão, mandioca, milho, sorgo, trigo e para fruticultura, cultura de palmeiras para produção de palmito, olericultura, apicultura, aquicultura, avicultura, bovinocultura de corte, bovinocultura de leite, caprinocultura, ovinocultura, pesca e suinocultura.

Nessa perspectiva, o Pronaf - Mais Alimentos ainda destina recursos para a modernização da infraestrutura da propriedade rural, com vistas ao incremento da produtividade da agricultura familiar: investimentos em máquinas e equipamentos, procedimentos de correção e recuperação de solos e melhoria genética, entre outros.

Durante os primeiros seis meses de 2013, o FNE aplicou em sua área de atuação aproximadamente R\$ 48,2 milhões nessa linha especial de crédito. A bovinocultura lidera essas aplicações, absorvendo 68,7% do volume total de recursos. Destacam-se ainda, conforme Tabela 65, a cana-de-açúcar, a fruticultura e o café, com participação de 7,6%, 5,6% e 4,0%, respectivamente.

**Tabela 65 – FNE – Projetos Voltados para a Produção de Alimentos Básicos – Primeiro Semestre de 2013**

		Valores em R\$ Mil		
Programa	Produto	Nº de Operações	Valor	%
PRONAF MAIS ALIMENTOS	Avicultura	44	1.014	2,1
	Café	52	1.924	4,0
	Bovinocultura	939	33.097	68,7
	Pesca	55	1.086	2,3
	Caprinocultura	13	458	1,0
	Fruticultura	102	2.709	5,6
	Cana-de-açúcar	191	3.643	7,6
	Grãos	12	1.177	2,4
	Olericultura	20	1.010	2,1
	Ovinocultura	14	384	0,8
	Piscicultura	15	441	0,9
	Raízes e tubérculos	14	504	1,0
	Suinocultura	10	158	0,3
	Outros	25	578	1,2
<b>Total</b>		<b>1.506</b>	<b>48.183</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

II.XI. Indústria de calçados e artefatos, mobiliários, confecções, inclusive artigos de vestuários;

No primeiro semestre de 2013, o BNB financiou, através do FNE, 456 operações relacionadas às indústrias de calçados, de mobiliários e de vestuário e acessórios, totalizando R\$ 42,3 milhões, sobressaindo-se as atividades da Indústria de Mobiliário que absorveram 41,7% dos recursos (Tabela 66).

**Tabela 66 – FNE – Projetos das Indústrias de Calçados, Mobiliários e Vestuário e Acessórios – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Produto	Valores em R\$ Mil			
		Nº de Operações	%	Valor	%
<b>Indústria de Calçados</b>		<b>22</b>	<b>4,8</b>	<b>10.960</b>	<b>25,9</b>
	Fab.Calçados de Couro	4	0,9	205	0,5
	Fab.Calçados de Plástico	8	1,8	378	0,9
	Fab.Calçados de Tecidos, Fibras, Madeira ou Borracha	6	1,3	9.839	23,2
	Fab.Tênis, de Qualquer Material	2	0,4	285	0,7
	Fabricação de Partes para Calçados, de Qualquer Material	2	0,4	254	0,6
<b>Indústria de Mobiliário</b>		<b>86</b>	<b>18,9</b>	<b>17.639</b>	<b>41,7</b>
	Fab. Armários Embutidos de Madeira	3	0,7	87	0,2
	Fab. Colchões	2	0,4	442	1,0
	Fab. Móveis com Predominância de Metal	10	2,2	830	2,0
	Fab. Móveis Estofados	5	1,1	1.107	2,6
	Fabricação de Móveis com Predominância de Madeira	61	13,4	14.987	35,4
	Serrarias com desdobramento de Madeira	3	0,7	153	0,4
	Serviços de Montagem de Móveis de Qualquer Material	2	0,4	33	0,1
<b>Indústria de Vestuário e Acessórios</b>		<b>348</b>	<b>76,3</b>	<b>13.748</b>	<b>32,5</b>
	Confecções de Peças de Vestuário, exceto Roupas Íntimas e as Confecções sob Medida	101	22,1	4.429	10,5
	Confecção de Roupas Íntimas	21	4,6	952	2,2
	Fab. Art. do Vestuário	175	38,4	5.132	12,1
	Fab.Acessórios.do Vestuário	37	8,1	2.129	5,0
	Fab.Bijuteria	2	0,4	601	1,4
	Fab.Tecidos e Artigos de Malha	4	0,9	183	0,4
	Fab. Acessórios do Vestuário, exceto para Segurança e Proteção	4	0,9	189	0,4
	Fab.Aviamentos p/Costura	4	0,9	132	0,3
<b>Total</b>		<b>456</b>	<b>100,0</b>	<b>42.347</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

### III. Apoio aos setores exportadores regionais;

No segmento relacionado às exportações regionais, de acordo com a Tabela 67, foram contratados aproximadamente R\$ 3,1 milhões. O Setor Comércio e Serviços, através da atividade Comércio Atacadista, contratou R\$ 2,9 milhões<sup>10</sup>. No Setor Industrial, a atividade de industrialização de produtos

<sup>10</sup> Fonte: Base do ativo do BNB.



alimentícios foi responsável pela contratação de R\$ 179,0 mil para projetos de exportação<sup>11</sup>, neste primeiro semestre de 2013.

**Tabela 67 – FNE – Projetos Contratados<sup>(1)</sup> no Setor de Exportação – Primeiro Semestre de 2013**

Setores	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Industrial	1	25,0	179	5,7
Comércio e Serviços	3	75,0	2.947	94,3
<b>Total</b>	<b>4</b>	<b>100,0</b>	<b>3.126</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. Instalação de uma base produtiva contemplando setores/atividades portadoras de futuro;

IV.I. Projetos integrados e/ou vinculados às opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo – PDP;

Dentro dessa prioridade foram identificados os projetos relacionados às atividades de Informática e da Indústria de Produtos Farmacêuticos. Dessa forma, foram contratados aproximadamente R\$ 1,8 milhão dentro dessas opções estratégicas da Política de Desenvolvimento Produtivo (PDP), conforme demonstrado na Tabela 68.

**Tabela 68 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> no Segmento de Informática e Medicamentos – Primeiro Semestre de 2013**

Atividade	Nº de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Informática	14	77,8	470	26,1
Indústria de Produtos Farmacêuticos	4	22,2	1.328	73,9
<b>Total</b>	<b>18</b>	<b>100,0</b>	<b>1.798</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

<sup>11</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

### 3.6 – O FNE no Contexto da PNDR

#### I. *Projetos localizados no Semiárido;*

Ver item 3.3.2

#### II. *Projetos localizados nas sub-regiões prioritárias da PNDR;*

A PNDR é uma política do Governo Federal, que tem por objetivo reduzir as desigualdades regionais e ativar os potenciais de desenvolvimento das regiões no País. Especificamente, esta Política se propõe: i) a dotar as regiões das condições necessárias de infraestrutura, crédito e tecnologia para o aproveitamento de oportunidades econômico-produtivas promissoras para seu desenvolvimento; ii) a promover a inserção social produtiva da população, a capacitação dos recursos humanos e a melhoria da qualidade da vida em todas as regiões; iii) a fortalecer as organizações socioprodutivas regionais, com a ampliação da participação social e estímulo a práticas políticas de construção de planos e programas sub-regionais de desenvolvimento; e iv) a estimular a exploração das potencialidades sub-regionais que advêm da magnífica diversidade socioeconômica, ambiental e cultural do País (MI, 2006).

A PNDR adotou uma metodologia na intenção de qualificar, por tipologia, as sub-regiões objetos de sua política, utilizando as seguintes variáveis:

- a) Rendimento Médio Mensal por Habitante, englobando todas as fontes declaradas (salários, benefícios e pensões); e
- b) Taxa Geométrica de Variação dos Produtos Internos Brutos Municipais por habitante.

Assim, foram definidos quatro tipos de sub-regiões, a saber: 1 - Sub-regiões de Alta Renda; 2 - Sub-regiões Dinâmicas; 3 - Sub-regiões Estagnadas; e 4 - Sub-regiões de Baixa Renda, sendo consideradas como áreas prioritárias as microrregiões pertencentes às sub-regiões 2, 3 e 4.

O BNB vem priorizando a distribuição de recursos nas sub-regiões prioritárias da PNDR. Dessa forma, nessa prioridade, foram aplicados no primeiro semestre de 2013, 74,6% dos recursos contratados pelo Fundo (Tabela 60).

Com base na Tabela 60, verifica-se que os municípios enquadrados na tipologia *Dinâmica* foram responsáveis pelo número maior de operações (36,6%), vindo logo em seguida as tipologias *Estagnada* (32,0%) e *Baixa Renda* (30,1%).

Quanto ao volume de recursos contratados, a tipologia *Estagnado de Média Renda* fica com a maior participação (35,2%). Esse aspecto é bastante

positivo ao considerarmos que os investimentos realizados em maior volume nos municípios estagnados, poderão contribuir para o processo de dinamização dessas economias (Tabela 69).

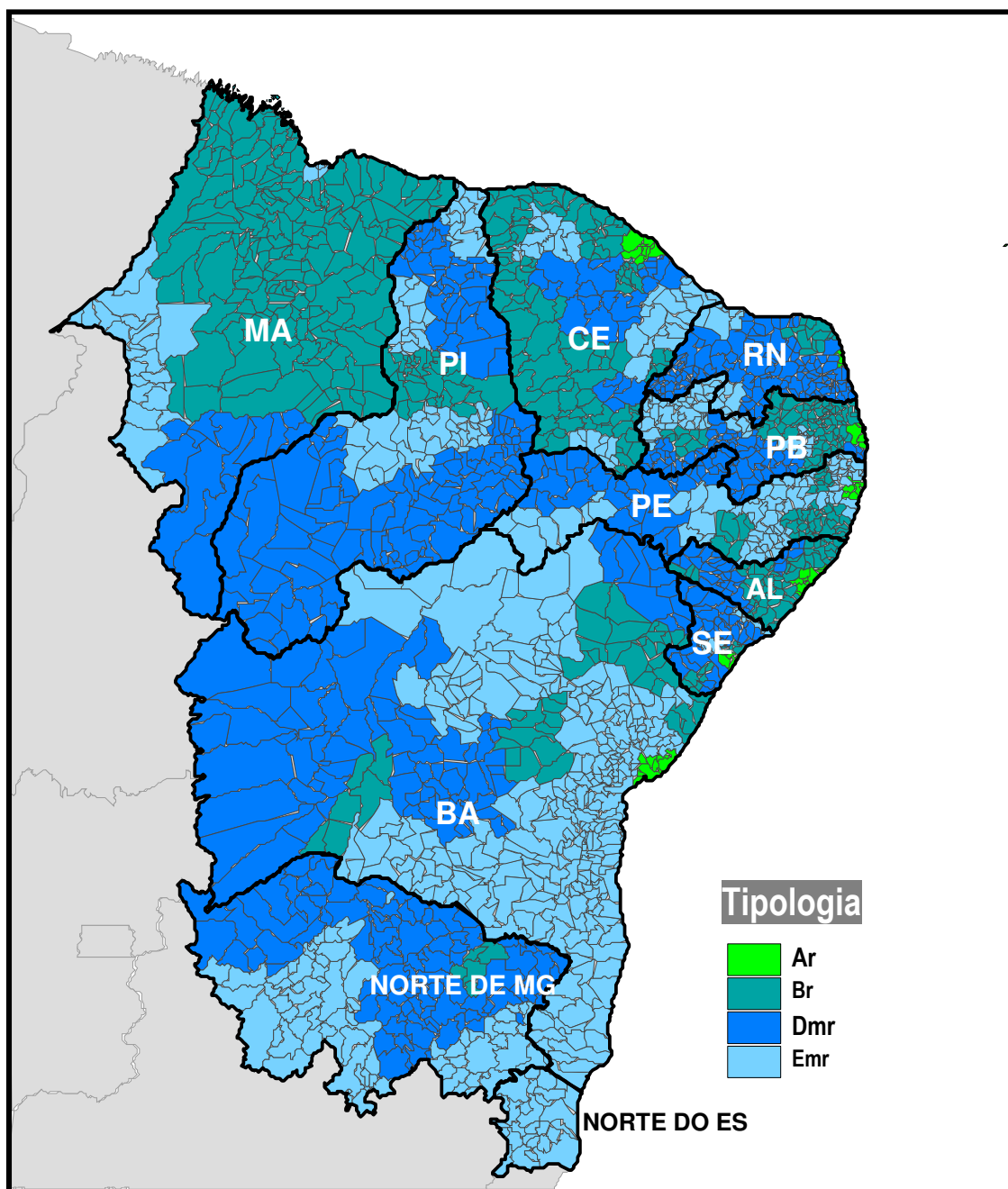
A Figura 1 mostra a distribuição dos municípios conforme as tipologias. Como pode ser observado, os municípios considerados de alta renda concentram-se nas regiões no entorno das cidades de Fortaleza, Natal, João Pessoa, Recife, Maceió, Aracaju e Salvador. Dessa forma, pode-se constatar que o FNE tem contribuído para o desempenho econômico dos demais municípios da Região, onde foram contratados R\$ 4,7 bilhões em 261.430 operações (98,7%), contribuindo assim para o desenvolvimento das atividades produtivas nos municípios prioritários da PNDR, localizados na área de atuação do FNE (Tabela 69).

**Tabela 69 – FNE – Projetos Contratados<sup>(1)</sup> na Tipologia PNDR – Primeiro Semestre de 2013**

Tipologia	Quantidade de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor Contratado (Em R\$ mil)	%
Alta Renda <sup>(5)</sup>	3.394	1,3	1.596.824	25,4
Baixa Renda <sup>(2)</sup>	79.761	30,1	843.650	13,4
Dinâmico de Média Renda <sup>(4)</sup>	96.931	36,6	1.628.474	25,9
Estagnado de Média Renda <sup>(3)</sup>	84.738	32,0	2.209.452	35,2
<b>Total</b>	<b>264.824</b>	<b>100,0</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte:BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Notas:** (1) Classificação Municipal de Renda dos Municípios. (2) Baixa Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 16% a 33% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (3) Estagnado de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% e 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi inferior a 3,87% entre 1990 e 1998. (4) Dinâmica de Média Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante varie entre 33% a 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998. (5) Alta Renda: municípios cujo rendimento médio por habitante seja de no mínimo 93% do rendimento médio por habitante no Brasil (em 2000); e a variação no PIB foi igual ou maior que 3,87% entre 1990 e 1998.



**Figura 1 – Tipologia de Renda dos Municípios na Área de Atuação do FNE.**

Nota: Ar = Alta Renda; BR = Baixa Renda; DMR = Dinâmico de Média Renda; EMR = Estagnado de Média Renda.  
 Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

## II.1 Contratações por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias);

De acordo com a Tabela 70, observa-se que aos empreendimentos de portes mini/micro, pequeno e pequeno-médio, localizados nas áreas prioritárias, foram alocados 55,2% dos recursos contratados, em 261.013 financiamentos, o que equivale a 99,8% da quantidade de contratações, nessas áreas prioritárias, no primeiro semestre de 2013.

Esses resultados evidenciam a política do FNE em atender, principalmente, aos empreendedores de menor porte.

**Tabela 70 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Porte (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013**

Tipologia	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	78.264	471.782	1.326	131.989	96	72.299	59	27.017	16	140.563	79.761	843.650
Dinâmico de Média Renda	94.788	585.832	1.812	196.847	209	192.283	106	237.718	16	415.794	96.931	1.628.474
Estagnado de Média Renda	81.633	497.123	2.613	317.772	272	120.059	186	222.751	34	1.051.747	84.738	2.209.452
<b>Total</b>	<b>254.685</b>	<b>1.554.737</b>	<b>5.751</b>	<b>646.608</b>	<b>577</b>	<b>384.641</b>	<b>351</b>	<b>487.486</b>	<b>66</b>	<b>1.608.104</b>	<b>261.430</b>	<b>4.681.576</b>

Fonte:BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

## II.II Contratações por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias);

Como pode ser observado na Tabela 71, o Setor Rural foi responsável por 96,7% das operações realizadas nas áreas prioritárias, sendo também responsável pelo maior volume de recursos contratados (51,7%). Esse desempenho, em relação tanto ao número de contratos quanto aos valores contratados, é reflexo da estrutura produtiva da Região Nordeste, mais precisamente da estrutura produtiva das regiões prioritárias, que na maioria dos municípios, ou em quase sua totalidade, baseia-se nas atividades agropecuárias. Em seguida, aparece o Setor Comércio e Serviços, que efetivou 7.611 operações, contratando 20,6% do volume de recursos contratados nas áreas prioritárias. Destaque para os municípios classificados como Estagnados de Média Renda, que contrataram aproximadamente R\$ 624,4 milhões, o que corresponde a 64,8% dos recursos desse Setor, dentro das áreas prioritárias.

**Tabela 71 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Setor (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013**

Tipologia	Valores em R\$ Mil													
	Rural		Agroindústria		Industrial		Turismo		Infraestrutura		Comércio e Serviços		Total	
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Baixa Renda	77.834	640.076	14	2.344	114	23.928	21	11.278	-	-	1.778	166.024	79.761	843.650
Dinâmico de Média Renda	94.217	1.177.201	26	33.829	272	236.682	30	7.873	-	-	2.386	172.889	96.931	1.628.474
Estagnado de Média Renda	80.669	601.778	48	39.995	534	833.107	39	33.418	1	76.791	3.447	624.363	84.738	2.209.452
<b>Total</b>	<b>252.720</b>	<b>2.419.055</b>	<b>88</b>	<b>76.168</b>	<b>920</b>	<b>1.093.717</b>	<b>90</b>	<b>52.569</b>	<b>1</b>	<b>76.791</b>	<b>7.611</b>	<b>963.276</b>	<b>261.430</b>	<b>4.681.576</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: 1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.



## II.III - Contratações por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias);

No âmbito estadual, levando-se em consideração as operações realizadas nas tipologias baixa renda, média renda estagnado e média renda dinâmico, verifica-se com base na Tabela 72, que o estado da Bahia aparece com o maior número de contratos firmados (52.422), seguido do Ceará e de Pernambuco com 37.151 e 31.871 operações efetuadas, respectivamente.

**Tabela 72 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Estado (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013**

<b>Valores em R\$ Mil</b>			
<b>Estados</b>	<b>Tipologia</b>	<b>Quant.</b>	<b>Valor</b>
<b>AL</b>	BR	7.604	118.704
	DMR	7.045	37.454
<b>BA</b>	BR	8.716	62.463
	DMR	11.711	314.973
	EMR	31.995	861.700
<b>CE</b>	BR	22.025	169.484
	DMR	7.837	85.306
	EMR	7.289	107.797
<b>ES</b>	EMR	339	243.186
<b>MA</b>	BR	20.601	332.616
	DMR	1.334	174.601
	EMR	2.891	256.678
<b>MG</b>	BR	406	2.208
	DMR	14.774	138.414
	EMR	7.997	78.967
<b>PB</b>	BR	8.152	55.987
	DMR	4.874	228.229
	EMR	7.419	72.321
<b>PE</b>	BR	5.286	48.633
	DMR	11.301	91.984
	EMR	15.284	199.118
<b>PI</b>	BR	4.238	27.707
	DMR	16.586	291.807
	EMR	7.065	248.745

Estados	Tipologia	Quant.	Valores em R\$ Mil
			Valor
RN	BR	1.238	10.891
	DMR	13.521	154.018
	EMR	2.678	118.998
SE	BR	1.495	14.957
	DMR	7.948	111.688
	EMR	1.781	21.942
<b>Total</b>	-	<b>261.430</b>	<b>4.681.576</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

#### II.IV - Contratações por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias);

Com base nas informações constantes na Tabela 73, nas áreas prioritárias dentro da Região Semiárida, os municípios com classificação *Dinâmico de Média Renda* se sobressaem no tocante ao número de contratos firmados com participação de 44,2%. Quanto ao aporte de recursos, os municípios Estagnados de Média Renda aparecem com 45,9% de participação.

Nas outras regiões observa-se o grande número de contratos nos municípios de Baixa Renda. Esse quadro reflete em muito os contratos firmados no estado do Maranhão, onde foram efetivadas 20.601 operações<sup>12</sup> nessa tipologia de renda. Vale lembrar que muito embora o Maranhão esteja fora da zona semiárida do Nordeste, possui municípios com características socioeconômicas iguais ou inferiores aos municípios mais pobres localizados no semiárido dos demais estados nordestinos. Assim, verifica-se que com essa elevada participação no número de operações na tipologia baixa renda, o BNB tem dado especial atenção a esse quadro, contribuindo por meio de financiamentos produtivos, para a melhoria das condições de renda da população residente nesses municípios.

<sup>12</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

**Tabela 73 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> por Tipo de Município e Região (Áreas Prioritárias) – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil			
Região	Tipologia	Quant.	Valor
<b>Semiárido</b>	BR	41.338	308.064
	DMR	78.685	730.876
	EMR	58.084	880.546
<b>Outras Regiões</b>	BR	38.423	535.586
	DMR	18.246	897.598
	EMR	26.654	1.328.906
<b>Total</b>	-	<b>261.430</b>	<b>4.681.576</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: 1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### *III. Projetos localizados nas mesorregiões diferenciadas do Ministério da Integração Nacional;*

Constam na Tabela 74 os projetos financiados nas mesorregiões diferenciadas da PNDR. Neste contexto, constata-se que as atividades produtivas localizadas nas mesorregiões da área de atuação do FNE, contrataram aproximadamente R\$ 1,2 bilhão, distribuídos em 61.453 operações. A Figura 2 apresenta a localização das mesorregiões prioritárias da PNDR.

Destaca-se aí a mesorregião da Chapada das Mangabeiras que contratou R\$ 350,6 milhões, respondendo por 30,0% do valor total contratado nas mesorregiões.

Essa expressiva participação reflete em muito o financiamento das atividades agrícolas, principalmente o cultivo da soja, uma vez que nessa mesorregião estão localizados os municípios de Tasso Fragoso e Sambaíba, que despontam entre os principais produtores de soja do estado maranhense; e os municípios de Uruçuí, Ribeiro Gonçalves, Baixa Grande do Ribeiro, Bom Jesus e Santa Filomena, principais produtores sojícolas do Piauí. Vale ressaltar que alguns desses municípios, a exemplo de Tasso Fragoso, Uruçuí e Baixa Grande do Ribeiro, também aparecem como principais produtores de algodão, sendo esta uma das principais atividades, em termos de recursos alocados, financiadas pelo FNE<sup>13</sup>.

<sup>13</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

As mesorregiões de Chapada do Araripe e de Xingó destacam-se no número de operações. Juntas, elas realizaram 39.829 operações e contrataram R\$ 345,1 milhões (Tabela 74). No caso dessas mesorregiões, o expressivo número de contratos está relacionado à estrutura produtiva do sertão nordestino, onde as atividades relacionadas ao meio rural são desenvolvidas, principalmente, nas pequenas propriedades, com destaque para a bovinocultura, a ovinocaprinocultura, a avicultura, a produção de milho, dentre outras<sup>14</sup>.

**Tabela 74 – FNE – Projetos Contratados<sup>1</sup> nas Mesorregiões – Primeiro Semestre de 2013**

Mesorregiões	Nº. de Operações	%	Valores em R\$ Mil	
			Valor	%
Chapada das Mangabeiras	4.402	7,2	350.620	30,0
Chapada do Araripe	19.287	31,4	163.241	14,0
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.566	12,3	305.218	26,1
Xingó	20.542	33,4	181.829	15,6
Bico Papagaio	2.061	3,4	92.045	7,9
Seridó	6.712	10,9	65.774	5,6
Águas Emendadas	883	1,4	9.973	0,9
<b>Total</b>	<b>61.453</b>	<b>100,0</b>	<b>1.168.700</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

<sup>14</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

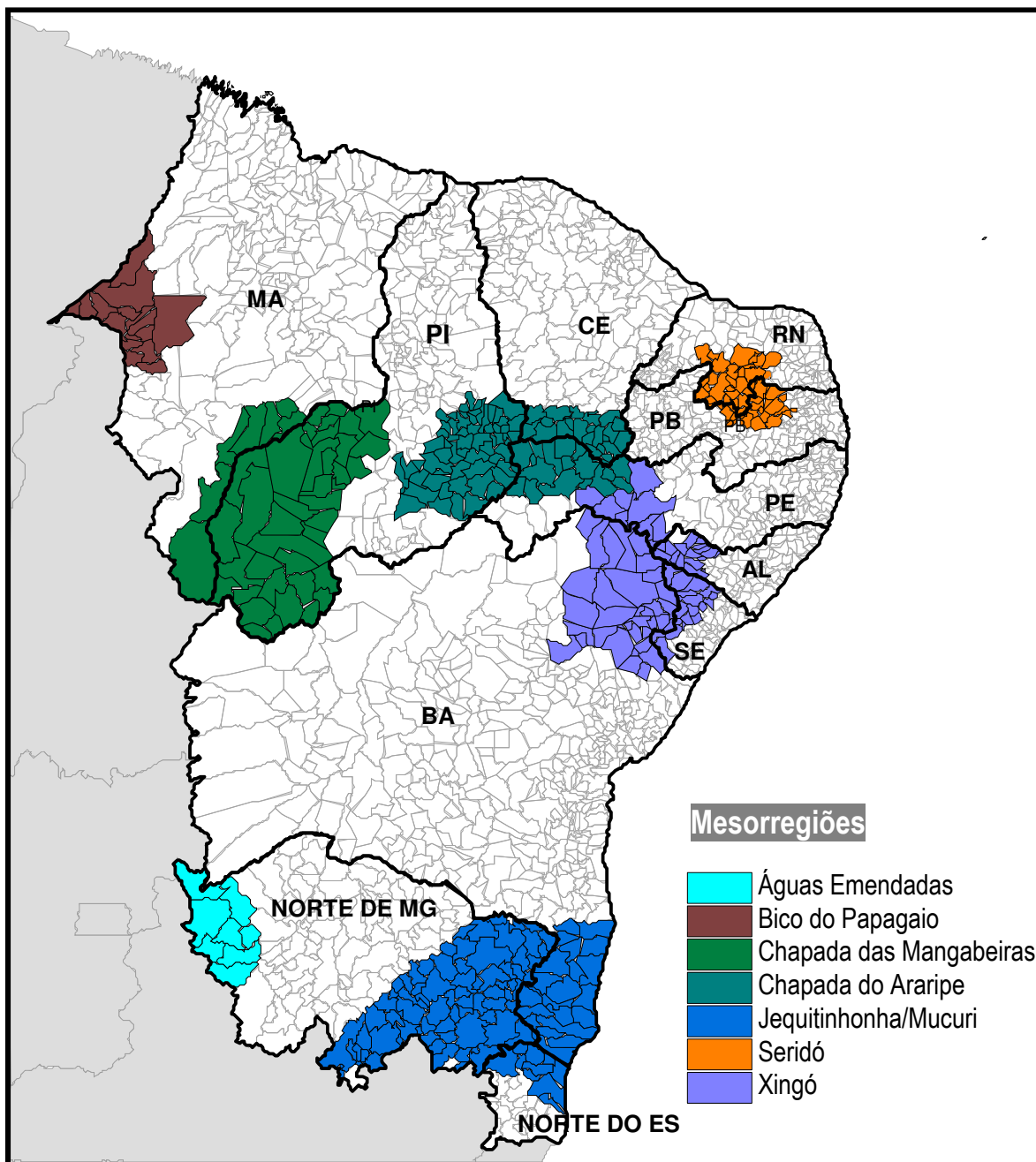


Figura 2 – Mesorregiões na Área de Atuação do FNE

Fonte: Manual Auxiliar – Operações de Crédito do BNB.

### III.I Contratações em Mesorregiões por Porte;

Conforme a Tabela 75, verifica-se que do total das 61.453 operações contratadas nas mesorregiões, 99,9% foram destinadas aos estabelecimentos classificados como mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes. Esses empreendimentos alocaram 55,9% dos recursos, evidenciando a importância dos mesmos na dinamização da economia local, bem como o papel do BNB, em particular do FNE, em apoiar esses empreendimentos.

**Tabela 75 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Mesorregiões por Porte – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Porte										Total	
	Mini / Micro		Pequeno		Pequeno / Médio		Médio		Grande		Quant.	Valor
	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor	Quant.	Valor
Chapada das Mangabeiras	4.238	27.171	120	20.378	25	55.567	12	80.794	7	166.710	4.402	350.620
Chapada do Araripe	18.927	111.969	322	27.484	26	10.558	12	13.230	-	-	19.287	163.241
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	7.340	45.237	192	31.258	19	7.929	13	12.221	2	208.573	7.566	305.218
Xingó	20.257	138.250	263	32.122	12	1.846	9	5.802	1	3.809	20.542	181.829
Bico Papagaio	1.923	14.707	111	21.741	17	32.543	10	23.054	-	-	2.061	92.045
Seridó	6.436	40.724	262	21.361	7	2.275	7	1.414	-	-	6.712	65.774
Águas Emendadas	869	5.830	12	3.650	2	493	-	-	-	-	883	9.973
<b>Total</b>	<b>59.990</b>	<b>383.888</b>	<b>1.282</b>	<b>157.994</b>	<b>108</b>	<b>111.211</b>	<b>63</b>	<b>136.515</b>	<b>10</b>	<b>379.092</b>	<b>61.453</b>	<b>1.168.700</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

### III.II Contratações em Mesorregiões por Estado;

Analisando-se as contratações do FNE nas Mesorregiões por estado, é importante destacar que a delimitação dessas mesorregiões considera características socioeconômicas comuns entre municípios, o que permite que esses territórios compreendam municípios pertencentes a mais de um estado.

Nesse sentido, com base nas informações da Tabela 76, verifica-se que o estado do Piauí se destaca tanto no que se refere ao número de operações bem como aos valores contratados, sendo responsável por 18,9% das operações e por 23,6% dos recursos contratados nas mesorregiões.

**Tabela 76 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Mesorregiões por Estado – Exercício de 2012**

Valores em R\$ Mil			
Estados	Mesorregião	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Alagoas	Xingó	4.694	27.246
Bahia	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.459	42.625
	Xingó	7.768	56.991
Ceará	Chapada do Araripe	5.352	65.520
Espírito Santo	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	130	221.019
Maranhão	Chapada das Mangabeiras	282	123.611
	Bico do Papagaio	2.061	92.045
Minas Gerais	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	4.977	41.574
	Águas Emendadas	883	9.973
Paraíba	Seridó	2.147	12.680
Pernambuco	Chapada do Araripe	6.411	49.318
	Xingó	2.710	22.461
Piauí	Chapada das Mangabeiras	4.120	227.009
	Chapada do Araripe	7.524	48.403
Rio Grande do Norte	Seridó	4.565	53.094
Sergipe	Xingó	5.370	75.131
<b>Total</b>		<b>61.453</b>	<b>1.168.700</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.



### III.III Contratações em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões;

Com base na Tabela 77, constata-se que as áreas das mesorregiões pertencentes ao semiárido realizaram 82,8% das operações e contrataram 42,6% dos recursos. As mesorregiões de Xingó e da Chapada do Araripe, localizadas no semiárido nordestino, influenciaram sobremaneira esse resultado.

**Tabela 77 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Mesorregiões – Região Semiárida e Outras Regiões – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil			
Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
<b>Semiárido</b>		<b>50.879</b>	<b>498.447</b>
	Chapada das Mangabeiras	2.184	68.741
	Chapada do Araripe	19.143	162.871
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.298	19.232
	Xingó	20.542	181.829
	Seridó	6.712	65.774
<b>Outras Regiões</b>		<b>10.574</b>	<b>670.253</b>
	Chapada das Mangabeiras	2.218	281.879
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.268	285.986
	Chapada do Araripe	144	370
	Bico Papagaio	2.061	92.045
	Águas Emendadas	883	9.973
<b>Total</b>		<b>61.453</b>	<b>1.168.700</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

### III.IV Contratações em Mesorregiões por Setor;

Com base na Tabela 78, constata-se que o Setor Rural foi responsável por R\$ 767,5 milhões (65,7%), contratados em 59.811 operações (97,3%), nas mesorregiões, evidenciando a importância desse setor para o dinamismo econômico desses espaços subnacionais.

O Setor Industrial aparece em segundo lugar em relação ao total dos valores contratados nas mesorregiões, com participação de 20,1%. Esse bom desempenho do setor se deve à contratação realizada na mesorregião do Vale

do Jequitinhonha/Mucuri, destinada à atividade de Indústria de Transportes que alocou R\$ 208,0 milhões<sup>15</sup>.

---

<sup>15</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB

**Tabela 78 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> em Mesorregiões por Setor – Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Setor/ Mesorregião	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Rural	4.273	338.457	18.778	105.995	7.321	70.601	20.255	158.461	6.345	36.613	1.967	48.610	872	8.751	59.811	767.488
Agroindustrial	5	878	3	124	3	6.414	2	181	4	1.733	-	-	-	-	17	9.330
Industrial	9	696	70	10.146	28	209.825	25	3.125	87	8.983	5	2.032	1	19	225	234.826
Turismo	2	638	4	396	3	1.320	1	200	4	176	1	9.972	-	-	15	12.702
Infraestrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comércio e Serviços	113	9.951	432	46.580	211	17.058	259	19.862	272	18.269	88	31.431	10	1.203	1.385	144.354
<b>Total</b>	<b>4.402</b>	<b>350.620</b>	<b>19.287</b>	<b>163.241</b>	<b>7.566</b>	<b>305.218</b>	<b>20.542</b>	<b>181.829</b>	<b>6.712</b>	<b>65.774</b>	<b>2.061</b>	<b>92.045</b>	<b>883</b>	<b>9.973</b>	<b>61.453</b>	<b>1.168.700</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

IV. *Projetos localizados nas Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) de Petrolina-Juazeiro e Grande Teresina – Timon;*

As Regiões Integradas de Desenvolvimento (RIDES) são regiões definidas como prioritárias pelo Decreto Nº 6.047/2007, que institui a PNDR. Dentro dessa prioridade, constata-se, com base na Tabela 79, que foram contratados na RIDE Petrolina - Juazeiro, aproximadamente, R\$ 85,7 milhões, em 3.501 operações realizadas. Destaque para o Setor Rural, que contratou R\$ 72,9 milhões, onde 75,5% (Tabela 80) desses recursos foram destinados à fruticultura<sup>16</sup>. A região pertencente a essa RIDE é reconhecidamente propícia ao desenvolvimento dessa atividade, sendo uma das principais exportadoras de frutas do Brasil. Assim, observa-se que o FNE tem contribuído para o desenvolvimento econômico desse espaço prioritário, por meio do financiamento às atividades relacionadas à cadeia produtiva da Fruticultura.

**Tabela 79 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Município – Primeiro Semestre de 2013**

Municípios	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Casa Nova	510	10.747	12,5
Curaçá	114	651	0,8
Juazeiro	484	15.385	17,9
Lagoa Grande	450	4.080	4,8
Orocó	200	845	1,0
Petrolina	962	45.466	53,0
Santa Maria da Boa Vista	677	7.607	8,9
Sobradinho	104	964	1,1
<b>Total</b>	<b>3.501</b>	<b>85.746</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: 1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Em seguida, temos o Setor Comércio e Serviços que contratou aproximadamente R\$ 12,2 milhões nessa RIDE (Tabela 80). Nesse Setor as atividades relacionadas ao comércio varejista foram responsáveis por 64,2% dos recursos contratados<sup>17</sup>, dos quais 48,3% destinaram-se ao comércio varejista.

<sup>16</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

<sup>17</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

**Tabela 80 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> na RIDE Petrolina-Juazeiro – Por Setor – Primeiro Semestre de 2013**

Setor	Nº Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	3.337	72.885	85,0
Industrial	11	600	0,7
Turismo	1	34	0,0
Comércio e Serviços	152	12.226	14,3
<b>Total</b>	<b>3.501</b>	<b>85.746</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: 1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

Na RIDE Grande Teresina - Timon, de acordo com a Tabela 81, foram realizadas 2.116 operações, das quais 88,2% foram destinadas ao Setor Rural (Tabela 82), com destaque para as atividades de ovinocaprinocultura, suinocultura e avicultura que representam 78,8% do número de contratos desse Setor<sup>18</sup>.

**Tabela 81 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Município – Primeiro Semestre de 2013**

Município	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Altos	413	3.290	1,6
Beneditinos	177	1.298	0,6
Coivaras	80	313	0,2
Currálinhos	39	416	0,2
Demerval Lobão	36	765	0,4
José de Freitas	297	1.420	0,7
Lagoa Alegre	45	194	0,1
Lagoa do Piauí	16	39	0,0
Miguel Leão	41	465	0,2
Monsenhor Gil	47	352	0,2
Nazária	1	39	0,0
Pau D´Arco do Piauí	144	604	0,3
Teresina	492	189.608	93,4
Timon	233	1.502	0,7
União	55	2.616	1,3
<b>Total</b>	<b>2.116</b>	<b>202.921</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: 1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

<sup>18</sup> Fonte: Base do Ativo do BNB.

No tocante ao volume de recursos aplicados, merece destaque o Setor Comércio e Serviços, onde foram contratados aproximadamente 88,8% dos recursos (Tabela 82).

**Tabela 82 – FNE – Contratações<sup>(1)</sup> na RIDE Grande Teresina - Timon – Por Setor – Primeiro Semestre de 2013**

Setor	Nº de Operações	Valores em R\$ Mil	
		Valor	%
Rural	1.867	12.816	6,3
Agroindustrial	4	1.359	0,7
Industrial	40	6.715	3,3
Turismo	2	1.817	0,9
Comércio e Serviços	203	180.214	88,8
<b>Total</b>	<b>2.116</b>	<b>202.921</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: 1)** Por “Contratações” entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

## 4 – GESTÃO DO ATIVO OPERACIONAL

### 4.1 – Inadimplimento das Operações

A inadimplência das operações no âmbito do FNE registrada durante o 1º semestre de 2013 foi de 3,6%, apresentando uma ligeira elevação em relação ao exercício de 2012, que foi de 3,4% (Tabela 83).

Os índices de inadimplência, por porte de beneficiários, em relação às aplicações em cada categoria, expressaram os maiores valores no segmento cooperativas/associações (20,4%) que apresentaram elevação em relação ao mesmo período de 2012, cujo índice foi de 19,2%. Quanto aos demais índices de inadimplência, observou-se também elevação em relação ao mesmo período para as categorias de pequeno, pequeno-médio, médio e grande, que apresentaram elevação média em torno de 1,0%. O segmento de micro e mini apresentou redução no índice de inadimplência, passando de 8,0% para 7,0% em comparação com o mesmo período de 2012.

**Tabela 83 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Porte dos Beneficiários<sup>(1)</sup> – Posição: 30.06.2013**

**Valores em R\$ Mil**

<b>Porte</b>	<b>Saldo Aplicações</b>	<b>Aplicações (%) <sup>(2)</sup></b>	<b>Saldo em Atraso <sup>(3)</sup></b>	<b>Inadimplência (%) <sup>(4)</sup></b>	<b>Inadimplência do Segmento (%) <sup>(5)</sup></b>
Cooperativas/Associações	262.625	0,7	53.696	0,1	20,4
Micro e Mini	8.644.262	22,2	603.758	1,6	7,0
Pequeno	5.024.209	12,9	250.657	0,6	5,0
Pequeno-Médio	977.599	2,5	26.909	0,1	2,8
Médio	6.313.638	16,2	211.552	0,5	3,4
Grande	17.688.744	45,5	261.271	0,7	1,5
<b>Total</b>	<b>38.911.077</b>	<b>100,0</b>	<b>1.407.843</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>

Fontes: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

O contínuo trabalho desenvolvido pelo BNB em aprimorar seus mecanismos de controle e acompanhamento das operações de crédito, frente a fatores adversos de âmbito externo, colaboraram para que os índices de inadimplência não tivessem incremento significativo no primeiro semestre de 2013.

Em se tratando dos setores da economia, os Rural e Agroindustrial apresentaram os maiores índices de inadimplência em relação aos demais, com registros de 6,2% e 3,3%, respectivamente. Os setores de Financiamentos à Exportação e de Comércio e Serviços ficaram com os respectivos índices de 3,0% e 3,2% (Tabela 84).

**Tabela 84 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Setor <sup>(1)</sup> – Posição: 30.06.2013**

**Valores em R\$ Mil**

<b>Setor</b>	<b>Saldo Aplicações</b>	<b>Aplicações (%) <sup>(2)</sup></b>	<b>Saldo em Atraso <sup>(3)</sup></b>	<b>Inadimplência (%) <sup>(4)</sup></b>	<b>Inadimplência do Segmento (%) <sup>(5)</sup></b>
Rural	16.138.661	41,5	1.006.251	2,6	6,2
Agroindustrial	1.154.267	3,0	38.047	0,1	3,3
Industrial/Turismo	8.367.532	21,5	141.618	0,4	1,7
Infraestrutura	6.257.256	16,1	-	-	-
Comércio e Serviços	6.893.171	17,7	218.883	0,5	3,2
Financ. à Exportação	100.190	0,2	3.044	-	3,0
<b>Total</b>	<b>38.911.077</b>	<b>100,0</b>	<b>1.407.843</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento.

Considerando-se os saldos em atraso, à exceção dos setores de Infraestrutura e Comércio e Serviços, observa-se que os demais setores não apresentaram índices de inadimplência com variações relevantes em relação ao total das aplicações em comparação ao mesmo período de 2012.

Relativamente à segmentação das operações por data de contratação, constatou-se a diminuição do índice de 8,1% no primeiro semestre de 2012, para 6,7% no mesmo período de 2013, para a inadimplência das operações contratadas até 30.11.1998. Quanto às operações contratadas após 30.11.1998, verificou-se um aumento do percentual de 2,6% de inadimplência no primeiro semestre de 2012 para 3,0% no primeiro semestre de 2013 (Tabela 85).

**Tabela 85 – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Data de Contratação <sup>(1)</sup> - Posição: 30.06.2013**

**Valores em R\$ Mil**

<b>Data Contratação</b>	<b>Saldo Aplicações</b>	<b>(%) <sup>(2)</sup></b>	<b>Saldo em Atraso <sup>(3)</sup></b>	<b>Inadimplência (%) <sup>(4)</sup></b>	<b>Inadimplência do Segmento (%) <sup>(5)</sup></b>
Até 30.11.1998 <sup>(6)</sup>	6.202.868	15,9	417.626	1,1	6,7
Após 30.11.1998 <sup>(7)</sup>	32.708.209	84,1	990.217	2,5	3,0
<b>Total</b>	<b>38.911.077</b>	<b>100,0</b>	<b>1.407.843</b>	<b>3,6</b>	<b>3,6</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Percentual das aplicações do segmento em relação ao total das aplicações. (3) Total das parcelas em atraso do segmento. (4) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo total das aplicações. (5) Percentual do saldo em atraso do segmento em relação ao saldo de aplicações do segmento. (6) Refere-se a operações contratadas originalmente com recursos do FNE. (7) Abrange as operações contratadas originalmente com recursos do FNE e aquelas convertidas, adquiridas ou reclassificadas para o FNE, com base nas Leis 10.464, 10.696, 11.322, 11.775 etc.



## 4.2 – Recuperação de Crédito

O Banco do Nordeste regularizou 6,9 mil operações de crédito no primeiro semestre de 2013 com a Fonte FNE, totalizando uma regularização de dívidas no montante de R\$ 129,9 milhões. Cabe ressaltar que essas regularizações propiciaram recebimento em espécie na ordem de R\$ 6,0 milhões, ou seja, 4,6% do total regularizado (Tabela 86).

**Tabela 86 – FNE – Recuperação de Dívidas<sup>(1)</sup> – Primeiro Semestre de 2013**

**Valores em R\$ Mil**

<b>Estado</b>	<b>Quantidade</b>	<b>Valor em Espécie</b>	<b>Valor Renegociado</b>	<b>Total Recuperado</b>
Alagoas	588	176	8.010	8.186
Bahia	909	964	22.391	23.355
Ceará	1.124	422	14.573	14.995
Espírito Santo	8	2	57	59
Maranhão	848	376	9.713	10.089
Minas Gerais	299	99	12.323	12.422
Paraíba	469	80	2.710	2.790
Pernambuco	890	588	13.189	13.777
Piauí	563	2.860	10.200	13.060
Rio Grande do Norte	833	276	7.400	7.676
Sergipe	342	154	23.306	23.460
<b>Total</b>	<b>6.873</b>	<b>5.997</b>	<b>123.872</b>	<b>129.869</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**NOTA: (1)** Valores referentes às operações objeto de renegociação de dívidas no período, inclusive as renegociações realizadas por meio de instrumentos legais, excluindo os bônus e dispensas.

O Banco vem desenvolvendo nos últimos anos diversas ações voltadas à redução da inadimplência, através de trabalhos exclusivos para recuperação dos créditos inadimplidos, principalmente os valores mais expressivos; intensificação nos trabalhos com foco na cobrança judicial dos créditos passíveis desse procedimento; revisão constante dos normativos e fluxo para o aprimoramento do processo e recuperação de crédito; definição e divulgação de melhores práticas que possibilitem e facilitem o cumprimento das políticas e diretrizes estabelecidas pela Diretoria nas áreas de controle, segurança e apoio operacionais, visando preservar a qualidade dos ativos do Banco; divulgação e acompanhamento semanal dos resultados do Programa de Ação, com obtenção de resultado superior a 100% da meta para o primeiro semestre do ano; divulgação constante em mídia externa, parcerias institucionais externas e visitas periódicas para divulgação dos benefícios das leis de renegociação de dívidas (Lei nº 12.249/2010; Lei 12.716/2012 e Resoluções do CMN para as dívidas atingidas pelos efeitos da estiagem).

A implementação de estratégias para recuperação dos créditos irregulares, a criação de novos instrumentos corporativos para regularização dessas operações e a simplificação das normas internas viabilizaram melhores condições para a regularização das operações em atraso, refletindo diretamente na geração de resultados para o Banco no decorrer do primeiro semestre de 2013.

#### **4.3 – Operações Renegociadas com Base no Art. 15-D, da Lei nº 7.827, de 27.09.1989**

Conforme preconiza a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, em seu artigo 15-D, parágrafo 3º, inserido pela Lei nº 11.945, sancionada em 04.06.2009, apresentam-se (Tabela 87) os valores das operações com recursos do FNE renegociadas sob a metodologia de liquidação com base no valor presente do patrimônio de propriedade dos mutuários e coobrigados, durante o primeiro semestre de 2013, os quais estão em conformidade com as práticas e regulamentações bancárias do BNB.

As operações estavam sendo cobradas judicialmente pelo BNB para fins de recebimento dos valores em atraso e foram liquidadas pelo equivalente financeiro do valor dos bens passíveis de penhora dos devedores diretos e dos respectivos garantidores.

#### **Tabela 87 – FNE – Liquidações pelo Equivalente Financeiro – Resolução 55/2012 do CONDEL – Posição 30.06.2013**

<b>Valores em R\$ Mil</b>		
<b>Quantidade</b>	<b>Valor Saldo pelos Encargos Normais</b>	<b>Valor Recebido</b>
24	4.728	1.563

Fonte: BNB – Ambiente de Recuperação de Crédito.

## **5 – RESULTADOS DOS ACOMPANHAMENTOS E FISCALIZAÇÕES DOS EMPREENDIMENTOS FINANCIADOS**

O Banco do Nordeste realiza as vistorias e fiscalizações de suas operações atendendo às regulamentações dos órgãos fiscalizadores. Para tanto, seus normativos internos definem os seguintes quantitativos mínimos de fiscalização de operações:

### **Fase de desembolso**

- Vistoria de 10% dos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor até R\$ 50.000,00, incluídos 10% de todas as operações no âmbito do Pronaf Grupo A e 10% de todas as operações no âmbito do Pronaf Grupo B.
- Vistoria de 100% das operações de clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar superior a R\$ 50.000,00.

### **Fase pós-implantação**

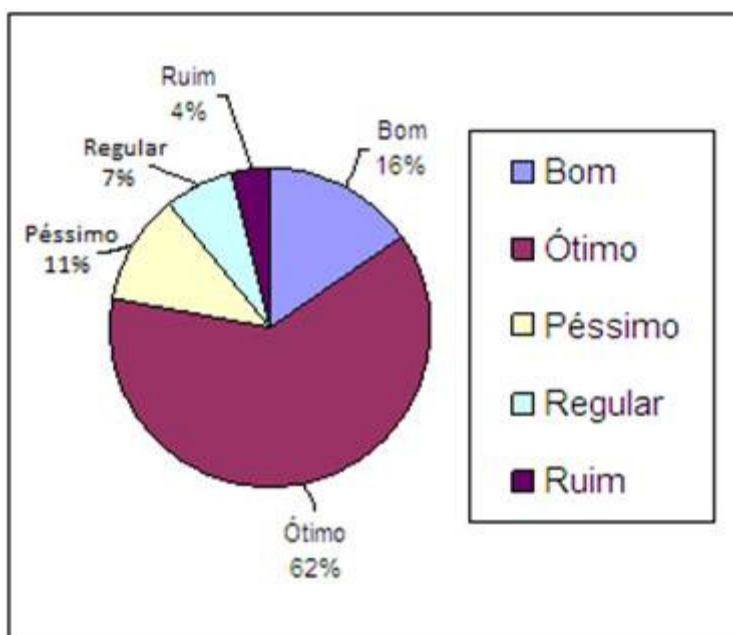
- Uma vistoria a cada ano civil, em pelo menos 5% dos empreendimentos, para clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de até R\$ 50.000,00.
- Uma vistoria a cada ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor maior que R\$ 50.000,00 e menor ou igual a R\$ 1.000.000,00.
- Duas vistorias por ano civil aos clientes com saldo devedor mais saldo por desembolsar de valor superior a R\$ 1.000.000,00.

A programação das atividades de acompanhamento é feita de forma automática pelo Sistema de Avaliação Técnica de Empreendimentos ou mediante solicitação direta das Agências.

### **5.1 – Síntese das Visitas de Acompanhamento Realizadas no Primeiro Semestre de 2013**

O Banco do Nordeste realizou 10.659 atividades de campo em operações do FNE no primeiro semestre de 2013, envolvendo vistorias, pareceres técnicos, diagnósticos e avaliações de bens, dentre outros itens (exceto Agroamigo).

A situação dos empreendimentos foi considerada como: ótimo e bom para 78%, regular para 7% e ruim ou péssimo para 15% das vistorias realizadas no primeiro semestre de 2013. (Gráfico 19).



**Gráfico 19 – Situação dos Empreendimentos Vistoriados pelo FNE no Primeiro Semestre de 2013**

## 5.2 – Principais Ocorrências

As principais ocorrências verificadas nas fiscalizações no primeiro semestre de 2013 cujos empreendimentos estão considerados na situação de satisfatório, ou seja, ótimo e bom (78%) foram as seguintes:

- Os créditos foram aplicados corretamente, conforme o cronograma previsto;
- os recursos próprios foram aplicados totalmente, conforme o cronograma previsto;
- os indicadores técnicos estão compatíveis com o previsto no projeto.
- a execução dos serviços, obras, instalações e/ou explorações estão tecnicamente corretas;
- a orientação técnica prevista para obtenção das metas do projeto foi prestada adequadamente;
- o planejamento técnico do projeto foi adequado;
- os bens que constituem as garantias estão preservados em suas características essenciais;
- não houve ocorrência de fatores adversos;
- o empreendimento é competitivo;
- as perspectivas de receitas (produção/comercialização) são as previstas no projeto;
- a gerência/direção da empresa/empreendimento é satisfatória;
- o rebanho encontra-se em condições normais de sanidade, evolução e manejo, estando, inclusive, devidamente ferrado;
- as exigências ambientais do projeto foram atendidas;
- as cláusulas contratuais foram totalmente cumpridas ou estão sendo cumpridas conforme instrumento.

Cabe esclarecer que, quando a fiscalização verifica ocorrências negativas no âmbito do empreendimento, tais como créditos aplicados parcialmente ou ainda bens financiados ou garantias vendidos à revelia do Banco, adotam-se providências de administração do crédito, isto é, as ocorrências verificadas nas fiscalizações são repassadas através de Relatórios de Acompanhamento de Projetos para a Agência tomar decisões sobre a operação. As providências podem variar desde o estabelecimento de um prazo para o cliente sanar o problema, ou ainda medidas drásticas, tais como a execução judicial da operação.

## 6 – AVALIAÇÃO DE RESULTADOS E IMPACTOS DO FNE

### 6.1 – Síntese dos Indicadores Utilizados na Avaliação de Resultados e Impactos do FNE – Primeiro Semestre de 2013

#### 6.1.1 – Indicadores de Eficácia (Quadros 1 e 2)

Área Responsável pelos Dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Indicador	Descrição do Indicador	Exercício de 2013	Primeiro Semestre de 2013	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
		Prog. (%)	Real. (%)	
% financiado na região semiárida, sob o critério dos ingressos				
% financiado na região semiárida, sob o critério das disponibilidades de recursos	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	50,0	31,8	Ver item 3.3.2 – Contratações no Semiárido e Fora do Semiárido
% financiado na região semiárida, realocando contratações do estado do Maranhão, sob o critério da disponibilidade de recursos	Somatório dos valores das operações contratadas na região semiárida, com recursos do FNE, acrescido das contratações do Estado do Maranhão em municípios com IDH-M igual ou inferior à média da Região Nordeste / somatório dos valores totais das operações	-	40,4	

	contratadas com recursos do FNE			
% financiado em empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de mini/micro, pequeno e pequeno-médio portes, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	51,0	44,6	Ver item 3.3.3 – Contratações por Porte de Beneficiário
% financiado em empreendimentos de médio e grande portes	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos de grande porte, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	49,0	55,4	
% financiado no Setor Rural	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor Rural, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	36,2	38,8	Ver item 3.1 – Contratações Setoriais
% financiado no Setor Agroindustrial	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor Agroindustrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	2,7	1,2	
% financiado no Setor Industrial	Somatório dos valores das operações contratadas por	21,3	23,5	

	empreendimentos do Setor Industrial, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE			
% financiado no Setor Turismo	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor Turismo, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	7,6	5,0	
% financiado no Setor de Infraestrutura	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor de Infraestrutura, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	2,1	1,2	
% financiado no Setor Comércio/Serviços	Somatório dos valores das operações contratadas por empreendimentos do Setor de Comércio/Serviços, com recursos do FNE / somatório dos valores totais das operações contratadas com recursos do FNE	30,0	30,3	

**Quadro 1 – Indicadores de Eficácia – Primeiro Semestre de 2013**



### Indicador: % financiado por Estado

**Descrição do Indicador:** somatório dos valores das operações contratadas por Estado com recursos do FNE / somatório dos valores das operações contratadas com recursos do FNE.

Área Responsável pelos Dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Algoritmo referente a cada indicador, calculado com os dados constantes na base do ativo operacional do Banco.

Estado	Exercício de 2013	Primeiro Semestre de 2013	Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores
	Prog. (%)	Real. (%)	
Alagoas	4,6	6,6	Ver item 3.3.1 – Contratações por Estado
Bahia	21,9	22,0	
Ceará	14,4	12,3	
Espírito Santo	1,2	3,9	
Maranhão	10,2	12,2	
Minas Gerais	7,2	3,5	
Paraíba	5,0	8,1	
Pernambuco	14,8	12,9	
Piauí	8,3	9,1	
Rio Grande do Norte	7,2	5,7	
Sergipe	5,2	3,9	
<b>Total</b>	<b>100,0</b>	<b>100,0</b>	

**Quadro 2 – Indicadores de Eficácia – Contratação por Estado – FNE Primeiro Semestre de 2013**

### 6.1.2 – Indicadores de Efetividade (Quadro 3)

Área Responsável pelos Dados: Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Estudos, Pesquisas e Avaliação – Célula de Avaliação de Políticas e Programas.

Metodologia de Apuração dos Indicadores de Eficácia: Matriz de Insumo-Produto do Nordeste 2004.

<b>Indicador</b>	<b>Descrição do Indicador</b>	<b>Primeiro Semestre de 2013</b>	<b>Fatores que contribuíram para o desempenho dos indicadores</b>
Pagamento de Salários	Acréscimo no pagamento de salários devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 2,2 bilhões	Ver item 6.2.2 – Impactos Socioeconômicos do FNE – Contratações no Primeiro Semestre de 2013
Emprego	Acréscimo no número de empregos formais e informais devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	537,0 mil ocupações	
Geração de Tributos	Acréscimo na arrecadação de impostos devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 2,0 bilhões	
Valor adicionado à economia	Acréscimo à economia da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 7,8 bilhões	
Valor bruto da produção	Acréscimo na produção bruta da Região Nordeste devido aos efeitos diretos, indiretos e de renda	R\$ 13,8 bilhões	

**Quadro 3 – Indicadores de Efetividade – FNE Primeiro Semestre de 2013**

### 6.1.3 – Indicadores de Eficiência Operacional (Quadro 4)

Área Responsável pelos Indicadores: Ambiente de Controladoria

<b>Indicadores de Desempenho</b>	<b>2007 (%)</b>	<b>2008 (%)</b>	<b>2009 (%)</b>	<b>2010 (%)</b>	<b>2011 (%)</b>	<b>2012 (%)</b>	<b>Jun 2013 (%)</b>
Retorno s/ PL <sup>(1)</sup>	0,7	0,6	1,1	1,8	2,6	1,6	0,4
Margem Financeira <sup>(2)</sup> s/ PL	7,5	5,2	4,9	4,3	4,8	4,4	1,8
Inadimplência <sup>(3)</sup>	5,3	4,7	3,6	3,8	3,4	3,6	3,7

Notas: (1) Retorno sobre o PL sem considerar os efeitos de desconto em renegociações, rebates e bônus.

(2) Margem Financeira = Receitas operações de crédito + Remuneração das disponibilidades - Del credere - Rebates e Bônus.

(3) Inadimplência = Saldo de parcelas em atraso a partir de 01 dia / Saldo total de operações de crédito.

**Quadro 4 – Indicadores de Eficiência Operacional**

## **6.2 Matriz de Insumo-Produto do Nordeste – Impacto das Contratações Realizadas pelo FNE no primeiro semestre de 2013**

As repercussões econômicas das contratações do FNE foram calculadas utilizando-se como instrumental de avaliação de impactos a Matriz de Insumo-Produto (MIP) do Nordeste e Estados. Referida ferramenta tem sido utilizada pelo BNB<sup>19</sup> nas avaliações do FNE, sendo um dos métodos previstos em sua metodologia (SOUSA, 2010) para mensurar os impactos dessa importante fonte de recursos.

### **6.2.1 Considerações sobre a Matriz de Insumo-Produto**

O sistema de insumo-produto engloba um conjunto de atividades que se interligam por meio de compras e vendas de insumos, a montante e a jusante de cada elo de produção. Trata-se de valioso instrumento para fins de planejamento econômico tanto em países desenvolvidos quanto em países em desenvolvimento dado que, por intermédio dessa ferramenta, é possível conhecer de forma detalhada os impactos de variações na demanda final, resultante de ações de políticas governamentais, sobre a estrutura produtiva. Nesse sentido, a MIP tem grande utilidade nas avaliações de programas públicos e privados.

A Matriz de Insumo-Produto (MIP) se assemelha a uma fotografia econômica, que mostra como os setores da economia estão relacionados entre si, ou seja, quais setores suprem outros de produtos e serviços, além de especificar as compras de cada setor. Observando esse fluxo de produtos e serviços entre os diferentes setores da economia, é possível identificar o inter-relacionamento de compras de cada setor.

Para a construção da Matriz de Insumo-Produto, faz-se necessário conhecer os insumos que cada setor da economia necessita, de qual setor são comprados esses insumos, e de qual estado ou região do País eles são adquiridos, considerando-se também essas relações com o exterior. Assim, torna-se imprescindível uma abrangente coleta de informações, inclusive sobre as empresas, no que se refere aos fluxos de vendas e das suas fontes de suprimentos. Esse sistema de interdependência é formalmente detalhado em uma tabela conhecida como Tabela de Insumo-Produto.

A MIP do Nordeste, uma aplicação espacial do sistema de insumo-produto, é um instrumento de análise econômica, construído a partir da estimação dos fluxos comerciais entre os estados da Região Nordeste, e entre estes e o restante do País. Além de utilizar dados de estoque de empregos,

---

<sup>19</sup> GUILHOTO, Joaquim José Martins ... [et all]. Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados: Metodologia e Resultados. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

exportações, importações, dentre outros, fornecidos por diversas instituições de pesquisa nacionais e estaduais. Com a MIP do Nordeste, é possível se identificar setores-chave para a geração de produção, renda, emprego, massa salarial e tributos, de forma a direcionar a atuação do Banco, no sentido de induzir o desenvolvimento sustentável do Nordeste e integrá-lo à dinâmica da economia nacional.

As relações fundamentais do insumo-produto mostram que as vendas dos setores podem ser utilizadas no âmbito do processo produtivo pelos diversos setores compradores da economia ou podem ser consumidas pelos diversos componentes da demanda final (famílias, governo, investimento e exportação). Por outro lado, para se produzir, são necessários insumos, pagam-se impostos, importam-se produtos e gera-se valor adicionado (pagamento de salários, remuneração do capital e da terra agrícola), além, é claro, de se gerar emprego. Vale destacar que o consumo intermediário não inclui os bens de capital nem os serviços relacionados à transferência e instalação desses bens, os quais são contabilizados na Formação Bruta de Capital Fixo (aumento da capacidade produtiva). A demanda final, por sua vez, engloba o consumo das famílias, o consumo da administração pública, a formação bruta de capital fixo, a variação de estoques e as exportações.

As relações de compra e venda entre os setores da economia causam o chamado efeito multiplicador. Em essência, cada setor da economia, em diferentes regiões, possui multiplicadores próprios. Efeito direto é o que ocorre no próprio setor que recebe a demanda final. Efeito indireto é aquele devido às compras de insumos intermediários de outros setores. O efeito multiplicador devido ao aumento na demanda do consumo das famílias, decorrente do aumento de horas trabalhadas ou novas contratações, é chamado efeito induzido. A matriz de coeficientes diretos e indiretos é chamada Matriz de Leontief. Para se calcular o efeito induzido é necessário endogeneizar o consumo e a renda das famílias no modelo de insumo-produto, ou seja, fazer com que o consumo e a renda das famílias exerçam influência no cálculo do efeito multiplicador total.

Para a estimação das matrizes de insumo-produto os dados podem ser primários, obtidos através de métodos censitários, ou secundários, que demandam alguma técnica de estimação. Para a construção da MIP do Nordeste e Estados foram considerados 111 grupos de atividades e 169 produtos.

A MIP permite mensurar o impacto que as mudanças ocorridas na demanda final, ou em cada um de seus componentes (consumo das famílias, gastos do governo, investimentos e exportações), teriam sobre a produção total, o emprego, as importações, os impostos, os salários e o valor adicionado.

A partir dos coeficientes diretos e da Matriz Inversa de Leontief, é possível estimar, para cada setor da economia, o quanto é gerado direta e indiretamente de produção, emprego, tributos, valor adicionado, e salários para cada unidade monetária produzida para atender a demanda final.

Cabe ainda observar que se o aumento na demanda final persiste ao longo do tempo, os impactos passam a fazer parte dos resultados do valor bruto da produção, valor adicionado, emprego, salários e tributos. Entretanto, se o aumento na demanda final é em um ano, os impactos serão, principalmente, dentro daquele ano. Novos impactos só ocorrerão se houver novos aumentos. O período de maturação depende do setor em que é aplicado o recurso e das demandas desse setor para os outros agentes econômicos. Cada setor tem sua dinâmica particular, mas pode-se dizer que os maiores impactos ocorrem no ano do aumento da demanda final. Nos anos posteriores os impactos são residuais.

A MIP, entre suas diversas utilizações pelo Banco do Nordeste, é um dos instrumentos usados no processo de avaliação das aplicações do FNE. Com a MIP, é possível estimar os impactos das contratações (empréstimos) do FNE, no valor bruto da produção, valor adicionado, na massa salarial, nos tributos e no número de empregos, nos estados da Região Nordeste, além dos efeitos de transbordamento para outras regiões do País. Quanto aos impactos estimados, vale observar que estes passam a ocorrer a partir dos desembolsos dos recursos. A MIP, para a geração das estimativas desses impactos, entende que o valor do desembolso é igual ao valor das contratações, dado que, mesmo que ocorram vários desembolsos, eles fecharão com o valor da contratação. Assume-se, então, que o ano da contratação é o ano do desembolso.

O volume estimado de empregos é uma variável que requer maior atenção, dada sua conotação social em termos de qualificação do trabalho, formalidade ou informalidade dentro das cadeias produtivas, sendo necessário tecer algumas considerações:

a) o efeito direto é o emprego estimado no setor que deve aumentar sua produção para atender o aumento da demanda final. Como exemplo, temos o caso de uma empresa que para obter o financiamento, necessita atender todos os requisitos legais, incluindo a formalização dos empregados. Assim, a qualidade do emprego gerado deve estar de acordo com o perfil médio de qualificação exigido pelas empresas dentro da atividade, inclusive por causa da concorrência (não seguir o padrão do setor significaria perda de competitividade). As exigências feitas pelo Banco do Nordeste para o fornecimento do crédito também induzem à qualificação exigida pelo setor;

b) o efeito indireto é o emprego estimado em função do aumento das demandas intermediárias nos diversos setores que atenderão a atividade que teve aumentada a demanda final. Nesse caso, a MIP estima o emprego a partir das relações intersetoriais que compõem a matriz de recursos e usos do Nordeste (base para o cálculo da MIP), e não existem possibilidade de se detectar o volume de emprego e sua qualidade em cada elo da cadeia produtiva impactada pelo aumento da demanda final. O que se tem é o total do emprego estimado pelo efeito indireto, que não pode ser aberto por qualificação ou outras características, como formal e informal. Pode-se apenas inferir, considerando o mesmo critério da concorrência entre as empresas de um mesmo setor, que as empresas afetadas indiretamente seguem o padrão do setor para não incorrerem em custos maiores do que os dos concorrentes;

c) o efeito induzido é o emprego estimado decorrente do aumento da renda das famílias que tiveram incremento em horas trabalhadas ou pelas novas contratações, a partir do aumento da demanda final (efeito direto) e das demandas intermediárias (efeito indireto). As mesmas limitações destacadas na estimação do efeito indireto, também ocorrem, no efeito induzido.

### **6.2.2 Impactos Socioeconômicos do FNE na Região Nordeste – Contratações no Primeiro Semestre de 2013**

Cabe salientar que os valores analisados nesta seção, se referem apenas às contratações nos estados nordestinos. Como o instrumento de avaliação dos impactos econômicos é a MIP do Nordeste, ela não contempla coeficientes dos estados de Minas Gerais e Espírito Santo, embora o norte desses estados faça parte da área de atuação do FNE. Dessa forma, os valores totais contratados pelo FNE, no primeiro semestre de 2013, alcançaram aproximadamente R\$ 5,8 bilhões, exatamente 51,9% dos valores totais contratados em 2012 na Região Nordeste. As contratações do primeiro semestre de 2013 foram distribuídas entre os setores Rural (agricultura e pecuária), com 38,9% dos recursos, Comércio e Serviços – 36,5%, Indústria – 22,1%, Infraestrutura – 1,3% e Agroindústria - 1,2%.<sup>20</sup>

Considerando apenas os **efeitos no âmbito da Região Nordeste**, sem contar com os impactos em outras regiões do País, estima-se que referidos financiamentos acarretarão, por meio de efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda) - os chamados impactos do tipo 2<sup>21</sup>, acréscimos no Valor Bruto da

---

<sup>20</sup> Esta distribuição por setor foi calculada considerando-se apenas as contratações realizadas na Região Nordeste, diferentemente da distribuição apresentada na Tabela 2, que apresenta os percentuais abrangendo a Região Nordeste e o norte dos estados do Espírito Santo e Minas Gerais.

<sup>21</sup> Este impacto agrega o efeito induzido (de renda), enquanto o chamado impacto do tipo 1 refere-se a efeitos diretos e indiretos, apenas. O efeito indireto se refere à produção em outros setores para atender à demanda final do setor em análise. O efeito induzido, ou de renda, se refere ao aumento dos postos de trabalho, em razão dos efeitos direto e indireto, e o consequente aumento da renda das famílias que passam a consumir outros produtos (vestuário, automóveis, etc).

Produção (VBP) regional de aproximadamente R\$ 13,8 bilhões, em decorrência dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2013<sup>22</sup>. O setor que tem a maior participação no valor bruto da produção regional é o Rural, com 39,7% desse valor.

O valor agregado (renda) à economia da Região Nordeste ou valor adicionado (uma aproximação da variação do PIB da Região<sup>23</sup>, em função dos financiamentos do FNE) é estimado em R\$ 7,8 bilhões, com expressiva representação do Setor Rural, R\$ 3,2 bilhões. O resultado nos setores Comércio e Serviços e Industrial, também são expressivos (Tabela 88).

No que tange ao emprego, estima-se que cerca de 537,6 mil ocupações (formais e informais)<sup>24</sup> deverão ser geradas no Nordeste, a partir dos investimentos realizados no primeiro semestre de 2013. Isto é, à medida que os efeitos de compra e venda, sejam efetivados ao longo da cadeia de produção regional, essas novas ocupações serão criadas a partir dos desembolsos realizados pelo FNE. Desse total, cerca de 308,4 mil ocupações deverão ser geradas no Setor Rural, representando 57,4% dos empregos gerados na Região. O emprego é calculado pelo conceito de equivalente/homem/ano<sup>25</sup>, utilizado pelo IBGE. A ideia é que os empregos gerados serão mantidos durante um ano.

Cabe observar que o índice de formalização do emprego no Setor Rural do Nordeste ainda é relativamente pequeno comparado com os demais setores da economia. Os setores Comércio e Serviços e Indústria deverão gerar em torno de 130,6 mil e 90,1 mil ocupações, respectivamente, representando 24,3% e 16,8%. O Setor Agroindustrial deverá responder por 4,6 mil novas ocupações e de Infraestrutura por 3,9 mil (Tabela 88).

---

<sup>22</sup> A suposição é que as contratações do primeiro semestre de 2013 geram investimentos e operações em custeio, realizados no mesmo período em referência, principalmente para a interpretação do impacto na variável emprego. Se os investimentos se realizarem em dois anos, por exemplo, o total de empregos estimados deve ser dividido para cada ano, a partir da participação do investimento anual na contratação total.

<sup>23</sup> Representa o PIB a preços básicos, sem incluir os impostos.

<sup>24</sup> Cabe salientar que essas ocupações não são o saldo no final do ano, mas a entrada de novos trabalhadores, não levando em consideração a saída de trabalhadores no período de análise. Os dados do CAGED (empregados com vínculo celetista), para o primeiro semestre de 2013, indicam uma entrada de 1.482 mil novas ocupações. A estimativa de empregos gerados pelas contratações do FNE, formais e informais, dentro da Região Nordeste representam 36,3% dos empregos formais gerados no período, informados pelo CAGED.

<sup>25</sup> Cada equivalente/homem/ano corresponde a um homem adulto que trabalha 8 horas diárias, durante todo o processo produtivo anual.

**Tabela 88 – Repercussões Econômicas das Contratações do FNE – Primeiro Semestre de 2013<sup>1</sup>**

Indicador	Agrícola	Pecuaría	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Infraestrutura	Total
<b>Valor Contratado</b>	1.085,7	1.176,1	72,2	1.285,0	1.331,9	787,9	76,8	5.815,6
<b>Resultados por Setor - Nordeste</b>								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	2.659,3	2.824,1	168,9	3.027,6	3.074,6	1.874,0	183,4	13.811,9
Valor Agregado/ Renda (em R\$ milhões)	1.592,0	1.645,4	94,6	1.726,4	1.662,7	1.022,0	89,2	7.832,3
Empregos (em números de pessoas)	177.127	131.264	4.618	90.059	77.400	53.176	3.941	537.584
Salários (em R\$ milhões)	484,8	468,0	26,2	480,3	457,3	300,4	25,9	2.242,9
Tributos (em R\$ milhões)	347,2	397,5	23,4	432,2	455,1	270,3	28,8	1.954,6
<b>Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil</b>								
Valor Bruto da Produção (em R\$ milhões)	4.484,3	4.865,5	288,3	5.140,3	5.278,9	3.172,1	310,9	23.540,6
Valor Agregado/ Renda (em R\$ milhões)	2.350,2	2.491,1	144,2	2.603,1	2.576,0	1.561,2	141,6	11.867,4
Empregos (em números de pessoas)	199.060	153.611	5.856	112.210	99.736	67.390	5.155	642.900
Salários (em R\$ milhões)	718,2	729,4	41,6	751,2	740,6	467,2	42,2	3.490,1
Tributos (em R\$ milhões)	649,1	769,5	45,7	822,1	859,3	495,7	52,8	3.694,5

Fonte: Ambiente de Controle de Crédito. Elaboração: Etene-Célula de Estudos e Pesquisas. 1. Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação de recursos. 2. Valores a preços correntes do Primeiro Semestre de 2013.

Os impactos sobre o pagamento de salários, na Região, totalizam R\$ 2,2 bilhões, cabendo ao Setor Rural a importância de R\$ 952,8 milhões, representando 42,5% dos salários a serem pagos. Em seguida, apresenta-se o Setor Comércio e Serviços com 33,8% de participação nos salários, seguido pela Indústria, com 21,4%.

Quanto à geração de impostos (tributação) na Região, estima-se o pagamento de aproximadamente R\$ 2,0 bilhões, com destaque para os setores Rural, Comércio e Serviços e Indústria.

Cabe, ainda, comentar sobre o valor necessário de contratação do FNE para a geração de um emprego na economia. É um indicador que ajuda na percepção do grau de qualificação e de formalidade do emprego gerado. Quanto menor o valor necessário de contratação do FNE, para a geração de um emprego, espera-se que o setor seja menos intensivo em capital, e que tenha salários médios mais baixos que os setores mais intensivos. Vale lembrar que esses números levam em consideração tanto os empregos gerados na Região Nordeste como também no resto do País, devido às contratações do FNE e aos efeitos de transbordamento.

O menor valor para a geração de um emprego encontra-se no Setor Rural, que é mais intensivo em mão de obra e tem maior destaque, em sua composição estrutural do trabalho, o componente informal. A contratação de



R\$ 6.143 gera um emprego ou ocupação no Setor Rural<sup>26</sup>. Para os demais setores, o custo de geração de um emprego é de R\$ 11.452 na Indústria, R\$ 12.684 em Comércio e Serviços, R\$ 14.897 na Infraestrutura, R\$ 12.322 no Setor Agroindustrial, e R\$ 9.046 na média das contratações. As maiores relações se dão nos Setores mais intensivos em capital. No Setor Comércio e Serviços, o valor é alto, por causa do subsetor de Serviços (R\$ 13.355), que é, onde se observa o maior aumento de salários nos últimos anos (Tabela 88).

### **6.2.2.1 Os Efeitos Transbordamento do FNE**

Vale observar, ainda, que parte dos impactos econômicos das aplicações do FNE no Nordeste ocorre fora da Região, em decorrência da importação de insumos e de bens de capital para a produção, ou produtos finais para atender os acréscimos de demanda considerados. Dessa maneira, além dos impactos para a região nordestina, descritos anteriormente, as contratações do FNE possuem impactos nas demais regiões brasileiras. Sabe-se que há uma dependência da produção de bens e serviços provenientes do Resto do Brasil, tanto por parte do consumo intermediário como da demanda final dos estados do Nordeste. Esses impactos são captados, na MIP, através dos efeitos indiretos e induzidos. Essa dependência determina um alto índice de transbordamento dos efeitos multiplicadores da produção, decorrentes de novos investimentos.

Desse modo, a partir dos resultados apresentados, vale destacar que, para impactos totais de R\$ 23,5 bilhões na produção estimados para o País, R\$ 9,7 bilhões (41,3%) ocorrem fora da Região Nordeste. Do mesmo modo, do total estimado de 642,9 mil novas ocupações, 16,4% desses poderão ser gerados fora da Região Nordeste (Tabela 88). Isso indica, por um lado, quanto o estímulo ao desenvolvimento no Nordeste beneficia conjuntamente o restante do País. Também sinaliza para as deficiências da Região em manter os recursos de que dispõe circulando na economia local, indicando a baixa integração regional, seja pelo suprimento de insumos e bens de capital para suas empresas, seja na forma de produtos para atender a demanda para consumo de sua população.

### **6.2.2.2 Impactos Socioeconômicos Previstos dos Financiamentos do FNE para Mini/Micro, Pequenos, Pequeno-Médio e Médios Empreendimentos na Região Nordeste**

Os valores contratados pelo FNE para os mini/micro, pequenos, pequeno-médios e médios empreendimentos, alcançaram R\$ 3,4 bilhões no

---

<sup>26</sup> Olhando as atividades agrícola, pecuária, para se gerar um emprego, são necessários, R\$ 5.454 e R\$ 7.656, respectivamente. Os valores para comércio e serviços são R\$ 11.692 e R\$ 13.355, respectivamente.

primeiro semestre de 2013, como mostra a Tabela 89. Vale enfatizar a representatividade das contratações desses empreendedores, no total das contratações do FNE, por setor. Essa participação, no período em análise, para as atividades pecuária, agrícola e comércio e serviços, representam 99,6%, 72,0% e 57,6%, respectivamente (Tabela 89). A participação dos empreendimentos até o porte médio, no total dos financiamentos da atividade agroindústria, é em menor escala, mas ainda relevante, 42,5%. Observa-se que o Setor de Infraestrutura não existe em contratações até o médio porte, existe apenas uma contratação de grande porte no valor de R\$ 76,8 milhões (estado do Maranhão, transporte aquaviário) e a menor participação está no Setor Industrial, que chega aos 18,2%. São precisamente os dois setores em que suas atividades são intensivas em capital e que, por isto, exigem recursos em maior escala. A orientação estratégica é focar os empreendimentos até médio porte, fato constatado na evolução das aplicações de 2012, em que 58,6% dos financiamentos foram para esses empreendedores, para o primeiro semestre de 2013, cujo percentual aumentou para 59,1%.

**Tabela 89 - Repercussões Econômicas das Contratações do FNE por Porte da Empresa (micro, mini, pequena e média) – Primeiro Semestre de 2013**

Indicador	Agrícola	Pecuária	Agroindústria	Industrial	Serviços	Comércio	Total
Valor Contratado (R\$ Milhões) <sup>2</sup>	781,6	1.171,5	30,7	233,8	707,0	513,0	3.437,4
Quantidade de Contratações	56.580	175.128	95	1.224	1.622	6.557	241.206
Resultados por Setor - Nordeste							
Valor Bruto da Produção (R\$ Milhões)	1.906,5	2.812,6	73,0	555,4	1.639,9	1.234,3	8.221,7
Valor Agregado/ Renda (R\$ Milhões)	1.133,7	1.638,7	39,5	277,8	871,0	659,8	4.620,4
Empregos ( em Números de Pessoas)	118.904	130.598	2.027	12.889	40.253	36.625	341.295
Salários (R\$ Milhões)	339,3	465,9	11,1	83,9	242,5	197,4	1.340,1
Tributos (R\$ Milhões)	250,9	395,9	10,1	83,4	246,7	175,4	1.162,4
Resultados por Setor - Nordeste + Resto do Brasil							
Valor Bruto da Produção (R\$ Milhões)	3.217,4	4.845,6	124,7	947,2	2.809,4	2.084,1	14.028,5
Valor Agregado/ Renda (R\$ Milhões)	1.678,2	2.480,9	61,0	440,1	1.355,4	1.013,4	7.029,1
Empregos ( em Números de Pessoas)	134.440	152.841	2.590	17.146	52.229	46.336	405.582
Salários (R\$ Milhões)	506,7	726,2	17,8	133,6	392,4	306,4	2.083,2
Tributos (R\$ milhões)	470,3	766,6	19,4	147,9	457,1	315,8	2.177,1

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito. Elaboração: Etene/Célula de Estudos e Pesquisa.

Notas: (1) Impactos estimados a partir da Matriz de Insumo-Produto do Nordeste, base 2004, contemplando os efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), que se realizaram no período da aplicação dos recursos. (2) Valores a preços correntes do primeiro semestre de 2013.

O Setor Agropecuário, que contratou o montante de R\$ 2,0 bilhões, ou 56,8% do total dos recursos e que representa 96,1% das operações

contratadas nos segmentos analisados, é o principal em valor de contratações. Em seguida, figura o Setor de Serviços e Comércio, com 35,5% do total dos recursos financiados e o Setor Industrial, com 6,8% de participação. O setor com menor participação foi o Agroindustrial, com apenas 0,9% dos recursos. A menor participação dos empreendedores agroindustriais é explicada pelas características naturais dessa atividade, volume de investimento e escala (Tabela 89).

Calcula-se que os referidos financiamentos acarretarão, por meio dos efeitos diretos, indiretos e induzidos (de renda), os chamados impactos do tipo 2, acréscimos na produção bruta regional de, aproximadamente, R\$ 8,2 bilhões, e impactos extrarregionais (efeito transbordamento) no montante de R\$ 5,8 bilhões, um vazamento de 41,4% da produção bruta. O número de empregos, formais e informais, estimados pela MIP para a Região, a partir das contratações e desembolsos no primeiro semestre de 2013, é de 341,3 mil, e aproximadamente 64,3 mil empregos gerados fora da Região. É a variável que menos vazamentos gera para fora da Região Nordeste, quer dizer, 15,9% dos empregos gerados se encontram fora do Nordeste, enquanto os vazamentos dos outros indicadores (valor bruto da produção, valor adicionado, massa salarial e tributos) se encontram entre 34,3% e 46,6%, caso dos tributos. Quanto à renda, sinaliza-se um valor agregado de R\$ 4,6 bilhões no Nordeste e um vazamento de R\$ 2,4 bilhões para as demais regiões brasileiras, o que representa 34,3% do valor adicionado total gerado.

Os impactos em salários e tributos, dentro da região nordestina, das contratações dos empreendimentos de até médio porte, são de R\$ 1,3 bilhão e R\$ 1,2 bilhão, respectivamente. Os impactos para fora da Região (vazamentos) estão estimados em R\$ 743,1 milhões, para salários, e R\$ 1,0 bilhão, para tributos, que representam 35,7% e 46,6%, respectivamente, do total do impacto gerado nestes indicadores. Cabe aqui observar-se que o maior vazamento ocorrido nos tributos, tem como fator importante a grande participação dos tributos federais na estrutura fiscal do País.

## **7 – RECOMENDAÇÕES DO OFÍCIO DO MINISTÉRIO DA INTEGRAÇÃO NACIONAL**

O presente Relatório enfocou os diversos aspectos das recomendações do Ofício nº 095/2013/SFRI/MI, de 06.08.2013 (item 3), recebido do Ministério da Integração Nacional, conforme descrito a seguir:

3.1.1 Confronto entre os ingressos e desembolsos de recursos, por fonte, previstos na programação aprovada e os valores efetivamente ingressados e desembolsados no primeiro semestre de 2013 – Anexo I;

Vide Anexo - Tabela 36.A.

3.1.2 Demonstrativo da aplicação dos recursos do FNE por município – Anexo II;

Vide Anexo - CD-ROM.

3.1.3 Informações sobre a distribuição dos financiamentos concedidos com recursos do FNE, no primeiro semestre de 2013, por programa e faixa de valores – Anexo III;

Vide Anexo - Tabelas 27.A e 28.A.

3.1.4. Saldo das operações e inadimplência por município – Anexo IV;

Vide Anexo - CD-ROM.

3.1.5 Situação da demanda de crédito com recursos do FNE apresentada ao Banco do Nordeste do Brasil – Anexo V;

Vide Anexo - CD-ROM.

3.1.6 Contratações realizadas com recursos do FNE em apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento (PAC);

Não houve contratações com recursos do FNE em apoio ao PAC no ano de 2013.

3.2.1 Número de operações e valores contratados, por UF, Setor e Porte, com beneficiários que obtiveram empréstimos do FNE pela primeira vez;

Vide Anexo - Tabela 20.A

3.2.2 Número de operações e valores contratados, por UF e Porte, com vistas à regularização e recuperação de áreas de reserva legal e de preservação permanente degradadas, com encargos de 4% (quatro por cento), conforme estabelecido no art. 1º, inciso IV, da Lei nº 10.177, de 12.01.2001, com redação dada pelo art. 44 da Lei nº 11.775, de 17.09.2008;

Vide Anexo – CD – ROM.

3.2.3 Número de operações e valores contratados em atendimento a cada uma das prioridades estabelecidas pelo Condol/Sudene para o exercício de 2013 (Resolução Condol/Sudene nº 54, de 13.07.2012);

Vide item 3.5.

3.2.4 Número de operações e valores contratados pelas instituições operadoras (IO) do repasse, por instituição, UF, Setor, Porte e Linha de Financiamento e Espaço Prioritário da PNDR (Faixa de Fronteira; Mesorregião Diferenciada; Municípios integrantes das microrregiões classificadas pela Tipologia da PNDR como de renda estagnada ou dinâmica e municípios da Região Integrada de Desenvolvimento de Petrolina – Juazeiro e Grande Teresina), consoante o art. 9º da Lei nº 7.827, de 27.09.1989, e a Portaria MI nº 616, de 26.05.2003;

Vide item 3.4.

3.2.5 Número de operações e valores dos financiamentos concedidos para custeio isolado (agrícola e pecuário), comercialização, capital de giro associado e capital de giro para: aquisição de matéria-prima/insumos (Programa Industrial, Agroindustrial, do Turismo e Comercial/Serviços) e para aquisição de bens para formação de estoques (Programa Comercial/Serviços), por UF.

Vide Anexo - Tabela 22.A.

## REFERÊNCIAS

Albuquerque, R. C. de. (2002). Nordeste: Sugestões para uma Estratégia de Desenvolvimento. Banco do Nordeste do Brasil: Fortaleza.

BNB. **Programação 2013: Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste**. Fortaleza: BNB, 2013.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 7.827, de 27 de Setembro de 1989**. Regulamenta o art. 159, inciso I, alínea c, da Constituição Federal, institui o FNO, o FNE e o FCO e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 10.177, de 12 de Janeiro de 2001**. Dispõe sobre as operações com recursos dos Fundos Constitucionais de Financiamento do Norte, do Nordeste e do Centro-Oeste, de que trata a Lei nº 7.827, de 27 de setembro de 1989, e dá outras providências. Disponível em: <<http://www.planalto.gov.br>>. Acesso em 16/03/2009.

GUILHOTO, Joaquim José Martins, AZZONI, Carlos Roberto, ICHIHARA, Silvio Massaru, KADOTA, Décio Katsushigue e HADDAD, Eduardo Amaral. **Matriz de Insumo-Produto do Nordeste e Estados. Metodologia e Resultado**. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

IBGE (2011). **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD)**. Disponível em < <http://www.ibge.gov.br>>. Acesso em: 27 ago 2013.

IBGE. **Censo Demográfico**, 2010. Disponível em <<http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/protabl.asp?c=3334&z=cd&o=7&i=P>>. Acesso em 14 mar 2012.

Ministério da Integração (MI)/Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE)/Conselho Deliberativo (CONDEL). **Resolução nº 057/2011**. Aprova a Proposição 055/2012, referente ao Programa de Aplicação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste - FNE para o exercício de 2013. Disponível em: < <http://www.sudene.gov.br/incentivos-fiscais-e-fundos/fundo-constitucional-de-financiamento-do-nordeste-fne/programacao-regional-e-legislacao/resolucoes-do-conselho-deliberativo-sobre-o-fne>>. Acesso em 01 ago 2013.

Ministério da Integração (MI)/CGFCF/DPNA. **Nota Técnica nº 45/CGFCF/DPNA**. Adequação dos Critérios de Classificação do Porte dos Tomadores no Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e de outras condições. Disponível em: <<http://www.sudene.gov.br/conteudo/download/13%20Reuniao%20Condel/1.2%20-%20Nota%20Tecnica%20MI-Classificacao%20do%20Porte%20do%20Tomador%20no%20FNE.pdf>>. Acesso em 06 mar 2012.

Ministério da Integração (MI). Portaria nº 385, de 04 de julho de 2012. Regulamenta o Art. 14-A da Lei 7.827, de 27 de setembro de 1989.

Ministério da Integração Nacional (MI). **Política Nacional de Desenvolvimento Regional: desafios e oportunidades para o Nordeste no século XX.** Recife, 2006.

OLIVEIRA, H. R.; SOUZA, K. L.; LIMA, L. D. Nordeste do Brasil: sinopse estatística 2012. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2012

PNUD. **Atlas do Desenvolvimento Humano**, 2000. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/atlas/>>. Acesso em 14 mar 2012.

PNUD. **Emprego, Desenvolvimento Humano e Trabalho Decente: a experiência brasileira recente**, 2008. Disponível em <<http://www.pnud.org.br/>>. Acesso em 14 mar 2012.

SOUZA, J. M. P.; NOTTINGHAN, P. T.; GONÇALVES, M. F. **Metodologia de Avaliação do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE).** Fortaleza: BNB, 2010.

# ANEXOS



**Tabela 1.A**  
**FNE - Contratações<sup>(1)</sup> por Estados e Setores na Região Semiárida**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	46.857	140	6.525	-	-	15.039	68.561	3,4
Bahia	251.876	545	105.166	200	-	141.965	499.752	25,1
Ceará	207.080	663	28.874	352	-	158.949	395.918	19,9
Espírito Santo	-	-	-	-	-	-	-	-
Maranhão	-	-	-	-	-	-	-	-
Minas Gerais	94.640	50	986	-	-	23.457	119.133	6,0
Paraíba	70.508	3.051	15.079	1.089	-	41.517	131.244	6,6
Pernambuco	201.295	6.867	27.314	892	-	48.996	285.364	14,3
Piauí	132.397	434	1.243	650	-	15.046	149.770	7,5
Rio Grande do Norte	109.010	3.988	69.017	11.764	-	66.697	260.476	13,1
Sergipe	75.109	386	2.812	-	-	6.496	84.803	4,3
<b>Total</b>	<b>1.188.772</b>	<b>16.124</b>	<b>257.016</b>	<b>14.947</b>	<b>-</b>	<b>518.162</b>	<b>1.995.021</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

**Tabela 2.A**  
**FNE - Contratações<sup>(1)</sup> por Estados e Setores na Região Fora do Semiárido**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Estado	Rural	Agroindustrial	Industrial	Turismo	Infraestrutura	Comércio e Serviços	Total Estado	Estado/Total (%)
Alagoas	81.354	-	215.079	3.289	-	45.801	345.523	8,1
Bahia	312.899	8.554	392.972	51.491	-	114.447	880.363	20,6
Ceará	34.035	620	12.555	33.334	-	295.362	375.906	8,8
Espírito Santo	14.181	5.350	212.946	1.031	-	9.678	243.186	5,7
Maranhão	440.446	42.720	9.068	22.503	76.791	172.367	763.895	17,8
Minas Gerais	65.356	198	10.690	50	-	24.163	100.457	2,4
Paraíba	22.551	-	200.806	120.189	-	33.742	377.288	8,8
Pernambuco	28.205	406	121.137	6.299	-	369.619	525.666	12,3
Piauí	204.268	3.023	12.917	2.573	-	195.707	418.488	9,8
Rio Grande do Norte	5.417	386	7.828	42.828	-	38.091	94.550	2,2
Sergipe	38.449	373	17.620	15.762	-	85.853	158.057	3,7
<b>Total</b>	<b>1.247.161</b>	<b>61.630</b>	<b>1.213.618</b>	<b>299.349</b>	<b>76.791</b>	<b>1.384.830</b>	<b>4.283.379</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratação" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

**Tabela 3.A**  
**FNE - Contratações por Estado e Zona Climática**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Estado	Semiárido	Fora do Semiárido	Valores em R\$ Mil	
			Valor	Total (%)
Alagoas	68.561	345.523	414.084	6,6
Bahia	499.752	880.363	1.380.115	22,0
Ceará	395.918	375.906	771.824	12,3
Espirito Santo	-	243.186	243.186	3,9
Maranhão	-	763.895	763.895	12,2
Minas Gerais	119.133	100.457	219.590	3,5
Paraíba	131.244	377.288	508.532	8,1
Pernambuco	285.364	525.666	811.030	12,9
Piauí	149.770	418.488	568.258	9,1
Rio Grande do Norte	260.476	94.550	355.026	5,7
Sergipe	84.803	158.057	242.860	3,9
<b>Total</b>	<b>1.995.021</b>	<b>4.283.379</b>	<b>6.278.400</b>	<b>100,0</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

**Tabela 4.A**  
**FNE - Ativo, Comprometimentos e Disponibilidades por Zona Climática**  
**Posição: 30.06.2013**

Valores em R\$ Mil

Especificação	Semiárido	Fora do Semiárido	Total	
			Valor	(%) de (A)
Ativo Total (A)	20.227.279	20.227.279	40.454.558	100,0
Recursos Comprometidos (B)	17.376.428	27.241.080	44.617.507	110,3
Recursos Aplicados	15.575.168	23.199.345	38.774.513	95,9
Operações de Crédito	15.676.370	22.372.779	38.049.149	94,1
Provisão para Operações de Crédito	(549.119)	(333.353)	(882.472)	(2,2)
Créditos Vinculados	4.850	1.216	6.066	-
Devedores por Repasses	441.689	1.156.737	1.598.426	4,0
Títulos do PROAGRO/Dívida Agrária	498	711	1.209	-
Outros Créditos	880	1.255	2.135	-
Recursos Comprometidos c/Op. Crédito	1.801.260	4.041.735	5.842.994	14,4
Recursos a Comprometer (C) = (A - B)	2.850.851	(7.013.801)	(4.162.949)	(10,3)
Valores a Comprometer Ops. Contratadas (D)	570.416	2.000.956	2.571.372	6,4
Demanda nas Agências (E)	1.108.581	1.723.312	2.831.893	7,0
Insuficiência/Excesso de Demanda (F) = (C - D - E)	1.171.854	(10.738.069)	(9.566.215)	(23,6)

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

**Tabela 5.A**  
**FNE - Contratações em Relação ao PIB Rural dos Estados**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

<b>Estados</b>	<b>Contratações Setor Rural (A)</b>	<b>PIB Setor Primário (B)</b>	<b>A / B (%)</b>
Alagoas	128.211	1.817.534	7,1
Bahia	564.775	12.061.735	4,7
Ceará	241.115	3.493.176	6,9
Espirito Santo	14.181	2.833.979	0,5
Maranhão	440.446	8.580.625	5,1
Minas Gerais	159.996	3.863.325	4,1
Paraíba	93.059	1.492.574	6,2
Pernambuco	229.500	4.508.802	5,1
Piauí	336.665	1.496.596	22,5
Rio Grande do Norte	114.427	1.483.759	7,7
Sergipe	113.558	1.209.678	9,4
<b>Total</b>	<b>2.435.933</b>	<b>42.841.781</b>	<b>5,7</b>

Fontes: Fontes: BNB (Ambiente de Controle de Operações de Crédito) e IBGE (Contas Regionais) 2010.

**Notas:** Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) O PIB Rural do Norte do Espírito Santo corresponde à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) O PIB Rural do Norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para Junho de 2013 pelo IGP-DI da FGV.

**Tabela 6.A**  
**FNE - Contratações em Relação ao PIB Industrial dos Estados**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Estados	Contratações Setor Industrial (A)	Contratações Setor Turismo (A)	PIB Setor Secundário (B)	A / B (%)
Alagoas	221.604	3.289	5.717.556	3,9
Bahia	498.138	51.691	50.540.177	1,1
Ceará	41.429	33.686	19.909.680	0,4
Espírito Santo	212.946	1.031	2.793.934	7,7
Maranhão	9.068	22.503	7.811.483	0,4
Minas Gerais	11.676	50	4.782.981	0,2
Paraíba	215.885	121.278	7.913.118	4,3
Pernambuco	148.451	7.191	22.234.163	0,7
Piauí	14.160	3.223	4.454.580	0,4
Rio Grande do Norte	76.845	54.592	7.537.613	1,7
Sergipe	20.432	15.762	7.507.844	0,5
<b>Total</b>	<b>1.470.634</b>	<b>314.296</b>	<b>141.203.128</b>	<b>1,3</b>

**Fontes:** BNB (Ambiente de Controle de Operações de Crédito) e IBGE (Contas Regionais) 2010.

Notas: (1) Por "Contratações" entende-se a realização de operações no período, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar. (2) Os PIBs Rural e Industrial do Norte do Espírito Santo correspondem à soma dos municípios da área de atuação do FNE. (3) Os PIBs Rural e Industrial do Norte de Minas Gerais corresponde à soma dos municípios da área de atuação do FNE; (4) O PIB setorial corresponde ao Valor Adicionado Bruto de 2010 atualizado para Junho de 2013 pelo IGP-DI da FGV.

**Tabela 7.A**  
**FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência por Risco<sup>(1)</sup>**  
**Posição: 30.06.2013**

Valores em R\$ Mil			
<b>Risco</b>	<b>Aplicações</b>	<b>Inadimplência</b>	<b>%</b>
Integral BNB	1.110.023	8.839	0,8
Exclusivo FNE	6.202.755	417.616	6,7
Compartilhado FNE / BNB	31.394.174	882.893	2,8
PROCERA	204.125	98.495	48,3
<b>TOTAL</b>	<b>38.911.077</b>	<b>1.407.843</b>	<b>3,6</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

**Tabela 8.A**  
**FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Programa<sup>(1)</sup>**  
**Posição: 30.06.2013**

Valores em R\$ Mil

Estado	Programas Setoriais										Programas Multissetoriais					Total
	Pronaf	Programa da Terra	Rural <sup>(2)</sup>	Aquipesca	Profrota Pesqueira	Industrial <sup>(3)</sup>	Agrin <sup>(36)</sup>	Proatur	Comércio e Serviços <sup>(3)</sup>	Proinfra <sup>(3)</sup>	Inovação	Verde	Procultura	Micro e Pequena Empresa	Empreendedor Individual	
Alagoas	253.044	25.974	368.714	535	-	372.832	137.252	54.232	198.951	-	514	95.422	-	120.097	223	1.627.790
Bahia	988.798	38.919	2.514.154	58.598	12.420	900.059	97.857	334.573	461.878	1.594.541	918	441.598	3	570.920	1.920	8.017.156
Ceará	975.439	7.996	1.018.564	148.238	-	1.222.975	101.450	103.885	768.659	901.738	660	367.741	12.592	908.844	4.623	6.543.404
Espírito Santo	39.359	-	157.186	-	-	8.818	58.317	6.211	37.730	-	463	32.782	-	32.324	210	373.400
Maranhão	702.582	24.981	1.702.170	20.746	-	304.631	146.675	45.965	630.086	203.788	526	65.178	37	319.584	978	4.167.927
Minas Gerais	389.338	3.780	982.388	-	-	571.440	5.033	6.156	49.269	9.384	-	289.347	-	220.175	2.741	2.529.051
Paraíba	296.375	25.495	235.154	4.052	7.042	184.710	14.267	104.150	141.489	549.123	6.068	30.241	-	241.404	568	1.840.138
Pernambuco	778.686	31.655	664.098	18.582	3.997	1.181.486	166.467	344.088	1.007.065	1.004.814	189	420.413	14	471.830	627	6.094.011
Piauí	577.699	1.013	994.341	2.963	-	32.849	10.303	28.284	371.775	286.303	-	21.073	-	272.979	675	2.600.257
Rio de Janeiro <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	29.860	456.890	-	-	-	-	-	486.750
Rio Grande do Norte	393.708	20.055	334.339	61.592	-	355.108	16.590	39.247	185.185	107.577	1.950	931.736	-	285.171	2.347	2.734.605
São Paulo <sup>(4)</sup>	-	-	-	-	-	-	-	-	-	130.627	-	-	-	-	-	130.627
Sergipe	251.463	24.257	525.832	5.587	-	213.811	352.876	34.617	137.967	-	2.501	2.251	-	213.736	1.063	1.765.961
<b>Total</b>	<b>5.646.491</b>	<b>204.125</b>	<b>9.496.940</b>	<b>320.893</b>	<b>23.459</b>	<b>5.348.719</b>	<b>1.107.087</b>	<b>1.101.408</b>	<b>4.019.914</b>	<b>5.244.785</b>	<b>13.789</b>	<b>2.697.782</b>	<b>12.646</b>	<b>3.657.064</b>	<b>15.975</b>	<b>38.911.077</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aquipesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais. (4) Financiamentos contratados nas agências desses estados, para empreendimentos localizados em estados da área de atuação do FNE.



**Tabela 9.A**  
**FNE - Saldos de Aplicações por Unidade Federativa da Agência e Porte de Tomadores <sup>(1)</sup>**  
**Posição: 30.06.2013**

Estado	Valores em R\$ Mil						
	Cooperativas/ Associações	Micro e Mini	Pequeno	Pequeno- médio	Médio	Grande	Total
Alagoas	46.993	396.077	177.363	31.971	236.035	739.351	1.627.790
Bahia	57.244	1.550.397	972.366	228.452	1.345.449	3.863.248	8.017.156
Ceará	20.856	1.608.941	963.132	51.353	1.304.657	2.594.465	6.543.404
Espírito Santo	-	62.007	67.062	14.631	106.789	122.911	373.400
Maranhão	18.427	1.046.218	572.360	187.585	557.985	1.785.352	4.167.927
Minas Gerais	15.927	625.032	404.774	77.464	262.880	1.142.974	2.529.051
Paraíba	18.146	465.634	282.398	38.176	287.892	747.892	1.840.138
Pernambuco	20.568	1.096.786	523.767	59.936	933.683	3.459.271	6.094.011
Piauí	18.516	753.206	376.571	186.578	296.894	968.492	2.600.257
Rio de Janeiro	-	-	-	-	-	486.750	486.750
Rio Grande do Norte	41.671	549.920	370.056	54.013	564.847	1.154.098	2.734.605
São Paulo	-	-	-	-	-	130.627	130.627
Sergipe	4.277	490.044	314.360	47.440	416.527	493.313	1.765.961
<b>Total</b>	<b>262.625</b>	<b>8.644.262</b>	<b>5.024.209</b>	<b>977.599</b>	<b>6.313.638</b>	<b>17.688.744</b>	<b>38.911.077</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

**Tabela 10.A**  
**FNE - Saldos de Aplicações por Porte de Tomadores e Programa <sup>(1)</sup>**  
**Posição: 30.06.2013**

Valores em R\$ Mil

Porte	Programas Setoriais								Programas Multissetoriais						Total	
	PRONAF	Programa da Terra	Rural <sup>(2)</sup>	Aqui-pesca	Profrota Pesqueira	Industrial <sup>(3)</sup>	Agrin <sup>(3)</sup>	Proatur	Comércio e Serviços <sup>(3)</sup>	Proinfra <sup>(3)</sup>	Inovação	Verde	Procul-tura	Micro e Pequena Empresa		Empre-endedor Individual
Cooperativa s/Assoc	121	52.721	168.945	-	19.462	4.825	10.814	-	4.005	-	-	-	-	1.732	-	262.625
Mini/Micro	5.645.859	104.789	2.080.064	10.339	-	6.118	832	3.538	55.633	-	740	6.367	53	714.021	15.909	8.644.262
Pequeno Pequeno-Médio	498	46.586	1.748.688	8.384	-	50.049	17.520	44.149	126.074	-	2.065	39.411	185	2.940.534	66	5.024.209
Médio	6	-	601.489	5.575	-	91.087	9.903	18.254	242.954	-	-	8.331	-	-	-	977.599
Grande	-	4	1.526.859	48.093	3.997	894.545	329.953	510.128	1.716.843	255.877	2.495	1.016.340	7.727	777	-	6.313.638
<b>Total</b>	<b>5.646.491</b>	<b>204.125</b>	<b>9.496.940</b>	<b>320.893</b>	<b>23.459</b>	<b>5.348.719</b>	<b>1.107.087</b>	<b>1.101.408</b>	<b>4.019.914</b>	<b>5.244.785</b>	<b>13.789</b>	<b>2.697.782</b>	<b>12.646</b>	<b>3.657.064</b>	<b>15.975</b>	<b>38.911.077</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

NOTA: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989. (2) Exceto PRONAF, Programa da Terra, Aqui-pesca e Profrota Pesqueira e Programas Multissetoriais. (3) Exceto Programas Multissetoriais.

**TABELA 11.A – FNE – Saldos de Aplicações e Atraso por Município da Agência e Tipologia – Posição: 30.06.2013**  
**VIDE CD-ROM ANEXO**

**Tabela 12.A**

**FNE - Saldos das Aplicações e Atraso por Programa e Zona Climática do Município do Empreendimento<sup>(1)</sup>**  
**Posição: 30.06.2013**

Valores em R\$ Mil

Programas	Semi-árido			Fora do Semi-árido			Total		
	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)	Aplicações	Atraso	Inadimplência (%)
Agrin	338.864	8.062	2,4	766.553	26.784	3,5	1.105.417	34.846	3,2
Agrin-giro especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Aquipesca	125.268	11.123	8,9	195.625	21.021	10,7	320.893	32.144	10,0
Ditec-prodesa	86.975	13.063	15,0	828	137	16,5	87.803	13.200	15,0
Ditec-prodir	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ditec-prointec	12.611	1.838	14,6	508	37	7,3	13.119	1.875	14,3
Efagri	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE Indus-Inundações/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE Rural-Inundações/2000	-	-	-	-	-	-	-	-	-
FNE Verde/Serviços	2.987	-	-	3.839	-	-	6.826	-	-
FNE Verde-Industrial	472.358	292	0,1	709.466	540	0,1	1.181.824	832	0,1
FNE Verde-Infraestrutura	969.301	-	-	43.172	-	-	1.012.473	-	-
FNE Verde-Irrigação	100	-	-	-	-	-	100	-	-
FNE Verde-Rural	91.553	2.425	2,6	404.729	284	0,1	496.282	2.709	0,5
FNE/EI-Seca/2012-Comércio	586	6	1,0	35	-	-	621	6	1,0
FNE/EI-Seca/2012-Indústria	42	-	2,4	-	-	-	-	1	2,4

		1			-		42		
FNE/EI-Seca/2012-Serviços	317	1	0,3	5	-	-	322	1	0,3
FNE/MPE-Seca/2012-Agroindustr.	2.915	6	0,2	499	17	3,4	3.414	23	0,7
FNE/MPE-Seca/2012-Comércio	287.282	1.093	0,4	40.783	167	0,4	328.065	1.260	0,4
FNE/MPE-Seca/2012-Indústria	39.371	168	0,4	4.243	15	0,4	43.614	183	0,4
FNE/MPE-Seca/2012-Serviços	14.930	45	0,3	1.133	10	0,9	16.063	55	0,3
FNE-Aquisição de CTN	319	111	34,8	525	58	11,0	844	169	20,0
FNE-Comércio	394.908	13.113	3,3	1.404.000	25.510	1,8	1.798.908	38.623	2,1
FNE-EI/Agroindústria	-	-	-	5	-	-	5	-	-
FNE-EI/Comércio	5.981	148	2,5	3.130	100	3,2	9.111	248	2,7
FNE-EI/Indústria	876	31	3,5	617	18	2,9	1.493	49	3,3
FNE-EI/Serviços	2.603	69	2,7	1.694	70	4,1	4.297	139	3,2
FNE-EI/Turismo	38	5	13,2	43	3	7,0	81	8	9,9
FNE-Estiagem/98	15.012	3.880	25,8	2.952	587	19,9	17.964	4.467	24,9
FNE-Irrigação/Seca-2012	1.773	-	-	258	-	-	2.031	-	-
FNE-MPE-Agroindústria	23.759	1.098	4,6	23.521	431	1,8	47.280	1.529	3,2
FNE-MPE-Comércio	704.681	20.341	2,9	652.742	22.505	3,4	1.357.423	42.846	3,2
FNE-MPE-Cultura/Comércio	-	-	-	10	-	-	10	-	-
FNE-MPE-Cultura/Indústria	-	-	-	10	-	-	10	-	-
FNE-MPE-Cultura/Serviços	1.176	55	4,7	4.682	1	-	5.858	56	1,0
FNE-MPE-Indústria	235.523	7.872	3,3	251.662	14.557	5,8	487.185	22.429	4,6

FNE-MPE-Serviços	496.912	31.575	6,4	669.035	23.521	3,5	1.165.947	55.096	4,7
FNE-MPE-Turismo	74.072	1.204	1,6	128.125	1.618	1,3	202.197	2.822	1,4
FNE-Op.Est/98 Adq.-Lei 11322	2.918	469	16,1	764	112	14,7	3.682	581	15,8
FNE-Op.Est/98 Conv-Lei10464	2.075	661	31,9	434	98	22,6	2.509	759	30,3
FNE-Op.Esti/98 Conv-Lei10696	6.592	1.307	19,8	925	181	19,6	7.517	1.488	19,8
FNE-Op.Pronaf Adq.-Lei 11322	1.320	224	17,0	1.213	216	17,8	2.533	440	17,4
FNE-Op.Pronaf Conv-Lei10464	41.860	13.922	33,3	10.484	2.846	27,1	52.344	16.768	32,0
FNE-Op.Pronaf Conv-Lei10696	8.794	1.854	21,1	6.805	1.517	22,3	15.599	3.371	21,6
FNE-Outr.Op.Adq.-Lei 11322	79.405	11.868	14,9	39.475	5.178	13,1	118.880	17.046	14,3
FNE-Outr.Op.Conv-Lei10464	18.631	5.715	30,7	3.245	930	28,7	21.876	6.645	30,4
FNE-Outr.Op.Conv-Lei10696	48.622	8.748	18,0	9.130	1.678	18,4	57.752	10.426	18,1
FNE-Seca/2012-Agroindústria	1.377	-	-	295	-	-	1.672	-	-
FNE-Seca/2012-Comércio	26.723	71	0,3	2.250	1	-	28.973	72	0,2
FNE-Seca/2012-Indústria	3.808	-	-	834	-	-	4.642	-	-
FNE-Seca/2012-Rural	185.179	155	0,1	26.563	11	-	211.742	166	0,1
FNE-Seca/2012-Servivos	981	-	-	-	-	-	981	-	-
FNE-Serviços	408.869	24.312	5,9	1.782.087	56.042	3,1	2.190.956	80.354	3,7
FNE-Verde/Recuper.Ambiental	-	-	-	278	-	-	278	-	-
Industrial	1.551.408	40.278	2,6	3.757.651	52.338	1,4	5.309.059	92.616	1,7
Inovacao-Comercial	112	-	-	511	86	16,8	623	86	13,8
Inovacao-Industrial	487	-	-	4.565	-	1,2	5.052	56	1,1

		-			56				
Inovação-Irrigação	506	-	-	-	-	-	506	-	-
Inovação-Rural	79	-	-	6.684	-	-	6.763	-	-
Inovação-Serviços	-	-	-	843	9	1,1	843	9	1,1
Irrigação	42.157	4.816	11,4	33.486	-	-	75.643	4.816	6,4
Mineral-Conc.Licenciamento	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mineral-Pesquisa	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Mineral-PME	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Op.Fat Pronaf Reclassif-FNE	67	12	17,9	523	105	20,1	590	117	19,8
Op.Fat/Estiag-Reclassif-FNE	272	30	11,0	58	-	-	330	30	9,1
Op.Securit/Mix-Reclassif.P/FNE	-	-	-	56	-	-	56	-	-
Out.Op.C/Mix-Reclassif.P/FNE	11.861	1.484	12,5	26.962	1.292	4,8	38.823	2.776	7,2
Outras Op.Fat-Reclassif-FNE	12.895	1.008	7,8	5.854	620	10,6	18.749	1.628	8,7
Proagri	33.926	4.667	13,8	75.611	5.199	6,9	109.537	9.866	9,0
Proatur	54.176	4.057	7,5	1.047.232	10.360	1,0	1.101.408	14.417	1,3
Procar	153	26	17,0	74	1	1,4	227	27	11,9
Procir/Outras Op./Risco BNB	7.596	-	-	1.622	-	-	9.218	-	-
Procir/Outras Op.FNE/Risc.Comp	15.533	-	-	12.116	-	-	27.649	-	-
Procir/Outras Op.FNE/Risco BNB	1.388	-	-	284	-	-	1.672	-	-
Procir/Outras Op.FNE/Risco FNE	18.428	-	-	5.974	-	-	24.402	-	-
Procir/Pronaf-A/Risco-BNB	-	-	-	20	-	-	20	-	-

Procir/Pronaf-A/Risco-FNE	1.249	-	-	2.470	-	-	3.719	-	-
Procir/Pronaf-Ac/Risco-FNE	82	-	-	65	-	-	147	-	-
Procir/Pronaf-A-Recup/Risc.FNE	-	-	-	13	-	-	13	-	-
Procir/Pronaf-B/Risco-FNE	9	-	-	14	-	-	23	-	-
Procir/Pronaf-Jov-Mulh/Ris.com	252	-	-	95	-	-	347	-	-
Procir/Pronaf-Outros/Risc.Comp	5.339	-	-	3.213	1	-	8.552	1	-
Procir/Pronaf-Outros/Risco BNB	115	-	-	182	-	-	297	-	-
Procir/Pronaf-Outros/Risco-FNE	196	-	-	583	-	-	779	-	-
Procir/Pronaf-S.Árido/Risc.FNE	467	-	-	13	-	-	480	-	-
Procir/Pront-Jovem/Risco-FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Procoop	-	-	-	560	44	7,9	560	44	7,9
Procultura-Comércio	-	-	-	4.695	-	-	4.695	-	-
Procultura-Serviços	186	18	9,7	7.765	-	-	7.951	18	0,2
Prodesa	12.070	1.865	15,5	653	78	11,9	12.723	1.943	15,3
Prodetec Industrial	1.343	104	7,7	92	18	19,6	1.435	122	8,5
Prodetec Rural	1	1	100,0	-	-	-	1	1	100,0
Prodetec-Comercial	31	22	71,0	2	2	100,0	33	24	72,7
Prodetec-Incubadas	-	-	-	76	15	19,7	76	15	19,7
Prodetec-P&D	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodetec-Printec	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodetec-Protec	-	-	-	-	-	-	-	-	-

	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodetec-Serviços	-	-	-	63	-	-	63	-	-
Prodetec-Transfer	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodin	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodin-Met.Mec.-Giro Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodin-Metal Mecânica	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Prodin-Min.N.Metal.-Giro Esp.	-	-	-	47	23	48,9	47	23	48,9
Prodin-Mineral N.Metálico	63	23	36,5	819	-	-	882	23	2,6
Prodin-Químico	958	420	43,8	613	-	-	1.571	420	26,7
Prodin-Químico-Giro Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Profibra	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Profrota Pesqueira	-	-	-	23.458	1.137	4,8	23.458	1.137	4,8
Proger	39.123	13.069	33,4	38.603	11.871	30,8	77.726	24.940	32,1
Programa da Terra	75.284	33.999	45,2	128.841	64.497	50,1	204.125	98.496	48,3
Proinfra	1.683.346	-	-	3.561.437	-	-	5.244.783	-	-
Proir-Agricultura Irrigada	129.992	19.074	14,7	68.561	5.846	8,5	198.553	24.920	12,6
Promicro - FNE	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Promoc	128	18	14,1	-	-	-	128	18	14,1
Promoc-Giro Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronaf (FNE)	9.118	3.083	33,8	8.714	2.125	24,4	17.832	5.208	29,2
Pronaf Floresta - FNE	1.749	12	0,7	5.620	25	0,4	7.369	37	0,5



Pronaf grupo "A" - FNE	538.217	50.153	9,3	560.758	45.668	8,1	1.098.975	95.821	8,7
Pronaf grupo "B" - FNE	444.088	36.325	8,2	402.417	28.476	7,1	846.505	64.801	7,7
Pronaf grupo "C" - FNE	247.847	51.063	20,6	80.677	17.194	21,3	328.524	68.257	20,8
Pronaf grupo "D" - FNE	118.356	24.235	20,5	86.996	19.038	21,9	205.352	43.273	21,1
Pronaf grupo "E" - FNE	4.179	563	13,5	3.165	280	8,8	7.344	843	11,5
Pronaf grupo A/C - FNE	7.667	1.831	23,9	5.091	1.847	36,3	12.758	3.678	28,8
Pronaf Jovem - FNE	1.507	119	7,9	1.033	71	6,9	2.540	190	7,5
Pronaf Mulher - FNE	54.538	7.050	12,9	17.329	1.279	7,4	71.867	8.329	11,6
Pronaf Semi-Árido - FNE	128.198	7.733	6,0	-	-	-	128.198	7.733	6,0
Pronaf/Agregar (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronaf/Estiagem 2010-FNE	324	159	49,1	-	-	-	324	159	49,1
Pronaf/Seca-2012/Cust./Grp.B	34.527	-	-	554	-	-	35.081	-	-
Pronaf/Seca-2012/Cust./Outros	109.029	13	-	9.857	29	0,3	118.886	42	-
Pronaf-A/Fat Op.Adq.p/FNE	1.103	404	36,6	6.332	1.036	16,4	7.435	1.440	19,4
Pronaf-Agrinf (FNE)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Pronaf-Agroecologia (FNE)	41	-	-	-	-	-	41	-	-
Pronaf-Agroindústria (FNE)	941	104	11,1	464	42	9,1	1.405	146	10,4
Pronaf-Comum (FNE)	182.251	18.855	10,3	113.625	8.471	7,5	295.876	27.326	9,2
Pronaf-Eco (FNE)	4.885	-	-	787	1	0,1	5.672	1	-
Pronaf-Emergencial/2009	834	332	39,8	98	41	41,8	932	373	40,0
Pronaf-Grupo A/Recuperação/FNE	5.055	-	3,5	3.977	-	4,5	9.032	355	3,9

	177			178					
Pronaf-Mais Aliment/Revitaliza	1.229	2	0,2	715	12	1,7	1.944	14	0,7
Pronaf-Mais Alimentos (FNE)	487.599	8.116	1,7	306.871	2.175	0,7	794.470	10.291	1,3
Pronaf-S.Árid/Seca-2012-Outros	915.818	68	-	133.795	-	-	1.049.613	68	-
Pronaf-S.Árido/Seca-2012-Grp.B	423.531	138	-	89.544	26	-	513.075	164	-
Propan	-	-	-	111	-	-	111	-	-
Propec	453.250	68.912	15,2	178.079	19.424	10,9	631.329	88.336	14,0
Propec-Engorda Especial	690	-	-	-	-	-	690	-	-
Pro-Renda	8	2	25,0	12	2	16,7	20	4	20,0
Protad-Bebida/Comida	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Confecções	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Couro/Calçado	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Couro/Pele	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Madeira/Mobil.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Prods.Aliment.	42	7	16,7	11	2	18,2	53	9	17,0
Protad-Prods.Aliment.g.Esp.	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Têxtil	9.061	258	2,8	17.708	2.406	13,6	26.769	2.664	10,0
Protad-Têxtil-Giro Especial	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-V.Calç/Art.Couro-G.Espe	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Protad-Vest.Calç/Art.Couro	41	12		2.410	20	0,8	2.451	32	1,3
Recoop	968	254		18.189	973	5,3	19.157	1.227	6,4

Ren.Divid-Res.2471/98-FNE	375.432	15.204	371.297	6.228	1,7	746.729	21.432	2,9
Res.2471-Fat s/Mix Reclas-FNE	52.888	1.055	12.314	359	2,9	65.202	1.414	2,2
Res.2471-Mix Reclasif.p/FNE	43.386	1.522	4.012	148	3,7	47.398	1.670	3,5
Rural	2.207.218	122.729	4.444.493	155.200	3,5	6.651.711	277.929	4,2
Rural/Prodecer III-com Risco	-	-	65.255	1.130	1,7	65.255	1.130	1,7
Rural/Prodecer III-sem Risco	-	-	4.565	74	1,6	4.565	74	1,6
Rural-Cacau/Art.7-A/Lei 11.775	-	-	1.553	-	-	1.553	-	-
Rural-Cacau/Mp 432-Lei 11.775	1.919	15	106.571	461	0,4	108.490	476	0,4
Rural-Créd.Pgto.Juros-Res.2471	616	21	1.903	6	0,3	2.519	27	1,1
Rural-Inundações 2004 e 2008	1.532	30	10.212	447	4,4	11.744	477	4,1
Rural-Pgt.Juros/2471-Op.Reclas	187	18	299	54	18,1	486	72	14,8
<b>Total</b>	<b>15.811.394</b>	<b>732.496</b>	<b>23.099.683</b>	<b>675.347</b>	<b>4,6</b>	<b>38.911.077</b>	<b>1.407.843</b>	<b>3,6</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

**Tabela 13.A**  
**FNE- Contratações em Mesorregiões**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Mesorregiões	Programação FNE 2011	Quantidade de Operações	Valor Contratado
Chapada das Mangabeiras	420.000	4.402	350.620
Chapada do Araripe	335.000	19.287	163.241
Vale do Jequitinhonha/Mucuri	199.000	7.566	305.218
Xingó	212.800	20.542	181.829
Bico Papagaio	150.000	2.061	92.045
Seridó	100.700	6.712	65.774
Águas Emendadas	27.500	883	9.973
<b>Total</b>	<b>1.445.000</b>	<b>61.453</b>	<b>1.168.700</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 14.A**  
**FNE- Contratações em Mesorregiões - Região Semiárida e Outras Regiões**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Região	Mesorregiões	Quantidade de Operações	Valor Contratado
<b>Semiárido</b>		<b>50.879</b>	<b>498.447</b>
	Chapada das Mangabeiras	2.184	68.741
	Chapada do Araripe	19.143	162.871
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	2.298	19.232
	Xingó	20.542	181.829
	Seridó	6.712	65.774
<b>Outras Regiões</b>		<b>10.574</b>	<b>670.253</b>
	Chapada das Mangabeiras	2.218	281.879
	Vale do Jequitinhonha/Mucuri	5.268	285.986
	Chapada do Araripe	144	370
	Bico Papagaio	2.061	92.045
	Águas Emendadas	883	9.973
<b>Total</b>		<b>61.453</b>	<b>1.168.700</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 15.A**  
**FNE- Contratações por Mesorregiões - Setor Rural**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Discriminação	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha /Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
FNE Rural (Exceto Pronaf)	293	318.165	485	18.548	227	44.302	816	55.722	230	7.847	119	39.805	20	4.754	2.190	489.143
Pronaf	3.980	20.292	18.293	87.447	7.094	26.299	19.439	102.739	6.115	28.766	1.848	8.805	852	3.997	57.621	278.345
<b>Total</b>	<b>4.273</b>	<b>338.457</b>	<b>18.778</b>	<b>105.995</b>	<b>7.321</b>	<b>70.601</b>	<b>20.255</b>	<b>158.461</b>	<b>6.345</b>	<b>36.613</b>	<b>1.967</b>	<b>48.610</b>	<b>872</b>	<b>8.751</b>	<b>59.811</b>	<b>767.488</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 16.A**  
**FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Agroindustrial**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Atividade	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha /Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Ind.Prod.Alimentícios	-	-	-	-	-	-	1	129	1	67	-	-	-	-	2	196
Laticínios	1	339	-	-	3	6.414	1	52	1	179	-	-	-	-	6	6.984
Moagem e Benef.	4	539	1	45	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	5	584
Proces.Benef.Óleos e Gorduras Vegetais e Anim	-	-	1	55	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	55
Proces.Benef.Cana-de-açúcar	-	-	-	-	-	-	-	-	1	489	-	-	-	-	1	489
Proces.Benef.Mel de Abelha	-	-	1	24	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	24
Ind.de Transformacao	-	-	-	-	-	-	-	-	1	998	-	-	-	-	1	998
<b>Total</b>	<b>5</b>	<b>878</b>	<b>3</b>	<b>124</b>	<b>3</b>	<b>6.414</b>	<b>2</b>	<b>181</b>	<b>4</b>	<b>1.733</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>17</b>	<b>9.330</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 17.A**  
**FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Industrial**  
**Primeiro Semestre 2013**

ATIVIDADE	Valores R\$ Mil															
	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Com.Varejista	-	-	2	20	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	2	20
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	1	24	1	63	1	199	-	-	-	-	-	-	3	286
Ind. Gráfica	1	7	6	406	2	57	2	137	1	5	-	-	-	-	12	612
Ind. Metal-Mecânica	-	-	4	666	1	3	-	-	1	70	1	72	-	-	7	811
Ind. Calçados	-	-	11	1.561	-	-	-	-	2	91	-	-	-	-	13	1.652
Ind. Celulose, Papel e Prod. Papel	-	-	-	-	1	66	1	113	2	121	-	-	-	-	4	300
Ind. Mobiliário	2	48	2	216	3	38	-	-	4	142	1	973	-	-	12	1.417
Ind.Prod. Alimentícios	2	72	4	174	9	239	5	91	20	1.634	-	-	-	-	40	2.210
Ind.Prod.Limpeza, Perfumaria, Cosméticos	-	-	3	211	-	-	-	-	2	170	-	-	-	-	5	381
Ind.Prod.Minerais não Metálicos	2	101	18	2.398	3	369	1	8	8	1.019	1	833	-	-	33	4.728
Ind.Prod. Plástico	-	-	1	28	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	28
Ind.Têxtil	-	-	-	-	-	-	11	856	14	964	-	-	-	-	25	1.820
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	7	776	2	27	3	146	24	1.938	-	-	-	-	36	2.887
Laticínios	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	19	1	19
Reparação e Conservação	-	-	1	50	1	199	-	-	-	-	-	-	-	-	2	249
Ind.Gelo	-	-	1	23	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	23

Ind.Prod.Borracha	1	405	1	112	-	-	-	-	1	9	-	-	-	-	3	526
Ind.Bebidas, exceto Agroindústria	-	-	-	-	1	70	-	-	1	108	-	-	-	-	2	178
Ind.Couros e Peles	-	-	7	3.440	-	-	-	-	1	38	-	-	-	-	8	3.478
Proces.Benef.Frutas e Hortalças	-	-	-	-	-	-	-	-	1	33	-	-	-	-	1	33
Ind.Transportes	-	-	-	-	1	208.006	-	-	-	-	-	-	-	-	1	208.006
Ind.de Transformação	-	-	1	41	3	688	-	-	1	40	2	154	-	-	7	923
Intermediação Financeira	-	-	-	-	-	-	1	1.575	-	-	-	-	-	-	1	1.575
Ind. Siderúrgica	1	63	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	63
Extração de Minerais Não-Metálicos	-	-	-	-	-	-	-	-	4	2.601	-	-	-	-	4	2.601
<b>Total</b>	<b>9</b>	<b>696</b>	<b>70</b>	<b>10.146</b>	<b>28</b>	<b>209.825</b>	<b>25</b>	<b>3.125</b>	<b>87</b>	<b>8.983</b>	<b>5</b>	<b>2.032</b>	<b>1</b>	<b>19</b>	<b>225</b>	<b>234.826</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.



**Tabela 18.A**  
**FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Turismo**  
**Primeiro Semestre 2013**

Valores em R\$ Mil

ATIVIDADE	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Águas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Ativs.Aux.																
Transportes							1	200							1	200
Hospedagem	2	638	3	236	3	1.320	-	-	4	176	1	9.972			13	12.342
Imobiliárias e Aluguéis			1	160											1	160
<b>Total</b>	<b>2</b>	<b>638</b>	<b>4</b>	<b>396</b>	<b>3</b>	<b>1.320</b>	<b>1</b>	<b>200</b>	<b>4</b>	<b>176</b>	<b>1</b>	<b>9.972</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>15</b>	<b>12.702</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 19.A**  
**FNE - Contratações em Mesorregiões - Setor Comercial/Serviços**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Atividade	Chapada das Mangabeiras		Chapada do Araripe		Vale do Jequitinhonha / Mucuri		Xingó		Seridó		Bico do Papagaio		Aguas Emendadas		Total	
	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor	Qtde	Valor
Alimentação	2	54	14	2.546	7	323	6	410	2	79	1	22	1	72	33	3.506
Assessoria, Consultoria e Treinamento	1	301	3	105	3	69	-	-	5	111	-	-	-	-	12	586
Ativs.Aux.Transportes	1	39	7	591	7	664	3	376	1	205	-	-	-	-	19	1.875
Com.Atacadista	5	254	16	10.889	4	1.096	8	4.249	7	1.894	8	3.526	-	-	48	21.908
Com.Varejista	88	6.570	335	26.283	152	9.182	208	11.646	205	10.582	65	10.915	8	979	1.061	76.157
Edifícios e Obras de Eng.Civil	-	-	6	706	1	73	1	200	-	-	1	161	-	-	9	1.140
Educação	2	47	1	50	3	89	3	84	4	150	-	-	-	-	13	420
Entretenimento	-	-	2	93	2	1.063	-	-	-	-	-	-	-	-	4	1.156
Ind. Eletroeletrônica	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	1	12	-	-	1	12
Ind. Gráfica	-	-	1	33	1	14	-	-	-	-	-	-	-	-	2	47
Ind. Metal-Mecânica	-	-	-	-	1	4	-	-	-	-	-	-	-	-	1	4
Ind. Prod.Alimentícios	-	-	-	-	-	-	1	20	-	-	1	72	-	-	2	92
Ind. Vestuário e Acessórios	-	-	1	23	1	130	-	-	-	-	-	-	-	-	2	153
Obras de Acabamento	-	-	1	11	-	-	-	-	1	10	-	-	-	-	2	21
Obras de Instalações	-	-	-	-	-	-	1	2	-	-	-	-	-	-	1	2
Reparação e Conservação	4	486	3	225	3	662	4	340	11	292	-	-	-	-	25	2.005

Saúde, Serv.Médicos/Veterinários	3	494	7	1.115	4	418	7	949	2	293	3	15.897	1	152	27	19.318
Serv.Aux.Agropecuária, Extrativismo e Silvicultura	-	-	-	-	-	-	-	-	1	49	-	-	-	-	1	49
Serv.Pessoais	1	15	5	232	5	60	2	28	7	288	3	33	-	-	23	656
Transp.Rodoviário	3	665	10	1.541	2	265	4	667	10	2.054	2	405	-	-	31	5.597
Ecológico	-	-	-	-	1	15	-	-	-	-	-	-	-	-	1	15
Serv.Aux.Construção	-	-	-	-	1	361	-	-	-	-	-	-	-	-	1	361
Hospedagem	-	-	1	15	3	977	-	-	1	36	-	-	-	-	5	1.028
Serv. Aux. Adm. Empresas	-	-	3	115	2	43	2	228	-	-	1	157	-	-	8	543
Aluguel Maq.Eqpto.	1	837	5	801	3	480	2	275	2	650	-	-	-	-	13	3.043
Telecomunicações	-	-	-	-	-	-	-	-	3	168	-	-	-	-	3	168
Alimentação Preparada Prod. e Distrib.Eletricidade, Gás e Água	2	189	-	-	2	386	-	-	-	-	-	-	-	-	4	575
Imobiliárias e Aluguéis	-	-	-	-	-	-	1	32	-	-	-	-	-	-	1	32
Serviços Veterinários	-	-	-	-	-	-	-	-	1	30	-	-	-	-	1	30
Preparação do Terreno Infraestr.p/Eng.Elétrica E Telecomunicações	-	-	3	550	-	-	-	-	-	-	1	31	-	-	4	581
Outras atividades relacionadas ao lazer	-	-	6	542	2	567	4	178	4	159	1	200	-	-	17	1.646
Intermediários do Comércio	-	-	-	-	-	-	1	171	-	-	-	-	-	-	1	171
Outros Serviços	-	-	2	114	1	117	1	7	1	38	-	-	-	-	5	276
<b>Total</b>	<b>113</b>	<b>9.951</b>	<b>432</b>	<b>46.580</b>	<b>211</b>	<b>17.058</b>	<b>259</b>	<b>19.862</b>	<b>272</b>	<b>18.269</b>	<b>88</b>	<b>31.431</b>	<b>10</b>	<b>1.203</b>	<b>1.385</b>	<b>144.354</b>

Fonte: Ambiente de Controle de Operações de Crédito

**Tabela 20.A**  
**FNE - Contratações com Clientes que Obtiveram Empréstimos do FNE pela Primeira Vez**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

UF	Setor	Porte										Total	
		Mini		Micro		Pequeno		Médio		Grande		Qtde.	Valor
		Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor	Qtde.	Valor		
AL	Agrícola	697	2.997	-	-	3	580	-	-	-	-	700	3.577
	Comércio	-	-	34	868	45	4.223	2	3.304	-	-	81	8.395
	Industrial	-	-	4	156	6	2.758	-	-	1	147.784	11	150.698
	Pecuária	1.380	12.468	-	-	1	104	-	-	-	-	1.381	12.572
	Serviços	-	-	16	1.412	12	1.333	-	-	-	-	28	2.745
BA	Agrícola	3.835	19.980	-	-	14	16.577	2	771	-	-	3.851	37.328
	Agroindústria	-	-	1	37	1	264	-	-	-	-	2	301
	Comércio	-	-	290	13.230	239	21.090	6	8.706	3	11.729	538	54.755
	Industrial	-	-	35	2.476	48	12.581	3	2.679	2	460.046	88	477.782
	Pecuária	12.023	78.784	-	-	16	2.803	-	-	-	-	12.039	81.587
	Serviços	-	-	118	6.695	65	15.340	4	131.000	2	5.115	189	158.150
CE	Agrícola	3.729	29.944	-	-	3	212	1	216	-	-	3.733	30.372
	Comércio	-	-	471	21.612	187	21.509	3	12.628	2	9.191	663	64.940
	Industrial	-	-	45	2.001	35	11.041	1	50	1	829	82	13.921
	Pecuária	4.976	36.586	-	-	15	3.643	-	-	-	-	4.991	40.229
	Serviços	-	-	178	11.335	43	96.042	2	55.860	1	154.782	224	318.019

<b>ES</b>	Agrícola	111	2.384	-	-	2	88	-	-	-	-	113	2.472
	Comércio	-	-	13	599	11	1.294	-	-	-	-	24	1.893
	Industrial	-	-	6	104	3	4.675	-	-	2	208.317	11	213.096
	Pecuária	15	564	-	-	1	530	-	-	-	-	16	1.094
	Serviços	-	-	12	1.657	6	2.845	-	-	-	-	18	4.502
<b>MA</b>	Agrícola	1.051	3.330	-	-	6	9.194	1	684	1	46.280	1.059	59.488
	Comércio	-	-	88	3.631	104	16.287	5	2.845	-	-	197	22.763
	Industrial	-	-	7	764	9	5.604	2	5.402	-	-	18	11.770
	Infra-estrutura	-	-	-	-	-	-	-	-	1	76.791	1	76.791
	Pecuária	6.460	57.312	-	-	15	7.709	-	-	-	-	6.475	65.021
Serviços	-	-	31	2.297	34	10.880	3	16.104	-	-	68	29.281	
<b>MG</b>	Agrícola	488	3.390	-	-	11	5.341	-	-	-	-	499	8.731
	Agroindústria	-	-	2	248	-	-	-	-	-	-	2	248
	Comércio	-	-	197	10.143	75	7.021	1	100	-	-	273	17.264
	Industrial	-	-	25	1.159	6	475	-	-	-	-	31	1.634
	Pecuária	3.403	25.540	-	-	18	2.708	1	4.000	-	-	3.422	32.248
Serviços	-	-	95	7.473	24	8.910	-	-	-	-	119	16.383	
<b>PB</b>	Agrícola	1.265	6.484	-	-	-	-	-	-	-	-	1.265	6.484
	Agroindústria	-	-	1	137	-	-	-	-	-	-	1	137
	Comércio	-	-	116	4.208	104	8.801	1	44	-	-	221	13.053
	Industrial	-	-	32	2.358	28	5.334	1	1.617	-	-	61	9.309
	Pecuária	4.305	20.188	-	-	-	-	-	-	-	-	4.305	20.188

	Serviços	-	-	44	2.957	21	4.622	1	117.689	1	123	67	125.391
<b>PE</b>	Agrícola	1.620	11.921	-	-	4	393	-	-	-	-	1.624	12.314
	Agroindústria	-	-	1	25	1	27	1	6.310	-	-	3	6.362
	Comércio	-	-	152	6.024	185	14.872	3	18.584	1	44	341	39.524
	Industrial	-	-	35	1.497	54	16.949	2	8.038	3	97.234	94	123.718
	Pecuária	8.233	60.186	-	-	3	1.518	1	2.503	-	-	8.237	64.207
	Serviços	-	-	93	6.696	42	12.177	-	-	1	50.447	136	69.320
<b>PI</b>	Agrícola	1.162	9.306	-	-	4	5.316	-	-	-	-	1.166	14.622
	Agroindústria	-	-	1	30	2	697	-	-	-	-	3	727
	Comércio	-	-	93	3.580	107	12.859	1	318	-	-	201	16.757
	Industrial	-	-	16	781	13	8.335	-	-	-	-	29	9.116
	Pecuária	6.770	38.660	-	-	5	427	1	140	-	-	6.776	39.227
	Serviços	-	-	38	1.921	24	9.775	1	648	-	-	63	12.344
<b>RN</b>	Agrícola	1.365	12.070	-	-	1	146	-	-	-	-	1.366	12.216
	Agroindústria	-	-	-	-	1	40	-	-	-	-	1	40
	Comércio	-	-	170	5.101	90	7.691	2	6.236	1	31	263	19.059
	Industrial	-	-	30	1.736	26	4.037	-	-	-	-	56	5.773
	Pecuária	2.920	18.970	-	-	9	1.458	-	-	-	-	2.929	20.428
	Serviços	-	-	85	4.248	33	23.237	3	32.279	-	-	121	59.764
<b>SE</b>	Agrícola	377	4.564	-	-	1	373	-	-	-	-	378	4.937
	Agroindústria	-	-	-	-	1	129	-	-	-	-	1	129
	Comércio	-	-	72	3.632	48	4.708	-	-	2	6.640	122	14.980

Industrial	-	-	9	659	23	12.699	-	-	1	765	33	14.123
Pecuária	1.737	12.381	-	-	-	-	-	-	-	-	1.737	12.381
Serviços	-	-	43	4.592	16	3.476	-	-	-	-	59	8.068
<b>Total geral</b>	<b>67.922</b>	<b>468.009</b>	<b>2.699</b>	<b>138.079</b>	<b>1.904</b>	<b>453.757</b>	<b>55</b>	<b>438.755</b>	<b>26</b>	<b>1.276.148</b>	<b>72.606</b>	<b>2.774.748</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 21.A**  
**FNE - Contratações de Valor Superior a R\$ 10 milhões**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

UF	Tipologia	Localização	Programa	Valor do Financiamento
AL	Baixa renda	Coruripe	Irrigação	27.864
AL	Alta renda	Maceió	FNE-Comércio	11.298
AL	Alta renda	Maceió	Industrial	147.784
AL	Alta renda	Marechal Deodoro	Industrial	63.041
AL	Baixa renda	São Luís do Quitunde	Irrigação	10.238
AL	Baixa renda	São Luís do Quitunde	Rural	13.930
BA	Estagnada	Alagoinhas	Industrial	375.047
BA	Estagnada	Feira de Santana	Industrial	84.999
BA	Dinâmica	Luís Eduardo Magalhaes	Rural	32.833
BA	Dinâmica	Riachão das Neves	Rural	20.916
BA	Alta renda	Salvador	FNE-Serviços	19.397
BA	Alta renda	Salvador	Proatur	43.200
BA	Dinâmica	São Desidério	Rural	10.346
BA	Estagnada	Vitória da Conquista	FNE-Serviços	76.933
CE	Alta renda	Caucaia	FNE-Serviços	57.965
CE	Alta renda	Fortaleza	FNE-Serviços	240.045
CE	Alta renda	Fortaleza	Proatur	29.895
ES	Estagnada	São Mateus	Industrial	208.006
MA	Dinâmica	Balsas	Agrin	29.413
MA	Baixa renda	Carutapera	FNE Verde-Rural	46.280
MA	Estagnada	Imperatriz	FNE-Serviços	15.800
MA	Estagnada	Porto Franco	Agrin	12.076
MA	Dinâmica	Sambaíba	Rural	36.626
MA	Baixa renda	Santa Inês	FNE-Comércio	34.735
MA	Estagnada	São Luís	FNE-Serviços	25.662
MA	Estagnada	São Luís	Proinfra	76.791
MA	Dinâmica	Tasso Fragoso	Rural	51.961
PB	Dinâmica	Alhandra	Industrial	192.132
PB	Alta renda	João Pessoa	Proatur	117.689



<b>PE</b>	Alta renda	Jaboatão dos Guararapes	FNE-Comercio	18.433
<b>PE</b>	Alta renda	Moreno	Industrial	62.000
<b>PE</b>	Estagnada	Petrolina	Rural	24.798
<b>PE</b>	Alta renda	Recife	FNE-Serviços	306.919
<b>PE</b>	Alta renda	Recife	Industrial	34.681
<b>PI</b>	Dinâmica	Baixa Grande do Ribeiro	Rural	15.230
<b>PI</b>	Dinâmica	Gilbués	Rural	21.197
<b>PI</b>	Dinâmica	Palmeira do Piauí	Rural	13.276
<b>PI</b>	Dinâmica	Ribeiro Gonçalves	Rural	38.616
<b>PI</b>	Dinâmica	Sebastião Leal	Rural	28.361
<b>PI</b>	Estagnada	Teresina	FNE-Comércio	135.711
<b>PI</b>	Dinâmica	Uruçuí	Rural	10.422
<b>RN</b>	Estagnada	Baraúna	Industrial	52.161
<b>RN</b>	Alta renda	Natal	Proatur	32.093
<b>RN</b>	Dinâmica	São José de Mipibu	FNE-Comércio	10.100
<b>SE</b>	Alta renda	Aracaju	FNE-Comércio	27.500
<b>SE</b>	Alta renda	Aracaju	Proatur	13.969
<b>SE</b>	Alta renda	Nossa Senhora do Socorro	FNE-Comércio	10.027

**TOTAL**

**2.968.396**

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 22.A**  
**FNE - Contratações Destinadas a Custeio, Comercialização e Capital de Giro**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

UF	Custeio Agrícola		Custeio Pecuário		Comercialização		Capital de Giro		cap. De giro p/ aquis. de Mat. Prima/Insumos		Total	
	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor
	AL	330	12.264	924	11.523	-	-	-	-	173	10.016	1.427
BA	621	161.723	1.141	25.566	9	20.665	18	2.511	640	31.106	2.429	241.570
CE	188	5.825	2.660	29.469	-	-	16	1.687	634	29.172	3.498	66.153
ES	75	5.005	11	725	-	-	2	5.350	19	658	107	11.739
MA	246	109.793	885	43.559	4	11.473	8	432	430	22.364	1.573	187.621
MG	41	17.904	338	7.274	1	131	1	50	223	7.558	604	32.917
PB	146	8.562	1.711	10.875	-	-	4	250	509	22.543	2.370	42.230
PE	156	38.991	3.748	34.792	-	-	9	710	598	29.948	4.511	104.442
PI	91	107.154	564	6.811	4	46.316	8	617	404	16.497	1.071	177.394
RN	127	7.682	2.628	22.953	1	3.483	10	771	453	23.116	3.219	58.005
SE	1.472	39.404	1.080	5.224	13	12.299	3	422	218	10.334	2.786	67.683
<b>Total</b>	<b>3.493</b>	<b>514.307</b>	<b>15.690</b>	<b>198.772</b>	<b>32</b>	<b>94.366</b>	<b>79</b>	<b>12.799</b>	<b>4.301</b>	<b>203.313</b>	<b>23.595</b>	<b>1.023.556</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 23.A – FNE – Contratações por Tipo de Município – Primeiro Semestre de 2013**

**VIDE CD-ROM ANEXO.**

**Tabela 24.A – FNE – Contratações por Município - Setor Rural – Primeiro Semestre de 2013**

**VIDE CD-ROM ANEXO.**

**Tabela 25.A – FNE – Contratações por Município - Setor Não Rural – Primeiro Semestre de 2013**

**VIDE CD-ROM ANEXO.**

**Tabela 26.A – FNE – Contratações por Município – Porte do Tomador – Primeiro Semestre de 2013**

**VIDE CD-ROM ANEXO.**

**Tabela 27.A**  
**FNE - Setor Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Faixa de Valor	Valores em R\$ Mil													
	Pronaf A		Pronaf B		Pronaf - Demais Grupos		Aquicultura e Pesca		FNE Verde		Outros Programas Rurais		Total	
	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	12	5	5	2	-	-	-	-	17	6	34	13
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	1	1	305	293	29	24	-	-	-	-	35	26	370	344
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	156	905	187.708	462.232	10.600	71.513	4	34	-	-	1.011	5.958	199.479	540.642
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	1.001	18.828	-	-	46.759	564.425	10	212	1	32	3.291	77.651	51.062	661.148
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	2	164	-	-	339	19.825	15	909	2	161	1.597	102.361	1.955	123.420
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	-	-	-	-	88	10.353	8	1.724	14	4.320	1.279	314.057	1.389	330.454
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	-	-	-	-	-	-	2	4.050	3	9.329	143	363.640	148	377.019
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8	101.803	8	101.803
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	1	46.280	8	254.810	9	301.090
Acima de R\$ 100.000.000,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
<b>Total</b>	<b>1.160</b>	<b>19.898</b>	<b>188.025</b>	<b>462.530</b>	<b>57.820</b>	<b>666.142</b>	<b>39</b>	<b>6.929</b>	<b>21</b>	<b>60.122</b>	<b>7.389</b>	<b>1.220.312</b>	<b>254.454</b>	<b>2.435.933</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 28.A**  
**FNE - Não Rural - Contratações por Programa e Faixa de Valor**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Faixa de Valor	Valores em R\$ Mil													
	Industrial/ Agroindustrial		Infra-Estrutura		Turismo		Comércio/Serviços		Inovação		FNE Verde		Total	
	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor	Nº Operações	Valor
Até R\$ 500,00	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Acima de R\$ 500,00 até R\$ 1.000,00	-	-	-	-	-	-	2	2	-	-	-	-	2	2
Acima de R\$ 1.000,00 até R\$ 10.000,00	70	482	-	-	-	-	696	5.005	-	-	-	-	766	5.487
Acima de R\$ 10.000,00 até R\$ 35.000,00	352	7.983	-	-	26	710	3.152	70.055	1	10	-	-	3.531	78.758
Acima de R\$ 35.000,00 até R\$ 100.000,00	466	28.175	-	-	59	3.251	3.339	195.029	2	141	-	-	3.866	226.596
Acima de R\$ 100.000,00 até R\$ 1.000.000,00	322	86.200	-	-	65	20.714	1.622	342.431	1	212	1	311	2.011	449.868
Acima de R\$ 1.000.000,00 até R\$ 10.000.000,00	47	159.883	-	-	15	52.775	94	299.793	1	2.327	1	1.475	158	516.253
Acima de R\$ 10.000.000,00 até R\$ 20.000.000,00	1	12.076	-	-	3	46.062	6	85.055	-	-	-	-	10	143.193
Acima de R\$ 20.000.000,00 até R\$ 100.000.000,00	6	326.295	1	76.791	2	73.095	10	494.216	-	-	-	-	19	970.397
Acima de R\$ 100.000.000,00	4	922.969	-	-	1	117.689	2	411.255	-	-	-	-	7	1.451.913
<b>Total</b>	<b>1.268</b>	<b>1.544.063</b>	<b>1</b>	<b>76.791</b>	<b>171</b>	<b>314.296</b>	<b>8.923</b>	<b>1.902.841</b>	<b>5</b>	<b>2.690</b>	<b>2</b>	<b>1.786</b>	<b>10.370</b>	<b>3.842.467</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 29.A**  
**FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações com Risco**  
**Compartilhado**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
<b>Sem Atraso (A)</b>	29.060.534	29.166.183	29.282.715	29.357.886	29.715.773	30.511.281
<b>Atraso (B)</b>	833.212	841.259	897.288	909.320	895.098	882.893
Até 180 dias	501.810	513.523	529.909	539.340	530.825	521.668
De 180 a 360 dias	330.839	326.919	366.398	369.007	363.327	360.336
Acima de 360 dias	563	817	981	973	946	889
<b>Total Aplicações (C=A+B)</b>	<b>29.893.746</b>	<b>30.007.442</b>	<b>30.180.003</b>	<b>30.267.206</b>	<b>30.610.871</b>	<b>31.394.174</b>
<b>% (B/C)</b>	<b>2,79</b>	<b>2,80</b>	<b>2,97</b>	<b>3,00</b>	<b>2,92</b>	<b>2,81</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 30.A**  
**FNE - Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do**  
**FNE**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
<b>Sem Atraso (A)</b>	5.393.088	5.470.306	5.558.701	5.665.113	5.723.596	5.785.139
<b>Atraso (B)</b>	408.522	408.270	408.931	414.591	417.993	417.616
Até 180 dias	229.171	230.111	234.219	236.323	231.032	201.212
De 180 a 360 dias	179.018	177.959	174.243	176.633	186.679	216.099
Acima de 360 dias	333	200	469	1.635	282	305
<b>Total Aplicações (C=A+B)</b>	<b>5.801.610</b>	<b>5.878.576</b>	<b>5.967.632</b>	<b>6.079.704</b>	<b>6.141.589</b>	<b>6.202.755</b>
<b>% (B/C)</b>	<b>7,0</b>	<b>6,9</b>	<b>6,9</b>	<b>6,8</b>	<b>6,8</b>	<b>6,7</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Tabela 31.A**  
**Saldos das Aplicações e Inadimplência - Operações de Risco Integral do BNB<sup>(1)</sup>**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Situação/Faixa de Atraso	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho
<b>Sem Atraso (A)</b>	1.117.972	1.112.718	1.108.681	1.104.723	1.103.507	1.101.184
<b>Atraso (B)</b>	10.633	10.353	10.393	10.106	9.700	8.839
Até 180 dias	7.874	7.736	6.205	5.819	5.006	2.823
De 180 a 360 dias	2.756	2.617	4.188	4.255	4.694	6.016
Acima de 360 dias	3	-	-	32	-	-
<b>Total Aplicações (C=A+B)</b>	<b>1.128.605</b>	<b>1.123.071</b>	<b>1.119.074</b>	<b>1.114.829</b>	<b>1.113.207</b>	<b>1.110.023</b>
<b>% (B/C)</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,9</b>	<b>0,8</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota: (1) Inclusive o saldo de recursos aplicados dos Repasses ao BNB com base no Art. 9º-A da Lei nº 7.827/1989.

**Tabela 32.A**
**FNE - Renegociações de Operações e Recuperação de Dívidas <sup>(1)</sup>**
**Período: 2003 a Primeiro Semestre de 2013**
**Valores em R\$ Mil**

Exercício	Valor Renegociado/Recuperado			FNE <sup>(4)</sup> (C)	Total (A + B + C)
	Liquidação à Vista <sup>(2)</sup> (A)	Amortização com Op. RECIN <sup>(3)</sup> (B)			
2003	70.276	-		335.542	405.818
2004	78.144	-		697.743	775.887
2005	70.366	-		173.030	243.396
2006	63.439	-		135.715	199.154
2007	72.935	-		137.188	210.123
2008	101.450	-		118.040	219.490
2009	363.171	-		315.223	678.394
2010	274.659	-		176.438	451.097
2011	146.153	-		151.357	297.510
2012	3.471	-		96.943	100.414
2013	5.997	-		123.872	129.869
<b>Total</b>	<b>1.244.064</b>	<b>-</b>		<b>2.337.219</b>	<b>3.581.283</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

Nota 1: (1) Inclusive as renegociações decorrentes de determinações legais. (2) Montante em atraso ou em Prejuízo pago pelos mutuários no momento da renegociação, exclusive valores oriundos de operações com recursos internos do BNB e os valores concedidos a título de bônus e dispensas. (3) Total dos valores em atraso ou em Prejuízo pagos com recursos advindos de operações com RECIN do BNB. (4) Montante dos valores em atraso ou em Prejuízo renegociados com recursos do FNE exclusive os valores concedidos a título de bônus e dispensas.

**Tabela 33.A**  
**FNE - Renegociações<sup>(1)</sup> de Operações por Risco**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Mês	Valor da Operação de Renegociação				Total
	Risco Exclusivo FNE	Risco Compartilhado	Risco Exclusivo BNB	Risco PROCERA	
<b>Janeiro</b>	1.139	12.355	-	-	13.494
<b>Fevereiro</b>	1.123	7.223	-	-	8.346
<b>Março</b>	1.083	26.198	108	-	27.389
<b>Abril</b>	1.403	35.076	78	-	36.557
<b>Mai</b>	760	22.519	278	-	23.557
<b>Junho</b>	449	14.079	-	-	14.529
<b>Total</b>	<b>5.958</b>	<b>117.450</b>	<b>464</b>	<b>-</b>	<b>123.872</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Montante dos valores em atraso ou em prejuízo renegociados, inclusive renegociações decorrentes de determinações legais e exclusive bônus e dispensas.

**Tabela 34.A**  
**FNE - Cobranças Judiciais<sup>(1)</sup> Ajuizadas por Risco**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Mês	Risco Exclusivo FNE		Risco Compartilhado		Risco Exclusivo do Banco		Risco Procera		Total	
	Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor	Quant	Valor
<b>Janeiro</b>	282	7.593	650	91.013	27	1.409	15	976	974	100.991
<b>Fevereiro</b>	207	6.180	488	55.269	8	271	2	30	705	61.750
<b>Março</b>	309	11.280	675	56.788	10	591	48	567	1.042	69.226
<b>Abril</b>	421	17.365	842	86.795	15	1.652	12	316	1.290	106.128
<b>Mai</b>	308	17.415	582	33.812	3	70	13	88	906	51.385
<b>Junho</b>	252	11.375	343	31.170	13	941	4	14	612	43.500
<b>Total</b>	<b>1.779</b>	<b>71.208</b>	<b>3.580</b>	<b>354.847</b>	<b>76</b>	<b>4.934</b>	<b>94</b>	<b>1.991</b>	<b>5.529</b>	<b>432.980</b>

Fonte: BNB – Ambiente Jurídico.

**NOTA: (1)** Montante dos valores ajuizados nos processos de cobrança judicial.



**Tabela 35.A**  
**FNE - Ressarcimento dos Valores de Risco do BNB**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

Mês de Referência	Data Prevista Devolução	Data da Devolução	Saldo no Mês de Referência <sup>(1)</sup>		Saldo na Data da Devolução <sup>(2)</sup>		Valores Ressarcidos		
			Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Risco Compartilhado	Risco Integral BNB	Valor Inicial	Ajustes <sup>(3)</sup>	Valor Líquido
<b>Dez/2012</b>	03/01/2013	03/01/2013	47.162	213	47.138	213	23.782	(200)	23.582
<b>Jan/2013</b>	04/02/2013	04/02/2013	19.389	338	48.194	338	24.435	(174)	24.261
<b>Fev/2013</b>	04/03/2013	04/03/2013	25.814	288	42.564	288	21.571	(348)	21.223
<b>Mar/2013</b>	02/04/2013	02/04/2013	60.650	332	60.114	332	30.389	(195)	30.194
<b>Abr/2013</b>	03/05/2013	03/05/2013	71.269	735	71.150	735	36.310	(127)	36.183
<b>Mai/2013</b>	04/06/2013	04/06/2013	73.511	706	72.730	706	37.031	(60)	36.971
			<b>297.795</b>	<b>2.612</b>	<b>341.890</b>	<b>2.612</b>	<b>173.518</b>	<b>-1.104</b>	<b>172.414</b>

Fonte: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

**NOTAS:** (1) Total das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (**a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso**), obtido na posição de final de mês. (2) Considerados os ajustes realizados pelas agências nos saldos das fichas financeiras, com valorização para o último dia do mês de referência. (3) Ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB.

**Tabela 36.A**  
**FNE - Recursos Previstos X Realizados**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Discriminação	Valores em R\$ Mil	
	Previsto	Realizado
<b>ORIGEM DE RECURSOS (A)</b>	<b>18.420.578</b>	<b>13.107.049</b>
Disponibilidades ao Final do Exercício Anterior	4.024.425	6.532.248
Transferências da STN/Ministério da Integração Nacional	6.188.595	2.983.160
Reembolsos Ops. Crédito/Repases (Líquido Bônus Adimplência)	7.987.058	3.591.641
Recebimentos para Liquidação Operações FNE - Lei 12.716	220.500	62.423
<b>APLICAÇÃO DE RECURSOS (B)</b>	<b>-6.967.042</b>	<b>-9.009.723</b>
Resultado Operacional Monetizado	-1.869.542	-738.177
Remuneração das Disponibilidades	285.013	231.806
Ressarcimento Parcelas de Risco pelo BNB	248.576	172.263
Recebimento de Créditos Baixados como PJ	79.303	50.969
Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei 12.249 - Ônus BNB	0	2.244
Cobertura Ops. Proagro/Fundos de Aval/Prog Terra/Outros	10.054	10.621
Transferências da Parcela de Alienação de Bens Vinculados Ops. FNE	0	149
Recebimentos/Amortizações TDA/Títulos PROAGRO	0	258
Taxa de Administração	-1.237.719	-596.632
Del Credere BNB	-1.152.115	-487.840
Del Credere Instituições Operadoras	-5.957	-1.825
Despesa c/Ops. Outras Fontes	0	0
Remuneração do BNB sobre Operações PRONAF	-96.602	-83.932
Despesa Auditoria Externa	-80	-25
Bônus/Dispensas Op. Reneg. Leis 11.322/11.775	0	-177
Devolução Valores ao BNB por Renegociação Ops. em Prejuízo	0	-18.612
Rebate Principal Ops. FAT-BNDES - Estiagem-98	-15	-3
Bônus Operações Repases BNB - Art. 9º A Lei nº 7.827	0	-6.406
Remissão/Rebate Ops. FNE - Lei nº 12.249 - Ônus FNE	0	-11.035
Conversão de Ops. Outras Fontes p/FNE - Leis 10.464/10.696	0	-144
Aquisição de Ops. Outras Fontes p/FNE - Lei 11.322	0	-33
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 (no BNB)	0	-523
Aquisições de Ops. pela Lei nº 11.322 (no BB)	0	0
Reclassificações de Ops. pela Lei nº 11.775 (no BB e Desenhavia)	0	0
Outros itens	0	-1.620
Desembolsos para Liquidação Operações FNE - Lei 12.716	-220.500	-62.423
Desembolsos para Liq. Ops. Outras Fontes e Vrs. Honrados BNB - Lei nº 12.716	-54.500	-10.705
Desembolsos de Parcelas de Ops. Contratadas em Exercícios Anteriores	-4.822.500	-8.196.098
<b>Total de Recursos para Aplicação ( a + b )</b>	<b>11.453.536</b>	<b>4.097.326</b>

Fonte: BNB - Ambiente de Controladoria.

**Tabela 37.A**  
**FNE - Ressarcimentos Efetuados pelo BNB ao Fundo Decorrentes**  
**de Perdas em Operações com Risco Compartilhado**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

<b>Mês de Referência</b>	<b>Principal + Encargos das Operações Vencidas e não Pagas <sup>(1)</sup></b>	<b>Valores Ressarcidos pelo Banco Operador <sup>(2)</sup></b>	<b>Correção de Valores por Atraso de Ressarcimento <sup>(3)</sup></b>
<b>Janeiro</b>	46.747	23.369	-
<b>Fevereiro</b>	47.846	23.923	-
<b>Março</b>	41.899	20.949	-
<b>Abril</b>	59.746	29.873	-
<b>Mai</b>	70.926	35.463	-
<b>Junho</b>	72.529	36.265	-
<b>Total</b>	<b>339.693</b>	<b>169.842</b>	<b>0</b>

Fontes: BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito e BNB - Ambiente de Controladoria.

**Notas:** (1) Valor das parcelas de principal e encargos em atraso há mais de 360 dias (a partir de abril/2010, o Banco passou a considerar as parcelas com mais de 330 dias de atraso; a partir de abril/2011, as parcelas com mais de 329 dias de atraso), obtidos na posição de final de mês. (2) Inclusive ajustes realizados pelas agências após a efetivação das baixas para PJ e/ou restituição pelo BNB. (3) Somatório da atualização, através da taxa SELIC, de valores tidos como PJ cujo ressarcimento pelo BNB foi feito com atraso.

**Tabela 38.A**  
**FNE - Contratações<sup>(1)</sup> no Programa FNE - Verde por UF e Porte**  
**Primeiro Semestre de 2013**

Valores em R\$ Mil

UF	Programa	Porte	Quant.	Valor
BA	FNE Verde-Rural	Mini	7	930
		Pequeno	2	3.308
CE	FNE Verde-Rural	Mini	1	84
ES	FNE Verde-Industrial	Grande	1	311
MA	FNE Verde-Rural	Pequeno	1	2.418
		Grande	1	46.280
		Pequeno-Médio	1	4.416
MG	FNE Verde-Rural	Mni	1	200
		Pequeno	6	2.245
		Pequeno-Médio	1	241
RN	FNE Verde-Industrial	Pequeno	1	1.475
<b>Total</b>			<b>23</b>	<b>61.908</b>

BNB – Ambiente de Controle de Operações de Crédito.

**Nota: (1)** Por "Contratações" entende-se a realização de operações, incluindo parcelas desembolsadas e a desembolsar.

